

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2014
2018



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
MATO GROSSO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2014 - 2018**

MATO GROSSO
Junho – 2014



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Henrique Paim

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Aléssio Trindade de Barros

REITOR

José Bispo Barbosa

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Degmar Francisco dos Anjos

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Gláucia Mara de Barros

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Ghilson Ramalho Corrêa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Antônio Carlos Vilanova

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Levi Pires de Andrade

COMISSÃO CENTRAL DE ELABORAÇÃO DO PDI 2014 - 2018

Presidente: **Degmar Francisco dos Anjos**

Membros:

Ademir José Conte
Anderson Barbieri de Barros
Claudia de Paula Norkaitis
Cacilda Guarim
Célio Marcos Pedraça
Claudete Galvão de Alencar Pedroso
Daniel Silva Dalberto
Degmar dos Anjos
Djalma de Castro Campos
Elson Santana de Almeida
Éldio Schalm
Fátima E. dos Reis Mathias
Fabiano Pontes Pereira da Silva
Fernanda Christina Garcia da Costa
Gilcélvio Luiz Peres
Gracielle Ferreira Valério
Gláucia Mara de Barros
Itamara dos Anjos Oliveira
Ivo da Silva
Júlio Cesar dos Santos
Kleberson P.C de Jesus
Luciana Gonçalves de Lima
Marilane Alves Costa
Marcos Almeida de Faria
Nair Mendes de Oliveira
Reni Elisa da Silva Pontes
Ricardo K. Filho
Rosana Maria da Silva Santos
Roni Rodrigues da Silva
Silvana A.P.V Barbosa
Sônia Regina Guimarães Fonseca
Suammy Priscila Rodrigues Leite Cordeiro
Thiago Costa Campos
Túlio Maciel Rufino de Vasconcelos Figueiredo
Vera Cristina de Quadros
Willian Silva de Paula
Xisto Rodrigues de Souza

SUBCOMISSÕES DE ELABORAÇÃO DO PDI

Perfil Institucional

Júlio Cesar dos Santos

Ricardo K. Filho

Ivo da Silva

Kleberson P. C. De Jesus

Sônia Regina Guimarães Fonseca

Célio Marcos Pedraça

PPI

Marilane Alves Costa

Cacilda Guarim

Gracielle Ferreira Valério

Nair Mendes de Oliveira

Marcos Almeida de Faria

Kleberson P. C. De Jesus

Ricardo K. Filho

Vera Cristina de Quadros

Ivo da Silva

Planejamento de Oferta de Cursos e Vagas

Cacilda Guarim

Gracielle Ferreira Valério

Júlio Cesar dos Santos

Nair Mendes de Oliveira

Bruno Coutinho

Marcos Almeida de Faria

Planos Diretores (Ampliação das Instalações Físicas e Infraestrutura)

Fátima Elizabete dos Reis Mathias

Thiago Costa Campos

Gláucia Mara de Barros

Degmar Francisco dos Anjos

Júlio Cesar dos Santos

Célio Marcos Pedraça

Fernanda Christina Garcia da Costa

Fabiano Pontes Pereira da Silva

Roni Rodrigues da Silva

Organização Didático – Pedagógica

Vera Cristina de Quadros

Nair Mendes de Oliveira

Marilane Alves Costa

Cacilda Guarim

Itamara dos Anjos de Oliveira

Anderson Barbieri de Barros

Gracielle Ferreira Valério

Políticas de Gestão de Pessoas

Fernanda Christina Garcia da Costa

Sônia Regina Guimarães Fonseca

Silvana A.P. V. Barbosa

Itamara dos Anjos de Oliveira

Gracielle Ferreira Valério

Claudia de Paula Norktais

Roni Rodrigues da Silva

Daniel Silva Dalberto

Organização Administrativa e Capacidade e Sustentabilidade Financeira

Gláucia Mara de Barros

Thiago Costa Campos

Túlio Maciel Rufino de Vasconcelos Figueiredo

Autoavaliação Institucional

Marcelo Costa

Marcos Vilela

Marcos Almeida de Farias

Merês Landis Martins Barboza

Política de EaD

Claudete Galvão de Alencar Pedroso

Cacilda Guarim

Marilane Alves Costa
Dalete Cristiane Silva Heitor de Albuquerque
Liana Deise da Silva

Política de Extensão

Elson Santana de Almeida

Anderson Barbieri de Barros
Ademir José Conte

Política de Pesquisa e Inovação

Tecnológica

Ademir José Conte

Xisto Rodrigues de Souza
Fátima E. Dos Reis Mathias
Elson Santana de Almeida

Políticas de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão Social

Suammy Priscila Rodrigues Leite Cordeira

Claudia de Paula Norktais
Luciana Gonçalves de Lima

Willian Silva de Paula
Fátima E. dos Reis Mathias
Degmar Francisco dos Anjos

Tecnologia da Informação

Fabiano Pontes Pereira da Silva

Éldio Schalm
Reni Elisa da Silva Pontes

Pós-Graduação

Xisto Rodrigues de Souza

Nádia Cuiabano Kunze
Ed' Wilson Tavares Ferreira
José Masson
Willian Silva de Paula

Políticas de Assistência Estudantil

Luciana Gonçalves de Lima

Claudia de Paula Norktais
Nair Mendes de Oliveira
Willian Silva de Paula

COMISSÕES LOCAIS DE ELABORAÇÃO DO PDI

Campus – Barra do Garças

Leandro Miranda – Presidente
Alexandre Rauh Oliveira Nascimento
Elizeu Demambro
João Luis Binde
Deise Palaver
Elder Cavalcante Fabian
Daisy Rickli Binde
João Melchior Júnior
Valesca Diniz Andrade

Campus – Bela Vista

Carolina Balbino Garcia dos Santos
Eliane Dias de Almeida
Jandinei Martins dos Santos
Reinaldo de Souza Bílio
Ronaldo Alves de Sousa
Dorival Pereira Borges da Costa
Douglian Neves da Silva
Luzo Vinícius Pedroso Reis
Reinaldo Silva Barbosa
Veralúcia Guimarães de Souza
Verbena Florencia de Sousa

Campus – Cáceres

Luiz Souza Costa Filho
Luciano Recart Romano
Emersom de Oliveira Figueiredo
Mílson Evaldo Serafim
Carlos Rafael Dias
Liliana Karla Jorge de Moura

Campus – Campo Novo do Parecis

Fabio Bezerra
Fuad José Rachid Jaudy
Lea Flores
Marcos Paulo Souza da Silva

Michele Rejane Coura da Silva
Alle Pires Atala
Jandilson Vitor da Silva
Luís Claudio Alves Viana
Marisol Martins Vincensi Massaroli
Rosani Nonenmacher
Alex Scapineççi
Paulo Renato Godoi

Campus – Confresa

Maria Auxiliadora de Almeida
Rafael de Araújo Lira
Aécio Vander dos Santos
Dhanny Fernanda Ferreira de Freitas
Telma Silva Aguiar
Sebastião Geraldo Lopes
Robiney Sousa dos Santos

Campus – Cuiabá – Octayde Jorge da Silva

Joaquim de Oliveira Barbosa – Presidente
Danilo Hebert Queiroz Martins
Ângela Santana de Oliveira
Beatriz Inácio da Silva
Carlos Alberto Saldanha
Christiany Regina Fonseca
Clodoaldo Nunes
Daniel Fernando Queiroz Martins
Dejenana Keila de Oliveira Campos
Fabrício Geraldo dos Santos Rodrigues
Joaquim de Oliveira Barbosa
José Vinicius da Costa Filho
José Marcelo Gracilole Vilas Boas
Luiz Carlos de Figueiredo
Nádia Cuiabano Kunze
Nelson Lopes Filho

Ronan Marcelo Martins
Rosana Roriz Guimarães
Tony Inácio da Silva
Valtemir Emerencio do Nascimento
Vanderley Severino dos Santos
Vicente Pedroso da Silva Filho
Vitor Hugo Todisco Soares
Walterley Araújo Moura

Campus – Juína

Noemi dos Reis Correa
Sandro Marcelo de Caires
Elaine Neris
Vandervânio Osni P. dos Santos
Geraldo Aparecido Polegatti
Eudelaine Zuche

Campus – Pontes e Lacerda

Bernardo Janko Gonçalves Biesseck
Miguel Eugenio Minuzzi Vilanova
Nilda dos Santos
Willians Ribeiro Mendes
Adnaldo Júnior Brilhante Lacerda

Campus – Rondonópolis

Ademilso Lira de Matos
Sônia Maria Moreira da Silva Souza
Bruno Miranda Moura
Izabel Kamilla Salles Pacheco
Márcio do Nascimento Gomes

Campus – São Vicente

Joir Benedito Proença de Amorim
José Luiz de Siqueira
Wilson Dantas dos Santos
Francielly Karoline Aires Carlini
Elton Feitoza Centurion
Saulo Diogo de Assis
Laura Verônica Lopes Amorim
Josilene Correa Rocha

Campus – Sorriso

Claudir Von Dentz
Ana Paula Encide Olibone
Élio Barbieri Junior
João Germano Rosinke
Juliana Almeida de Sousa Greve Lopes
Marcelo Luiz da Silva
Teviane Rizzi Kolzere

Campus – Primavera do Leste

Alcindo José Dal Piva
Dimorvan Alencar Brescancim
Eliane Aparecida da Silva
Antônio Weizenmann
Silvia Diamantino Ferreira de Lima
Suelyn de Paula Alves dos Santos
Valdivino Antônio da Costa Araújo
Wilson Bernardo Stollmeier

APRESENTAÇÃO

A Comissão Central de Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, em acordo com as determinações legais pertinentes, apresenta ao Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT a minuta de texto do PDI 2014 a 2018.

É importante compreender, contudo, que a elaboração do PDI significa não apenas uma obrigação do IFMT, mas também uma forma de estímulo aos membros das diversas comunidades internas e externas, associadas ao Instituto, de efetivar suas expectativas, ideais coletivos e sugestões formalizados em um documento que deverá ser seguido pelos gestores nos próximos anos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – é um documento em que se definem a missão, a visão e os valores da instituição, bem como as principais políticas, metas e ações do IFMT, devendo nortear a forma como as muitas áreas de abrangência do Instituto serão conduzidas pelos próximos cinco anos.

Todas as ações realizadas no âmbito do IFMT devem ser pautadas por um objetivo comum, a saber, a geração de conhecimentos socialmente referenciados. Nesse contexto, a autonomia do IFMT pode ser compreendida em suas dimensões social e política, balizando a sua capacidade em aplicar tais conhecimentos no atendimento à sociedade. As ações em prol do desenvolvimento local, regional e nacional é, dessa forma, o que justifica a existência do IFMT e anima as atividades de planejamento estratégico, consubstanciadas neste PDI.

A Comissão de elaboração do PDI do IFMT buscou e organizou, por meio de uma estratégia amplamente participativa, ao longo de doze meses, discussões intensas sobre o saneamento de questões e metas a serem alcançadas institucionalmente. Para isso, fez-se um ciclo de planejamento e pesquisas em que gestores, docentes, técnicos administrativos, estudantes e a comunidade externa foram convidados a fazer diagnóstico de suas unidades, apresentando críticas sobre o planejamento institucional e sugerindo aperfeiçoamentos para o processo.

Realizaram-se reuniões em todos os Campi buscando esclarecer a relevância do PDI para o IFMT e incentivando que todos participassem ao longo do processo de elaboração. Além disso, na estruturação da Comissão Central, mesmo sendo composta por representações de todos os campi e setores estratégicos do IFMT, houve a preocupação em solicitar representantes de todas as seções sindicais e associações de servidores, objetivando dessa forma a maior representatividade possível da comunidade do IFMT.

Logo após ser constituída, a Comissão Central de Elaboração do PDI estabeleceu a criação de uma subcomissão de PDI em cada um dos campi e quatorze subcomissões temáticas

para dialogarem com os diversos setores do IFMT, a fim de que o texto do PDI representasse, efetivamente, os anseios da coletividade.

De posse desses elementos, confeccionou-se este documento, dividido em cinco eixos: a missão e a visão institucional; as metas e ações propostas para desenvolver as políticas de ensino, pesquisa e extensão em suas diversas modalidades; as perspectivas de crescimento na oferta de vagas, número de matrículas, recursos humanos e dotação orçamentária; e a concepção de avaliação do desenvolvimento institucional.

Após a elaboração desta Minuta de PDI, a mesma foi disponibilizada a toda a comunidade institucional para que realizasse as leituras, análises, apontamentos e sugestões à Comissão Central, possibilitando que o texto do PDI pudesse ser ainda melhor. Todos os apontamentos e sugestões passaram por análises em uma reunião ampliada para discussão do PDI e aqueles julgados pertinentes foram devidamente acatados.

Tal abertura ampla e democrática na elaboração do PDI é uma comprovação clara de que o IFMT objetiva como meta maior caminhar pelos próximos cinco anos pautado nos princípios da coletividade e participatividade.

José Bispo Barbosa
Reitor do Instituto Federal de Mato Grosso

Degmar dos Anjos
Presidente da Comissão Central de Elaboração do PDI

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	
PERFIL INSTITUCIONAL	17
1.1 INTRODUÇÃO.....	17
1.2 INSERÇÃO REGIONAL DO IFMT	19
1.3 DELIMITAÇÃO TERRITORIAL	22
1.4 HISTÓRICO DOS <i>CAMPI</i>	24
1.4.1 <i>CAMPUS</i> ALTA FLORESTA	24
1.4.2 <i>CAMPUS</i> BARRA DO GARÇAS	24
1.4.3 <i>CAMPUS</i> BELA VISTA.....	26
1.4.4 <i>CAMPUS</i> CÁCERES	26
1.4.5 <i>CAMPUS</i> CAMPO NOVO DO PARECIS	27
1.4.6 <i>CAMPUS</i> CONFRESA	28
1.4.7 <i>CAMPUS</i> CUIABÁ – OCTAYDE JORGE DA SILVA	29
1.4.8 <i>CAMPUS</i> JUÍNA	32
1.4.9 <i>CAMPUS</i> PONTES E LACERDA.....	32
1.4.10 <i>CAMPUS</i> PRIMAVERA DO LESTE	34
1.4.11 <i>CAMPUS</i> RONDONÓPOLIS.....	34
1.4.12 <i>CAMPUS</i> SÃO VICENTE	36
1.4.13 <i>CAMPUS</i> VÁRZEA GRANDE	37
1.4.14 <i>CAMPUS</i> SORRISO.....	38
1.5 OS <i>CAMPI</i> AVANÇADOS EM IMPLANTAÇÃO	39
CAPÍTULO II	
PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI/IFMT	
APRESENTAÇÃO	41
2.1.1 CONCEPÇÃO DE SER HUMANO, SOCIEDADE, CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO.....	43
2.1.2 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	46
2.1.3 FUNDAMENTOS DO CURRÍCULO INTEGRADO	47
2.1.4 CONCEPÇÃO DE GESTÃO EDUCACIONAL	48
2.1.5 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	51
2.1.6 A PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	52
2.1.7 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	53
2.1.8 O RESPEITO À DIVERSIDADE	54
2.1.9 INTERDISCIPLINARIDADE	56
2.2 DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	57
2.2.1 O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO	57
2.2.2 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DO ENSINO	59
2.3 CONCEPÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	61
2.3.1 ENSINO.....	61
2.3.4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO.....	62
2.3.5 EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO.....	63
2.3.6 CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	63
2.3.7 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	64
2.3.8 DIREITOS HUMANOS	65
2.3.9 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	66
2.4 PESQUISA E INOVAÇÃO	68
2.4.1 PÓS-GRADUAÇÃO	69
2.4.2 EXTENSÃO E INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE	70
2.4.3 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPI	71
CAPÍTULO III	
POLÍTICAS E METAS RELACIONADAS AO ENSINO	75

DIRETRIZES E METAS GERAIS.....	75
POLÍTICAS E METAS EM DIREITOS HUMANOS.....	78
3.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	78
3.2 INCLUSÃO SOCIAL E POLÍTICAS AFIRMATIVAS ÉTNICO-RACIAIS.....	81
3.4 METAS.....	84
3.5 POLÍTICAS E METAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	86
3.5.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFMT.....	86
3.5.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	87
3.5.3 OBJETIVOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	87
3.5.4 METAS.....	88
3.5.6 ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	90
3.6 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	91
3.6.1 CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	93
3.6.2 OBJETIVOS DA EAD.....	93
3.6.3 METAS DA EAD.....	94
3.7 SÍNTESE DA OFERTA DE MATRÍCULAS E VAGAS NO IFMT.....	96
3.7.1 PREVISÃO DE MATRÍCULAS – IFMT.....	96
3.7.2 PREVISÃO DE VAGAS – IFMT.....	97
CAPÍTULO IV	
POLÍTICAS E METAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO.....	984
4.1 POLÍTICAS E METAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO NO IFMT.....	98
4.1.2 HISTÓRICO DA PESQUISA NO IFMT.....	98
4.1.3 ÁREAS E DIRETRIZES DA PESQUISA.....	100
4.1.4 OBJETIVOS E METAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA NO IFMT.....	100
4.2 POLÍTICAS E METAS DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	103
4.2.1 DIAGNÓSTICO DA PÓS-GRADUAÇÃO.....	104
4.2.2 OBJETIVOS DA PÓS-GRADUAÇÃO.....	106
4.2.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PÓS-GRADUAÇÃO.....	106
CAPÍTULO V	
POLÍTICAS E METAS DE EXTENSÃO.....	110
5.1 CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO NO IFMT.....	110
5.2 OBJETIVOS DA EXTENSÃO.....	110
5.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE EXTENSÃO.....	112
CAPÍTULO VI	
POLÍTICAS E METAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL.....	116
6.1 GESTÃO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	116
6.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	118
6.3 POLÍTICAS E METAS DA GESTÃO DE PESSOAS.....	121
6.3.1 BASES LEGAIS.....	123
6.3.2 DIRETRIZES DA GESTÃO DE PESSOAS: A CAPACITAÇÃO.....	123
6.3.3 DIRETRIZES DA GESTÃO DE PESSOAS: QUALIDADE DE VIDA.....	124
6.3.4 DIRETRIZES DA GESTÃO DE PESSOAS: ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL.....	125
6.3.5 DIRETRIZES DA GESTÃO DE PESSOAS: AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES.....	125
6.3.6 OBJETIVOS DA GESTÃO DE PESSOAS.....	125
6.3.7 METAS E AÇÕES.....	126
CAPÍTULO VII	
POLÍTICAS E METAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	129
7.1 CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO IFMT.....	129
7.2 OBJETIVOS DE TIC.....	131
7.3 METAS, AÇÕES E INDICADORES DA TIC.....	132
CAPÍTULO VIII	
POLÍTICAS E METAS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	138
8.1 APRESENTAÇÃO.....	138
8.2 PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	138

8.2.1 OBJETIVO	138
8.2.3 CLIENTELA	139
8.3 CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	139
8.4 AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	140
8.5 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - SINAES	140
8.6 AMPLIAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	142
8.7 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO IFMT	143
8.7.1 PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	143
8.7.2 OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	144
GERAL.....	144
ESPECÍFICOS.....	144
8.7.3 METODOLOGIA.....	145
8.7.4 DIMENSÕES E INDICADORES	147
8.7.5 OS INSTRUMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO.....	149
8.7.6 ROTEIRO DE ATIVIDADES	150
8.7.7 METAS.....	152
APÊNDICE 1	154
PREVISÃO DE AMPLIAÇÃO FÍSICA PARA O IFMT	154
PLANO DE ACESSIBILIDADE PARA TODOS OS <i>CAMPUS</i> DO IFMT	167
APÊNDICE 2	168
PROJEÇÃO DE OFERTA DE VAGAS E MATRÍCULAS.....	168
<i>CAMPUS</i> ALTA FLORESTA	168
<i>CAMPUS</i> BARRA DO GARÇAS	169
PREVISÃO DE MATRÍCULAS – <i>CAMPUS</i> BARRA DO GARÇAS	169
PREVISÃO DE VAGAS – <i>CAMPUS</i> BARRA DO GARÇAS	171
<i>CAMPUS</i> CÁCERES	172
PREVISÃO DE MATRÍCULAS – <i>CAMPUS</i> CÁCERES	172
PREVISÃO DE VAGAS – <i>CAMPUS</i> CÁCERES	173
<i>CAMPUS</i> CAMPO NOVO DO PARECIS	174
PREVISÃO DE MATRÍCULAS – <i>CAMPUS</i> CAMPO NOVO DO PARECIS.....	174
PREVISÃO DE VAGAS – <i>CAMPUS</i> CAMPO NOVO DO PARECIS	174
<i>CAMPUS</i> CONFRESA.....	175
PREVISÃO DE MATRÍCULAS – <i>CAMPUS</i> CONFRESA.....	175
PREVISÃO DE VAGAS – <i>CAMPUS</i> CONFRESA	176
<i>CAMPUS</i> CUIABÁ	176
PREVISÃO DE MATRÍCULAS – <i>CAMPUS</i> CUIABÁ	176
PREVISÃO DE VAGAS – <i>CAMPUS</i> CUIABÁ.....	178
<i>CAMPUS</i> CUIABÁ-BELA VISTA	181
PREVISÃO DE MATRÍCULAS – <i>CAMPUS</i> CUIABÁ-BELA VISTA.....	181
PREVISÃO DE VAGAS – <i>CAMPUS</i> CUIABÁ-BELA VISTA	181
<i>CAMPUS</i> JUÍNA.....	182
PREVISÃO DE MATRÍCULAS – <i>CAMPUS</i> JUÍNA.....	182
PREVISÃO DE VAGAS – <i>CAMPUS</i> JUÍNA.....	183
<i>CAMPUS</i> PONTES E LACERDA	184
PREVISÃO DE MATRÍCULAS – <i>CAMPUS</i> PONTES E LACERDA	184
PREVISÃO DE VAGAS – <i>CAMPUS</i> PONTES E LACERDA.....	185
<i>CAMPUS</i> PRIMAVERA DO LESTE.....	186
PREVISÃO DE MATRÍCULAS – <i>CAMPUS</i> PRIMAVERA DO LESTE.....	186
PREVISÃO DE VAGAS – <i>CAMPUS</i> PRIMAVERA DO LESTE.....	187
<i>CAMPUS</i> RONDONÓPOLIS	188
PREVISÃO DE MATRÍCULAS – <i>CAMPUS</i> RONDONÓPOLIS	188
PREVISÃO DE VAGAS – <i>CAMPUS</i> RONDONÓPOLIS.....	189
<i>CAMPUS</i> SÃO VICENTE.....	189

PREVISÃO DE MATRÍCULAS – <i>CAMPUS</i> SÃO VICENTE.....	189
PREVISÃO DE VAGAS – <i>CAMPUS</i> SÃO VICENTE.....	190
<i>CAMPUS</i> SORRISO	191
PREVISÃO DE MATRÍCULAS – <i>CAMPUS</i> SORRISO	191
PREVISÃO DE VAGAS – <i>CAMPUS</i> SORRISO	191
<i>CAMPUS</i> VÁRZEA GRANDE.....	192
PREVISÃO DE MATRÍCULAS – <i>CAMPUS</i> VÁRZEA GRANDE.....	192
PREVISÃO DE VAGAS – <i>CAMPUS</i> VÁRZEA GRANDE.....	192
PREVISÃO DE MATRÍCULAS – IFMT	193
POR MODALIDADE – IFMT	193
PREVISÃO DE VAGAS – IFMT	194
POR MODALIDADE – IFMT	194
ANEXO 1	198
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA	199

"EDUCAR PARA A VIDA E PARA O TRABALHO"
IFMT

Missão do IFMT

“Educar para a vida e para o trabalho”

Visão do IFMT

“Ser reconhecida, até 2019, como uma instituição de excelência na oferta de educação profissional e tecnológica”

Valores do IFMT

Ética:

(Fundamental para as relações saudáveis)

Transparência:

(Um direito constitucional)

Profissionalidade:

(Na busca contínua pela qualidade)

Inovação:

(Utilizando das experiências para focar-se no futuro)

Empreendedorismo:

(Necessário para manter o propósito)

Sustentabilidade:

(Respeitando a sociedade e o planeta)

Humanidade:

(A dignidade da pessoa humana acima de tudo)

Respeito à diversidade:

(Reconhecemos as diferenças para alcançar a igualdade)

Inclusão:

(Diversidade e diferenças tratadas com equidade)

Democracia participativa:

(Por um fazer coletivo)

CAPÍTULO I

PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso constitui-se em uma autarquia instituída pelo Governo Federal através da Lei nº 11.892/2008, oriunda dos antigos CEFET Cuiabá, Mato Grosso e Escola Agrotécnica de Cáceres, atualmente possui 14 *campi* em funcionamento: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, São Vicente, Sorriso, Rondonópolis e Várzea Grande.

Existem ainda os núcleos avançados, localizados nos municípios de Jaciara, Campo Verde, Sapezal, Jauru, e os campi avançados em processo de implantação, sendo eles: Tangará da Serra, Diamantino, Lucas do Rio Verde e Sinop.

Atendendo à legislação e a uma demanda social e econômica, o IFMT tem focado sua atuação na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, conforme estabelecido no artigo 6º da Lei de criação dos IFs:

[...]“ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.”

Desde a sua criação, a Instituição iniciou um processo de expansão que atualmente oferta ensino, pesquisa e extensão a aproximadamente 17.800 alunos regulares presenciais em todas as regiões do estado de Mato Grosso, com previsão de que em 2018, chegue a 22 mil alunos, segundo o plano de oferta de cursos e vagas contido neste documento.

Através da UAB (Universidade Aberta do Brasil), o IFMT está presente em 15 outros municípios do estado, ofertando ensino a distância para cerca de 900 graduandos em cursos superiores e cerca de 6.694 alunos do programa Profucionário.

O IFMT oferta também cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, além de programas sociais do Governo Federal voltados para a formação profissional e elevação da escolaridade de pessoas, inclusive em situação de vulnerabilidade social.

Diante da estrutura multicampi do IFMT, alguns apresentam especificidades quanto à sua estrutura e oferta de cursos, como por exemplo, os campi localizados em São Vicente, Confresa, Campo Novo do Parecis, Juína e Cáceres, que possuem vocação agropecuária, possuindo estruturas de escolas-fazenda e, dentre outras características, mantém alojamento

(residenciais estudantis), restaurante e estrutura necessária para receber alunos internos em suas sedes. Os demais *campi* possuem estrutura voltada para a área de prestação de serviços, indústria e comércio.

O IFMT é a principal instituição de educação profissional e tecnológica do estado de Mato Grosso, ofertando ensino em todos os níveis de formação, além de promover a pesquisa e a extensão, estimulando docentes e estudantes através de programas que ofertam bolsas para desenvolvimento dos projetos. Nos últimos anos os investimentos cresceram exponencialmente nessas áreas, sendo direcionados a bolsas-auxílio, a pesquisadores e extensionistas. Os programas financiam desenvolvimento das pesquisas e projetos de extensão, conforme estabelecido também na 11.892/2008:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:(...)

VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A promoção da inclusão social e da acessibilidade também se apresenta como metas fundamentais do IFMT, estando inclusive definida como tal no estatuto da Instituição, publicado no Diário Oficial da União de 04.09.2009:

Art. 4º - O IFMT, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência, publicidade e gestão democrática;

II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos educacionais, locais, sociais e culturais;

IV - inclusão de pessoas com deficiências e com necessidades educacionais especiais; e

V - natureza pública e gratuita do ensino regular, sob a responsabilidade da União.

O IFMT desenvolve função estratégica no processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado, na medida em que a qualificação profissional, o incentivo à pesquisa, os projetos de extensão e as demais ações da Instituição estão diretamente relacionados ao aumento da produtividade, inovação nas formas de produção e gestão, melhoria da renda dos trabalhadores e na qualidade de vida da população em geral. Nesse sentido, a missão da Instituição está voltada para “Educar para a vida e para o trabalho”, sempre focada no compromisso com a inclusão social.

1.2 Inserção Regional do IFMT

O Estado de Mato Grosso está localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, ocupando uma extensão territorial de 903.357,91 km², tendo como limites: Amazonas, Pará (N); Tocantins, Goiás (L); Mato Grosso do Sul (S); Rondônia e Bolívia (O). Atualmente o Estado conta com 141 municípios, distribuídos em cinco mesorregiões e uma população estimada pelo IBGE (2013) em 3.182.113 habitantes.

A grande extensão territorial e a ocorrência de peculiaridades em cada meso e microrregiões, assim como entre municípios, têm feito com que ocorram ilhas de desenvolvimento, geralmente embasadas nas *commodities* do agronegócio, enquanto outras regiões encontram-se sem perspectivas de desenvolvimento. Tais diferenças fazem com que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH dos municípios seja muito discrepante. As diferenças podem ser atestadas inclusive através dos Índices de Desenvolvimento Humano do Município. O IDH de Cuiabá, capital do estado, por exemplo, é de 0,785, enquanto que o de Confresa, no nordeste do estado, é de 0,668, e o de Campinápolis é de apenas 0,538. Apesar dos avanços das últimas décadas, que elevaram o IDH do estado de 0,449, em 1991, para 0,725, em 2010¹, em termos numéricos, 84% dos municípios (119 dos 141 municípios) apresentam IDH abaixo do índice do estado.

Em face desses fatos apontados, é importante que os projetos atuais contemplem a multiplicação do acesso à educação para, assim, fomentar o desenvolvimento também das regiões menos desenvolvidas.

Além da diversidade cultural e socioeconômica, o estado possui também grande diversidade de ambientes naturais, possuindo três biomas em sua extensão territorial: Amazônia, cerrado e pantanal, nas quais existem 23 unidades de conservação federais, 45 estaduais, e 35 municipais, distribuídas entre reservas, parques, bosques, estações ecológicas e RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Nacional)².

A população indígena totaliza 51.696 habitantes (IBGE, 2014). A maior parte das suas nações está concentrada nas mesorregiões Norte e Nordeste mato-grossense, distribuídas em 60 áreas legalmente protegidas. Nesse cenário, destaca-se o município de Juína, contemplado com um *Campus* do IFMT numa região que é privilegiada com a presença de grande número de povos indígenas.

Conforme dados estatísticos do Censo Educacional do ano de 2010, realizado pelo IBGE (2014), no Estado de Mato Grosso, há 977.102 alunos, sendo que apenas 115.541 estão

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Atlas Brasil 2013, Programa das Nações Unidas; <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 15/05/2014.

² SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO; 2014. Em: <http://www.sema.mt.gov.br/>; acesso em 17/03/2014.

matriculados no ensino superior. A maior parte das matrículas ocorre na mesorregião Centro - Sul Mato-grossense.

Em relação à alfabetização, 357.183 pessoas são analfabetas, sendo que grande parte encontra-se com mais de 30 anos, o que demonstra a necessidade de intensificar ações educacionais para essa população.

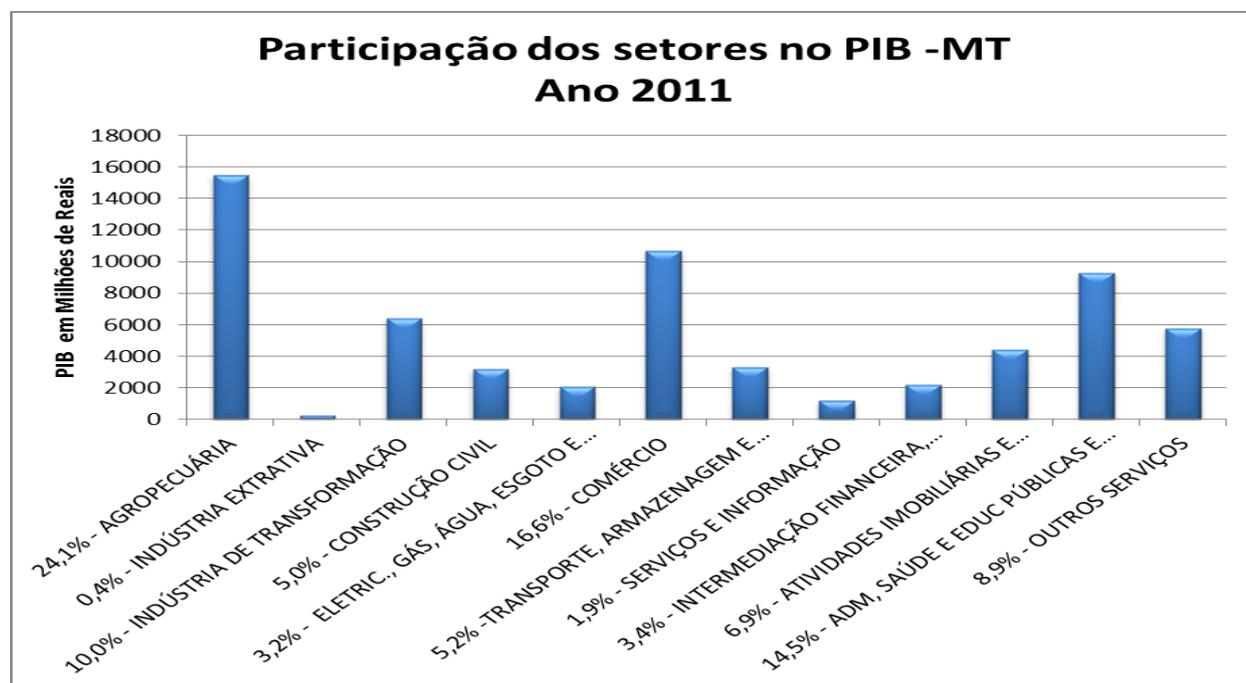
Mato Grosso é destaque quando se trata de Produto Interno Bruto (PIB), apresentando um dos melhores desempenhos do Brasil, com um PIB aproximado de R\$ 71 bilhões e uma renda *per capita* anual de R\$ 23.218,24³ (dados de 2011).

O Agronegócio é a grande mola propulsora e o principal responsável pela elevação do PIB e da renda *per capita* do Estado. Em seguida, destacam-se o comércio, os serviços de saúde, de educação, seguridade social e as atividades imobiliárias.

Os principais segmentos industriais do Estado são os relacionados a produtos alimentícios, fabricação de produtos de madeira, fabricação de combustíveis, produção de álcool, fabricação de minerais não metálicos e outros⁴.

A figura a seguir apresenta a participação das atividades econômicas no PIB de Mato Grosso:

Figura 1: - Participação das atividades econômicas no PIB



Fonte: IBGE, em parceria com os órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais do Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (2011)

³ Contas regionais. <http://www.ibge.gov.br/estadosat>; acesso em 18/03/2014.

⁴ Portal Mato Grosso. www.mteeseusmunicipios.com.br/ng/. Acesso em 14/03/2014.

Pelas considerações expostas, o território de Mato Grosso pode ser analisado como uma região de grande importância nacional e com potenciais cada vez mais crescentes nos campos econômicos, culturais e sociais, reunindo condições de ter um Instituto Federal de referência no Brasil.

O ideal do IFMT estabelece que a sua função principal diz respeito à produção e disseminação do conhecimento. Assim, é inerente ao IFMT a difusão da cultura, a investigação científica, a educação holística, o ensino das profissões e, finalmente, a prestação de serviços à sociedade mediante o desenvolvimento de atividades de extensão.

Essa definição torna evidente que o papel do IFMT extrapola o âmbito restrito do ensino das profissões promovidas em seus cursos. Embora a formação se constitua numa das suas funções, a sua missão fundamental refere-se à produção do conhecimento, à capacidade de fazer questionamentos e ao exercício da criticidade, mediante os quais pode tornar possível o desenvolvimento da capacidade de resposta aos problemas e desafios vivenciados pela sociedade em diferentes campos.

Assim entendida, para que se compreenda a grande responsabilidade social e de inclusão do IFMT, pela capacitação de trabalhadores e pela formação de profissionais qualificados para a atuação no mundo globalizado, é oportuno apresentar, sinteticamente, uma caracterização do Estado de Mato Grosso, que se apresenta dividido em microrregiões bem definidas do ponto de vista socioeconômico.

Nesse contexto, destaca-se o município de Cuiabá, que ocupa uma posição geográfica privilegiada, situado no centro geodésico da América do Sul, faz limite com os municípios de Chapada dos Guimarães, Campo Verde, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, Jangada, Acorizal e Rosário Oeste.

A economia de Cuiabá está centralizada no comércio e na indústria, possuindo o maior parque industrial do Estado. O Estado vivencia um crescimento significativo no número de postos de trabalho, com a abertura de mais de 100 mil novas empresas nos últimos cinco anos, dessas, 84.387 foram no setor do comércio, 15.670 no de indústria e 2.861 na área rural.

Nos últimos 10 anos, foram geradas em Mato Grosso 304.691 novas vagas de empregos formais, um crescimento de 105%, sendo pela ordem de contribuição, 74.228 na administração pública, 69.679 no setor de serviços, 58.697 na indústria, 57.837 no comércio e 44.255 no setor rural. No sul do estado predomina a agropecuária, no oeste, a agroindústria, com a produção de frutas e a pecuária, com a criação de aves, suínos e bovinos para exportação⁵.

⁵ MATO GROSSO. **Mato Grosso em Números - 2013**. Secretaria de Estado de Planejamento. Cuiabá – 2010.

Em 2008, a administração pública, com 143.870 empregados, era o maior setor empregador do Estado, correspondendo por 24% do total. O setor rural contribui com 12%. Os setores industrial, comercial e o de serviços complementam o quadro estadual de empregos formais com 64% do total.

Dado esse panorama, verifica-se a grande demanda educacional que se apresenta ao IFMT para o desenvolvimento do Estado, sobretudo em termos de educação tecnológica e profissional.

Contudo, tem-se discutido de forma bastante significativa a tematização de ações que refletem a inserção das Instituições de Ensino no contexto social da comunidade a que está inserida. Essa máxima se constitui legítima devido às políticas públicas difundidas no Brasil nos últimos 10 anos para este fim. O objetivo de se fazer esse chamamento às instituições de ensino é fomentar o papel das mesmas dentro da perspectiva da responsabilidade social no campo da formação. Essa discussão se estende a todas as modalidades de ensino, o que acarreta uma análise criteriosa por parte das Instituições no tocante à eleição de políticas de Responsabilidade Social para que não se confunda com políticas de assistencialismo.

Pode-se dizer então que, dentro do contexto local, regional, nacional e mundial de grandes transformações de paradigmas, o IFMT apresenta-se estratégico para o sistema educacional, comprometido com o equilíbrio na utilização dos recursos naturais, bem como agente da política do desenvolvimento regional do Estado de Mato Grosso.

Sua função social, como escola pública, alarga-se na medida em que atualmente exige-se das pessoas a continuidade da formação ao longo da vida, o que implica no desenvolvimento de competências geradoras da capacidade de percepção e expressão na qual o cidadão/profissional precisa estar não só atualizado em sua área específica como também em relação ao que está acontecendo em seu entorno. Essa concepção de educação inclusiva pressupõe o comportamento crítico e criativo, audacioso, desencadeador de ações voltadas à solução de impasses e problemas do cotidiano.

1.3 Delimitação Territorial

A delimitação territorial do IFMT é o Estado de Mato Grosso, a partir das atuais estruturas dos *Campi* Alta Floresta, Barra do Garças, Bela Vista, Cuiabá, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sorriso e São Vicente; os núcleos avançados Campo Verde, Poconé, Jaciara, Jauru, Sapezal e os *campi* avançados em funcionamento e em implantação de Tangará da Serra, Diamantino, Lucas do Rio Verde e Sinop.

Contando com as unidades já implantadas e as em implantação, é possível atender 15 (quinze) microrregiões, com uma população de aproximadamente 2.706.921 habitantes, conforme demonstra o quadro a seguir:

Tabela 01: Abrangência Territorial do IFMT

MUNICÍPIO	UNIDADE DE ENSINO	MICRORREGIÃO	POPULAÇÃO ABRANGIDA
Alta Floresta	<i>Campus</i> Alta Floresta	Alta Floresta (06 municípios)	100.528
Cuiabá	<i>Campus</i> Cuiabá - Octayde	Cuiabá (05 municípios)	881.902
Cuiabá	<i>Campus</i> Cuiabá - Bela Vista		
Santo Ant. de Leverger	<i>Campus</i> São Vicente		
Várzea Grande	<i>Campus</i> Várzea Grande		
Campo Verde	<i>Campus</i> São Vicente – Núcleo Avançado de Campo Verde	Primavera do Leste (02 municípios)	87.669
Primavera do Leste	<i>Campus</i> Primavera do Leste		
Cáceres	<i>Campus</i> Cáceres	Alto Pantanal (04 municípios)	134.268
Poconé	<i>Campus</i> Cáceres – Núcleo Avançado de Poconé		
Barra do Garças	<i>Campus</i> Barra do Garças		
Campo Novo do Parecis	<i>Campus</i> Campo Novo do Parecis	Parecis (05 municípios)	82.705
Sapezal	<i>Campus</i> Campo Novo do Parecis – Núcleo Avançado de Sapezal		
Diamantino	<i>Campus</i> Avançado de Diamantino		
Confresa	<i>Campus</i> Confresa	Norte Araguaia (14 municípios)	112.106
Juína	<i>Campus</i> Juína	Aripuanã (08 municípios)	148.922
Jauru	<i>Campus</i> Pontes e Lacerda – Núcleo Avançado de Jauru	Jauru (12 cidades)	107.665
Lucas do Rio Verde	<i>Campus</i> Avançado de Lucas do Rio Verde	Alto do Teles Pires (09 municípios)	216.084
Sorriso	<i>Campus</i> Sorriso		
Pontes e Lacerda	<i>Campus</i> Pontes e Lacerda	Alto Guaporé (05 municípios)	68.364
Rondonópolis	<i>Campus</i> Rondonópolis	Rondonópolis (08 municípios)	283.538
Jaciara	<i>Campus</i> São Vicente Núcleo Avançado de Jaciara		
Sinop	<i>Campus</i> Avançado de Sinop	Sinop (09 municípios)	176.041
Tangará da Serra	<i>Campus</i> Avançado de Tangará da Serra	Tangará da Serra (05 municípios)	138.202
TOTAL			2.624.216

Fonte: Dados estimativos do IBGE para o ano de 2013.

1.4 Histórico dos *Campi*

1.4.1 *Campus* Alta Floresta

A implantação do *campus* de Alta Floresta é resultante do Plano de Expansão - fase III da Rede Federal de Educação Tecnológica, articulada pelo MEC e os Institutos Federais em 2010. Em fevereiro de 2013, foi efetuada a doação de uma área de 60.000 m², situada à Rodovia MT 208, lote 143 A, Gleba Alta Floresta, local onde a sede do *campus* está em construção.

Uma parceria entre a Prefeitura municipal e o IFMT possibilitou a antecipação do funcionamento do *campus*. A partir de junho de 2014, o *Campus* passa a ofertar, através dos programas PRONATEC e Mulheres Mil, 240 vagas para matrícula de bolsa-formação. Através de um estudo, o *campus* definiu que atuará ofertando cursos dos eixos de Gestão e Negócios, Recursos da Natureza e Turismo, Hospitalidade de Lazer. Em março de 2014, a prefeitura assinou um termo de compromisso cedendo um espaço provisório para início das atividades de ensino do IFMT em Alta Floresta.

O *Campus* está localizado no extremo Norte do Estado de Mato Grosso. A cidade de Alta Floresta possui uma população aproximada de 49.761 habitantes residentes (IBGE/2013), e o *campus* vai atender à população da microrregião de Alta Floresta, que possui população superior a 100 mil habitantes. A sede do município está localizada a 835 KM da capital Cuiabá.

Atualmente o município está passando por um processo de transição em sua economia, existindo uma grande carência de mão de obra qualificada na área de agropecuária e prestação de serviços. A implantação do *Campus* do IFMT na região será fundamental para ampliação das perspectivas de produção, qualificação da mão de obra, ampliação da renda e melhoria da qualidade de vida da população em geral.

1.4.2 *Campus* Barra do Garças

O *Campus* Barra do Garças nasceu do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II do MEC/SETEC, em 2007. Em junho do mesmo ano foi firmado o termo de parceria entre as Prefeituras de Barra do Garças-MT, Aragarças- GO e Pontal do Araguaia-MT, implantando a unidade polo da Rede de Educação Federal, para atender às demandas regionais do Médio Araguaia, sendo elas voltadas para o Agronegócio, Serviços e Indústria.

Em 2009, o *Campus* Barra do Garças recebeu como estrutura física uma Escola Agrícola doada pelo Município de Barra do Garças para o IFMT, com área total de 365.000 m² e área construída de 3.053,54 m², cujas edificações foram objeto de readequação para atender às necessidades do *Campus*. A essa área construída somam-se 5.000,00 m² do prédio novo, em fase de construção. Com a conclusão dessa obra, a área construída total atingirá 8.053,54 m².

O *Campus* Barra do Garças foi criado através da Portaria nº 115, de 29 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação, publicada no DOU de 01/02/2010, Seção 1, pág. 15, tendo por objetivo atender à demanda local de mão de obra especializada nos diversos setores da economia, compreendidos o comércio, a indústria, o setor de prestação de serviços e as instituições públicas, ofertando cursos nas diversas modalidades previstas pelo Ministério da Educação, de conformidade com as necessidades detectadas junto à comunidade local e obedecendo ao Plano de desenvolvimento Institucional, na medida da evolução de sua estrutura física e de recursos humanos.

A região atendida pelo *Campus* Barra do Garças apresenta, do ponto de vista dos agregados econômicos e sociais, bom desempenho. Segundo dados do IBGE, a população do município foi estimada no ano de 2010 em 56.560 habitantes. Esse número torna-se mais expressivo quando consideradas as populações das cidades vizinhas, as quais compõem a microrregião atendida pelo *Campus*. Dentre elas destacam-se as cidades de Pontal do Araguaia (MT) com 5.395 habitantes, Aragarças (GO) com 18.305 habitantes, General Carneiro (MT) com 5.027 habitantes, Torixoréu (MT) com 4.071 habitantes, Araguaiana (MT) com 3.197 habitantes e Nova Xavantina (MT) com 19.643 habitantes.

O início das atividades didáticas no *Campus* se deu em 04/04/2011, oferecendo inicialmente os cursos: Técnico Integrado em Controle Ambiental, no período diurno, e Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática, no período noturno.

Em razão das obras de adequação dos prédios da antiga Escola Agrícola municipal, as atividades iniciaram-se em um espaço cedido pela Universidade Federal de Mato Grosso – *Campus* Araguaia, em Barra do Garças. Entretanto, em 14 de março de 2012, deu-se a mudança para o espaço físico da antiga Escola Agrícola, já adaptado às necessidades do *Campus* Barra do Garças do IFMT.

Em 2012, foram implantados novos cursos, na modalidade integrado – Curso Técnico Integrado de Informática, Curso Técnico Integrado de Alimentos, Curso Técnico Integrado de Comércio, e na modalidade subsequente – Curso Técnico Subsequente de Secretariado.

1.4.3 *Campus* Bela Vista

O *Campus* Cuiabá - Bela Vista foi inaugurado em 13 de setembro de 2006 e teve autorizado o funcionamento pela Portaria Ministerial nº 1586, de 15 de setembro de 2006. Nesse período era denominado como Unidade Descentralizada Bela Vista, sendo uma extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFET-MT).

O *Campus* possui uma área total de 70.000 m², sendo 6.900 m², e está situado na capital do estado, no Bairro Bela Vista, na Avenida Juliano Costa Marques, com Oátomo Canavarros, em uma região que possui comunidades com baixo índice de desenvolvimento, com dificuldade para acesso aos serviços públicos básicos, e também bairros vizinhos de classe média alta, refletindo a realidade de contrastes sociais existentes em praticamente todo o país.

Outro aspecto relevante é o fato de estar situado em área de proteção ambiental, parque Massairo Okamura, o que permite ter uma vasta área livre e arborizada. O IFMT *Campus* Cuiabá - Bela Vista vem ao encontro do atendimento de uma demanda do país, com intuito de expandir e fortalecer o vínculo do Instituto com a sociedade da qual faz parte.

O *Campus* atua na oferta de cursos ligados aos eixos tecnológicos de Ambiente, Saúde e Segurança, Controle e Processos Industriais e Produção Alimentícia, através da EAD oferta a licenciatura em Química em 6 (seis) polos nas diversas regiões do estado.

Com o plano de expansão da Rede Federal e Tecnológica e para atender à missão do IFMT, o *Campus* hoje tem sua estrutura e corpo docente e técnico-administrativo preparados para atender aos cursos da educação profissional e tecnológica, no nível médio: Química, Meio Ambiente e Alimentos; superior: Tecnologia em Gestão Ambiental e Engenharia de Alimentos, Licenciatura em Química na Modalidade a Distância e pós-graduação – Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos.

1.4.4 *Campus* Cáceres

Fundado em 17 de agosto de 1980, o *Campus* tem sua origem no programa de expansão e melhoria do ensino Técnico Profissionalizante, com a participação do MEC – PREMEM, do Governo de Mato Grosso e Prefeitura Municipal de Cáceres-MT. Atualmente o *Campus* Cáceres é uma unidade do IFMT - autarquia do Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC.

Para o fortalecimento e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, o governo federal investiu na nova institucionalização das escolas técnicas federais, criando em 2008 os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em Mato Grosso, a

Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, conhecida popularmente como escola agrícola, torna-se o IFMT- *Campus* Cáceres.

Localizado no extremo norte do pantanal, à margem esquerda do Rio Paraguai, com sede no município de Cáceres, na região sudoeste do estado de Mato Grosso, o IFMT *Campus* Cáceres possui uma área de 320 ha, onde se encontra a edificação central, composta pela parte administrativa e pedagógica da escola.

Desde sua fundação, o *Campus* esteve voltado para a área da agropecuária, tanto que no seu espaço físico são realizadas diversas atividades de experimentação nessa área e suas tecnologias, como a produção nos setores de Avicultura, Suinocultura, Piscicultura, Animais Silvestres, Apicultura, Bovinocultura de Leite e de Corte, Forragicultura, Equinocultura, Olericultura, Culturas Anuais e Fruticultura. Além dessas áreas de produção, a escola oferece formação tecnológica em Agroindústria, Florestas e Informática e cursos superiores em Tecnologia em Biocombustíveis e Engenharia Florestal.

Hoje o IFMT *Campus* Cáceres desenvolve educação tecnológica e profissionalizante em todos os níveis de formação, desde a educação básica fundamental, com os cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC - voltados para a formação de jovens e adultos das séries iniciais, a cursos técnicos com formação integrada ao ensino médio, pós-médio, graduação e pós-graduação.

Na interface entre ensino, pesquisa e extensão, a instituição desenvolve programas voltados para inclusão social, educação emancipatória e cidadania, como as ações da Rede Nacional de Certificação Profissional - Rede CERTIFIC, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e Programa Mulheres Mil.

1.4.5 *Campus* Campo Novo do Parecis

Criado em 2007 no espaço onde funcionava a antiga Escola Agrotécnica Municipal Dorvalino Minozzo, o *Campus* Campo Novo do Parecis funcionou inicialmente como Núcleo Avançado ligado ao *Campus* São Vicente, ambos com vocação de ensino, pesquisa e extensão voltados para o setor agropecuário.

O *campus* está em uma área de 73 hectares, localizada na Rodovia MT 235, km 12, na Zona Rural do município de Campo Novo do Parecis, doada pela Prefeitura. Naquele momento, portanto, o CEFET Cuiabá instalou uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) no município. Com a criação dos Institutos, com o programa de expansão criado pelo governo federal a partir da Criação dos IFES, através da Lei nº 11.892/2011 e do programa de expansão

da rede em 2008, o Núcleo Avançado de Campo Novo do Parecis passou a ter o status de *Campus* do IFMT, ganhando autonomia administrativa.

Com o funcionamento ligado ao *campus* São Vicente, a exemplo de Juína e o *Campus* Confresa, Campo Novo do Parecis passou a atuar nos eixos ligados ao setor agropecuário, para atender às demandas da região voltadas para a agricultura empresarial.

No ano de 2008, a antiga estrutura passou por obras de construção e reformas nas 20 salas de aula, blocos administrativos, biblioteca, refeitório, dormitório, viveiro, unidades de produção e outros. Os primeiros servidores da unidade, entre professores e técnicos administrativos, foram selecionados através de concurso público, no mês de julho de 2008.

Durante os anos de 2009 e 2010 o *campus* ampliou consideravelmente sua oferta de cursos e vagas, passando a ofertar cursos ligados aos eixos de Recursos Naturais, Gestão e Negócios, além de licenciatura em Matemática e Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Na perspectiva da ampliação da oferta e acesso ao ensino público profissionalizante, o *campus* expandiu em 2011, criando o Núcleo Avançado de Sapezal. Lá, passou a oferecer 40 vagas no curso Técnico em Comércio, na modalidade subsequente. Passando a partir de 2012, a ofertar também de 40 vagas anuais do curso de técnico em Agropecuária, na modalidade subsequente.

Em 2014, o *Campus* possui 9 turmas do curso Técnico Integrado em Agropecuária, 10 turmas do curso de Agronomia, 4 turmas de Matemática, 4 turmas de Agroindústria, 1 turma de Técnico em Comércio – PROEJA, 1 turma de Técnico em Agropecuária Subsequente e 1 turma de Técnico em Comércio - Subsequente, totalizando uma média de 700 alunos matriculados.

1.4.6 *Campus* Confresa

O *Campus* Confresa foi instituído através da portaria nº 04, de 06 de janeiro de 2009, pelo Ministro do Estado da Educação, tendo por consequência a portaria 123, de 29 de janeiro de 2010, do Ministro do Estado da Educação, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) em 1º de fevereiro de 2010, seção I – p. 15. A construção do prédio ocorreu em terreno doado pela Prefeitura e localizado na Avenida Vilmar Fernandes, 300 MT-CEP:78652-000.

O *Campus* Confresa insere-se na fase II do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, articulada pelo Governo Federal no ano de 2007.

Com o funcionamento ligado ao *campus* São Vicente, a exemplo de Juína e Campo Novo dos Parecis, o *Campus* Confresa passou a atuar nos eixos ligados ao setor agropecuário, para atender às demandas da região voltadas para a agricultura familiar.

Autorizado o funcionamento deste *Campus*, suas atividades acadêmicas tiveram início em abril do mesmo ano, ofertando os cursos da área de Recursos da Natureza, em especial os cursos de Técnico em Agropecuária, Técnico em Alimentos integrado ao ensino médio, e cursos superiores em Agronomia, além das Licenciaturas em Ciências Agrícolas e Ciências da Natureza – habilitação em Química.

Mesmo sendo projetado para atender à demanda produtiva da região do Araguaia Xingu, formando profissionais que atuarão nas áreas de produção agroindustrial, o campus oferece, também, cursos de formação de professores - Licenciatura e Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Pensando em proporcionar formação e qualificação profissional para a região Araguaia Xingu, o *Campus* Confresa pretende, até o ano de 2015, expandir suas áreas de conhecimento ofertando, além dos atuais, os cursos de Técnico em Controle Ambiental – Subsequente, Técnico em Comércio na modalidade PROEJA, Técnico em Agroindústria – integrado, Ciências da Natureza – habilitação em Química, Física e Biologia, bem como os cursos de Especialização em Educação do Campo e Ensino de Ciências e incentivo à pesquisa e extensão.

1.4.7 *Campus* Cuiabá – Octayde Jorge da Silva

O hoje *Campus* Cuiabá – Octayde Jorge da Silva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT foi criado inicialmente pelo Decreto nº 7.566, em 23/09/1909, com o nome de Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (EAAMT) pelo então Presidente da República, Nilo Procópio Peçanha, e inaugurado no dia 1º de janeiro de 1910, oferecendo o ensino profissional de nível primário com os cursos de primeiras letras, de desenho e de ofícios de alfaiataria, carpintaria, ferraria, sapataria, selaria e, posteriormente, o curso de tipografia.

Em 1930, a EAAMT passou a vincular-se ao Ministério da Educação e Saúde Pública e, com a instauração do Estado Novo, o Presidente da República, Getúlio Vargas, pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, transformou as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais.

Em 05/09/1941, por determinação do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, via Circular nº 1.971, assumiu oficialmente a denominação de Liceu Industrial de Mato Grosso e, a partir de 1942, passou a oferecer o ensino industrial com os cursos industriais básicos e de mestria de alfaiataria, artes do couro, marcenaria, serralheria, tipografia e encadernação.

Ainda na década de 1940, o ensino nacional passou por uma reforma, denominada Reforma Capanema, em cujo bojo o Liceu Industrial de Mato Grosso transformou-se em Escola Industrial de Cuiabá (EIC) pelo Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.

Com a expedição da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a Escola Industrial de Cuiabá (EIC) passou a ter personalidade jurídica e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira e o ensino profissional passou a ser oferecido como curso ginásial industrial, que passou a ser equiparado a curso de 1º grau do Ensino Médio pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Em 1965, passou a denominar-se Escola Industrial Federal de Mato Grosso em virtude da Lei nº 4.759, de 20 de agosto, que qualificava as Universidades e Escolas Técnicas da União sediadas nas capitais dos estados como instituições federais e que deveriam ter a denominação do respectivo estado.

Em adequação à lei anterior, o Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, expediu a Portaria nº 331, de 17 de junho de 1968, alterando novamente a denominação para Escola Técnica Federal de Mato Grosso (ETFMT), nomenclatura instaurada na memória coletiva do povo cuiabano.

Com a reforma do ensino de 1º e 2º graus (antigo ginásial e colegial), introduzida pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, a ETFMT deixou de oferecer os antigos cursos ginásiais industriais e passou a oferecer o ensino técnico de 2º grau, integrado ao propedêutico com os cursos de Secretariado, Estradas, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Telecomunicações.

No ano de 1994, o Presidente da República, Itamar Franco, instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica via Lei nº 8.948, de 08 de dezembro, que, entre outras medidas, transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. Porém, a sua implantação ficava submetida à expedição de um decreto específico pelo Ministro da Educação, após aprovação do projeto institucional de cefetização apresentado pela interessada.

Com a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Decreto 2.208/97, o ensino profissional deixa de ser integrado ao propedêutico, a ETFMT implanta a reforma de adequação à lei e inicia a elaboração do projeto de cefetização passando a oferecer, separadamente, o Ensino Médio (antigo propedêutico) e o ensino profissional de nível técnico, então chamado de pós-médio.

Após o projeto de cefetização da ETFMT ter sido aprovado pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, finalmente foi expedido o Decreto de 16 de agosto de 2002 e publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 19 de agosto de 2002, a ETFMT transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso - CEFETMT.

A partir de então, além do Ensino Médio e dos cursos profissionais de nível básico e técnico, a instituição passou a oferecer os cursos profissionais de nível tecnológico e a pós-graduação em nível *Lato Sensu*.

Em 2008, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, transformando em Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – CEFETMT em Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva do IFMT.

O IFMT - Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional técnica e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, como realização de pesquisa aplicada e promoção do desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a formação continuada.

Verificado o interesse social e as demandas de âmbito local e regional, o *Campus* se propõe a ofertar os cursos fora da área tecnológica e ministrar cursos de Educação a Distância, em todos os níveis de ensino.

Atualmente, o *Campus* Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva oferece 29 (vinte e nove) cursos de Educação Profissional Técnica e Tecnológica, sendo 06 (seis) cursos de graduação (Tecnólogo), 01 (um) Bacharelado, 11 (onze) cursos técnicos de Nível Técnico (modalidade subsequente), 07 (sete) cursos de Nível Técnico (modalidade integrado), 02 (dois) cursos de Nível Técnico (modalidade Proeja), 01 (um) curso Tecnológico de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Para os cursos superiores, o IFMT *Campus* Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva oferece ainda cursos através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o CST em Sistemas para Internet em 13 polos nos municípios de Mato Grosso.

Além dos cursos regulares, o *Campus* Cuiabá proporciona cursos de extensão e desenvolve projetos de pesquisa em vários segmentos técnicos e tecnológicos, envolvendo o corpo docente e discente.

Hoje, o *Campus* Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva é reconhecidamente um importante centro de produção e difusão de conhecimento e tecnologias, por meio de numerosas atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação.

1.4.8 *Campus* Juína

Instalado nas dependências da antiga Escola Agrícola Sarita Baracat, o *Campus* Juína do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) insere-se na Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, lançada em 2007. O *Campus* surgiu como uma Unidade Descentralizada (UNED) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá (CEFET Cuiabá) ainda em 2007. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF).

A Unidade Descentralizada (UNED) de Juína transformou-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) - *Campus* Juína a partir da Portaria nº. 4, de 06 de janeiro de 2009, e teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº. 119, de 29 de Janeiro de 2010, publicada no D.O.U. no dia 01 de fevereiro de 2010, desvinculando -se do *Campus* São Vicente e ganhando autonomia administrativa.

A cidade de Juína é considerada polo regional de aproximadamente 15 municípios que compõem a região Noroeste do Estado de Mato Grosso, composta por uma população superior. A economia baseia-se prioritariamente na prestação de serviços, no comércio local, no extrativismo florestal e beneficiamento de madeira, agricultura familiar, agroindústria e na pecuária de corte e leite, que tem grande destaque no desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Abrangendo um raio de ação dentro de um espaço geográfico considerável e com grande carência de instituições de ensino técnico e profissionalizante públicas, com impacto direto sobre uma população de quase 300 mil habitantes, o *campus* passou a atuar na oferta de cursos para o setor agropecuário, comércio e serviços.

1.4.9 *Campus* Pontes e Lacerda

O *Campus* Pontes e Lacerda do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso surgiu em meados de 2008, como Unidade Descentralizada (UNED) do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFET-MT). Ao final do mesmo ano, através da Lei nº 11.892, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e essa lei transformou a Unidade Descentralizada em *Campus*. As efetivas atividades no *campus* tiveram início no dia 13 de outubro de 2008, com dois cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio (Secretariado e Edificações). Já a inauguração do *Campus* só foi oficializada no dia 24 de abril de 2009.

O município de Pontes e Lacerda, que sedia o *Campus*, constitui-se em cidade polo de uma microrregião do Estado de Mato Grosso denominada Alto Guaporé, que abrange, ao todo, 5 municípios com população estimada em 68.416 habitantes, segundo dados do Anuário Estatístico de Mato Grosso de 2011, divulgados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. O *Campus* oferece cursos de formação técnica profissional para atender às demandas de toda esta região e por estar situado na área de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, também atende a uma crescente demanda de cidadãos com dupla nacionalidade – brasileira e boliviana – e cidadãos bolivianos com presença regulamentada no Brasil.

A economia Pontes-lacerdense tem experimentado, sobretudo na última década, importantes transformações. Antes voltada quase que exclusivamente para o setor agrícola, em especial o da pecuária, agora abrange também o setor extrativista, o setor de geração e distribuição de energia elétrica e os setores de comércio e serviços, o que torna o município um importante polo regional de distribuição de mercadorias e ofertas de serviços diversificados. Este reposicionamento do foco econômico foi decisivo para definir o *Campus* Pontes e Lacerda como uma Escola de formação profissional voltada para os setores de indústria, comércio e serviços.

Caracterizado como *Campus* de porte médio, a responsabilidade atribuída ao *Campus* Pontes e Lacerda, à ocasião de sua criação, é a de atender cerca de 1.200 alunos. Para tanto, o *Campus* oferta vagas em cursos de diversas modalidades de ensino, como Técnico Integrado ao Ensino Médio, Técnico Integrado ao Ensino Médio na modalidade PROEJA, Técnico Subsequente ao Ensino Médio, Superior de Tecnologia, Licenciatura e, mais recentemente, apresenta suas proposições para oferta de Curso Superior de Tecnologia na modalidade de Educação a Distância.

Perceber a região da fronteira oeste do Estado de Mato Grosso, que abriga o *Campus* Pontes e Lacerda, não como uma área de divisão e de imposição de limites, conceitos usualmente atribuídos ao termo fronteira, mas sim como uma região de transição, heterogênea e acomodadora do diverso, buscando o desenvolvimento dessa região, como um todo, é o grande desafio que se coloca ao *Campus*. Para dar conta de sua missão, o *Campus* Pontes e Lacerda tem buscado manter suas raízes firmemente fincadas no solo Pontes-lacerdense, ao mesmo tempo em que mantém seus olhos no horizonte.

1.4.10 *Campus Primavera do Leste*

No dia 16 agosto de 2011, em cerimônia promovida no Palácio do Planalto, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, anuncia o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Superior, Profissional e Tecnológica, ocasião na qual a cidade de Primavera do Leste foi contemplada para receber um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT. Ainda em 2011, a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores, por intermédio da Lei Municipal nº 1.261, de 07 de novembro de 2011, promoveram a doação de uma área de 05 (cinco) hectares, para a construção das obras do IFMT em Primavera do Leste, cuja escritura de doação foi lavrada no dia 05 de dezembro de 2011.

No dia 22 de fevereiro de 2013, com a finalidade de agilizar a implantação e o funcionamento do IFMT no município, foi realizada uma audiência na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC do Ministério da Educação, em Brasília, com a participação do secretário, do reitor do IFMT e do prefeito de Primavera do Leste. Nesta audiência, o prefeito propôs fazer a doação das instalações onde funcionavam os cursos da Universidade Aberta do Brasil - UAB, correspondendo a uma área de 2,978 hectares, com 9 salas de aula, laboratório de informática, biblioteca e área administrativa.

Diante disso, o prefeito municipal, com o apoio da Câmara Municipal de Vereadores, propôs e aprovou a Lei Municipal nº 1.338, de 03 de março de 2013, doando a área e as instalações acordadas ao IFMT. No dia 26 de março de 2013, oficializa-se este propósito com a assinatura da escritura pública de doação dos 2,978 hectares que garantiria a antecipação em pelo menos dois anos do início das atividades do *campus* do IFMT em Primavera do Leste.

Em 5 de junho de 2013, o ministro da Educação, por intermédio da Portaria nº 475, cria o cargo de Direção Geral para o *campus* Primavera do Leste, visando a constituição parcial da estrutura administrativa da nova unidade de ensino. Em 6 de junho de 2013, o reitor do IFMT, nomeia pela Portaria nº 983, o Diretor Geral "Pró-Tempore" do IFMT *campus* Primavera do Leste, com a missão de proceder a implantação da instituição.

No segundo semestre de 2013, o *campus* Primavera do Leste lançou seus primeiros editais para a contratação de professores e seleção de alunos para o ano letivo de 2014, com a oferta dos Cursos Técnicos em Eletrotécnica e Eletromecânica, nas modalidades subsequente e integrado ao Ensino Médio, e os Cursos Técnicos Subsequentes em Eletrotécnica, Edificações e Informática pelo PRONATEC, totalizando 245 vagas disponibilizadas para a região.

O *campus* Primavera do Leste foi criado pela Portaria Ministerial nº 993, de 7 de outubro de 2013, Unidade Gestora número 158970 e está situado na avenida Santo Antônio, nº 1075, no bairro Parque Eldorado na cidade de Primavera do Leste – MT.

No dia 13 de dezembro de 2013, foi realizada uma solenidade de lançamento da pedra fundamental da obra, com capacidade de atendimento para 1.200 alunos, tendo 4.347,57 m² de área construída, com 20 salas de aula, biblioteca, auditório, área administrativa e estacionamento e com um valor estimado em 9,2 milhões de reais. A Aula Magna do *campus* foi realizada no dia 10 de fevereiro de 2014.

1.4.11 *Campus* Rondonópolis

A cidade de Rondonópolis localiza-se, geograficamente, na região sul do estado de Mato Grosso, a 210 km da capital, Cuiabá, e representa cerca de 0,48% da área total do Estado, com uma área de 4165 km², sendo 129,2 km² de zona urbana e 4035,8 km² de zona rural. Despontava-se como um importante município, devido à sua privilegiada posição geográfica, determinada pelo entroncamento das BR 364 e 163, e tem como destaques econômicos o agronegócio, o comércio, os serviços, a construção civil e um crescente parque industrial. Os municípios limítrofes de Rondonópolis são: Juscimeira e Poxoréu (Norte), Itiquira e Pedra Preta (Sul), Poxoréu e São José do Povo (Leste) e Santo Antônio do Leverger (Oeste). Tem como distrito: Anhumas, Nova Galiléia, Boa Vista e Vila Operária.

Com o objetivo de atender à demanda econômica do município de Rondonópolis e da região Sul do estado de Mato Grosso e considerando o cenário estabelecido pela Chamada Pública MEC/SETEC 002/2007, foram realizadas Audiências Públicas no Município, em 10/05/2007, com a comunidade residente na região, empresariado e autoridades locais, iniciando a construção da identidade institucional do IFMT – *Campus* Rondonópolis. Assim, para este início de trabalho, seu perfil está fundamentado no PDI do IFMT, que dispõe as razões que justificam a sua existência.

A partir das audiências públicas realizadas, definiram-se 4 eixos temáticos: Informação e Comunicação, Controle de Processos, Gestão e Negócios e Produção Alimentícia. Dentro desses eixos temáticos o *Campus* Rondonópolis passou a ofertar 3 cursos técnicos de nível médio integrado e 1 curso técnico subsequente, sendo eles: Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Química, Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Secretariado, Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Alimentos Modalidade PROEJA e Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática.

O lançamento da pedra fundamental do *Campus* Rondonópolis foi realizado em 29/12/2008. Nesse período iniciou-se o processo de incorporação da área doada pelo município ao IFMT com área total de 52.512,15 m² e área construída de 5.200 m². Em 14/03/2011, ocorreram as aulas inaugurais dos cursos Técnicos de Nível Médio Integrado em Química, Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Secretariado, Curso Técnico de Nível Médio Integrado em

Alimentos Modalidade PROEJA e Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática.

Em 2012, o quadro de servidores já apresentava 40 profissionais, sendo 24 docentes e 16 técnicos administrativos. Em 2013, foram concluídas as obras da guarita, o fechamento da área do *Campus*, construção da calçada externa, poço artesiano e os laboratórios de química, física, biologia, alimentos e informática. Em 2014, o *Campus* contava com 40 docentes e 37 técnicos administrativos e a biblioteca já dispunha de um acervo de aproximadamente 3150 obras. Maio de 2014, foi inaugurada a quadra poliesportiva, dispondo de uma área de 1644,19 m².

1.4.12 *Campus* São Vicente

O *Campus* localiza-se na Serra de São Vicente, no município de Santo Antônio do Leverger. Foi instituído oficialmente pelo Decreto nº 5.409, do dia 14 de abril de 1943, o "*Aprendizado Agrícola Mato Grosso*", com capacidade para 200 alunos de nível primário, passando a ser referência de formação agrícola.

Em 05 de novembro de 1956, passou à "*Escola Agrícola Gustavo Dutra*", e em 13 de fevereiro de 1964, a "*Ginásio Agrícola Gustavo Dutra*", quando então oferecia na sua matriz curricular o nível médio de ensino, e o curso ginásial, com destaque para o ingresso da primeira turma do gênero feminino.

Em março de 1978 passou a oferecer o curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, transformando a realidade social da região, atraindo ainda mais estudantes e famílias de todo o Estado de Mato Grosso e regiões vizinhas, que somado aos já moradores, internos e funcionários da escola, compuseram a comunidade e mesmo a Vila de São Vicente.

Em 04 de setembro de 1979, a instituição passou a chamar-se "*Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá-MT*", nome que divide mérito com "*Escola Agrícola*" de permanecer forte no imaginário e memória coletiva da sociedade mato-grossense.

Outra etapa que demarca grandes mudanças institucionais foi a criação, no ano de 2000, do curso superior de Tecnologia em Alimentos. A partir de 2002, passou a ser uma autarquia institucional autônoma, sendo denominado *Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá* (CEFET CUIABÁ), passando a oferecer cursos nos níveis médio e superior (graduação e pós-graduação), nas modalidades integrada, subsequente e PROEJA.

A partir de 29/12/2008, passa a integrar o IFMT, tendo recebido em 07/01/2009 a denominação de *Campus* São Vicente, ampliando o ensino agropecuário oferecido até então na Serra de São Vicente (Técnico em Agropecuária e Curso Superior de Bacharel em Zootecnia) e abrindo dois núcleos avançados, um no Município de Campo Verde, onde mantém Cursos

Técnicos de Informática e de Alimentos, e Superiores de Tecnologia em Alimentos, de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e de Bacharel em Agronomia. O outro núcleo avançado firma-se no município de Jaciara, onde está o polo de licenciaturas em convergência com o centro vocacional tecnológico, ambos em parcerias com as respectivas prefeituras, com o Ministério da Educação e o Ministério de Ciência e Tecnologia.

1.4.13 *Campus* Várzea Grande

O *Campus* de Várzea Grande do IFMT foi criado pela Portaria Federal de 07 de outubro de 2013 (D.O.U 08/10/2013), fazendo parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, em sua fase III. A demanda originária partiu da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, em março de 2011, tendo sido oficializada por meio de um documento datado de 07 de março de 2011. Em 2012, o Governo Federal inseriu o Município de Várzea Grande no programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

A demandante doou uma área, para a implantação do *campus*, de 100.000 m², localizada no bairro Chapéu do Sol, tendo a escritura do terreno sido registrada oficialmente em nome do Instituto Federal de Mato Grosso em julho de 2013.

As obras para implantação do *campus* foram licitadas em novembro de 2013 e a ordem de início de serviços foi emitida em janeiro de 2014, com prazo de execução previsto em 18 meses.

A priori, tendo em vista a necessidade da implantação imediata de cursos, o IFMT Várzea Grande irá estabelecer-se, até que as obras sejam finalizadas, em um prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande, composto por 11 salas de aula, das quais 5 serão utilizadas para este fim e as outras 6 salas comporão o setor administrativo e apoio pedagógico, laboratório de informática e biblioteca.

O IFMT – Várzea Grande se insere na região metropolitana de Cuiabá, a qual abriga uma população de 832.710 habitantes (IBGE, 2014), dos quais 32% residem em Várzea Grande.

Seguindo as tendências demonstradas em relatórios e pesquisas econômicas, os eixos tecnológicos a serem trabalhados pelo *campus* de Várzea Grande serão os de Infraestrutura – Aeroportuário e Construção Civil e o de Gestão de Negócios. O *Campus* inicia suas atividades em junho de 2014, através da oferta de 100 vagas para cursos do programa PRONATEC/Mulheres Mil.

1.4.14 *Campus* Sorriso

O *Campus* Sorriso do IFMT teve suas atividades iniciadas em 28 de junho de 2011, através da implantação do *Campus* Avançado de Sorriso ligado à reitoria do IFMT. A implantação do *Campus* Avançado de Sorriso é resultado da parceria firmada com a prefeitura municipal, que cedeu o prédio localizado na avenida Tancredo Neves, nº 543, Centro, Sorriso - MT, como forma de viabilizar o início imediato das atividades do *campus*.

A prefeitura efetivou ainda a doação de um terreno localizado no bairro Santa Clara, onde atualmente está sendo construído o prédio definitivo, com previsão de conclusão da obra em novembro de 2014.

Em abril de 2013, o Ministério da Educação publicou autorização para transformação do *Campus* Avançado de Sorriso em *Campus* Sorriso do IFMT, ganhando maior autonomia administrativa e ampliando sua capacidade de oferta de ensino, pesquisa e extensão.

A constituição do *Campus* Sorriso, efetivamente, traz à região uma referência em desenvolvimento sustentável em todas as áreas que pretende atuar, trazendo conhecimento técnico nos mais diversos segmentos, formando profissionais para atuar nos diferentes campos de desenvolvimento regional e local.

O IFMT – *Campus* Sorriso surge num contexto histórico transformador, tanto na região que abriga o município de Sorriso, quanto no cenário nacional de expansão do ensino tecnológico, que nasce com o papel de atenuar a desigualdade social, acentuar os procedimentos de formação da economia local, gerar poder de empregabilidade à comunidade, trazer referência em ensino, transferência de tecnologia e inclusão socioeconômica.

Atualmente o IFMT *Campus* Sorriso atua prioritariamente nas áreas de Produção de Grãos, Alimentos e Meio Ambiente.

O IFMT *Campus* Sorriso tem como meta principal trabalhar o desenvolvimento científico e tecnológico por meio da oferta de cursos e ações que preparem o egresso para o exercício da cidadania e para atuar profissionalmente, oferecendo cursos de curta, média e longa duração, nas diversas modalidades. Atualmente o campus oferta os seguintes cursos: Sistemas Ambientais (Gestão e Controle); Produção de Grãos; Tecnologia e Transferência de Tecnologia; Qualidade e Processamento de Alimentos; Serviços (Hospitalidade, Lazer, Comércio, Serviços Públicos); Saúde (saneamento, saúde pública, controle, gestão).

O IFMT *Campus* Sorriso está inserido numa região em franco desenvolvimento, com oportunidades crescentes de trabalho, emprego e renda. Essas características têm atraído pessoas de diferentes regiões do país, que migram em busca de melhores condições de vida.

Nesse sentido observa-se que há uma necessidade real de uma Instituição que exerça o papel formador, com o intuito de gerar conhecimento técnico e científico, oportunizando maior empregabilidade e consistência de renda, bem como prosseguimento de estudos.

Essa região está vocacionada para as áreas ligadas às cadeias produtivas agrícolas. A sua participação é significativa em um comparativo na economia do estado.

Devido à demanda apresentada pela crescente produção agrícola na região, o IFMT *Campus* Sorriso objetiva formar profissionais que conciliem o desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade ambiental.

Assim, a vocação do IFMT *Campus* Sorriso se constitui no atendimento às necessidades concretas da população regional e do desenvolvimento das suas articulações produtivas, sociais, culturais e ambientais.

1.5 Os *Campi* Avançados em Implantação

A implantação de 4 novos *Campi* avançados do IFMT cria novas perspectivas para as microrregiões do Parecis, Alto do Teles Pires, Tangará da Serra e Sinop. Essas regiões possuem sua vocação em função do agronegócio e nos últimos anos vêm passando por processo de industrialização, recebendo maiores contingentes populacionais e ampliando a demanda por serviços de qualidade. Ocorre, no entanto, que a qualificação e a formação de mão de obra na área técnica e tecnológica apresentam-se como uns dos principais desafios para o avanço socioeconômico dessas microrregiões.

Nesse sentido, a implantação dos *Campi* Avançados do IFMT trará para essas regiões grande contribuição. O IFMT realizará a qualificação e capacitação da população, viabilizando a implementação e o desenvolvimento de empresas que agregam valor à produção regional, criando novas alternativas de negócios, empreendimentos e melhorando a renda da população, assim como a arrecadação e conseqüentemente a oferta dos serviços públicos.

Nessas regiões encontra-se um grande contingente de pessoas que se apresentam em situação de vulnerabilidade social, tendo como agravante a falta de profissionalização e qualificação profissional. Portanto, existe a necessidade de políticas públicas eficientes para garantir uma equidade social com melhor distribuição de renda, dentre as quais, a oferta de educação profissional e tecnológica e programas sociais para capacitar, qualificar e contribuir com os arranjos produtivos locais e regionais serão fundamentais.

Os *Campi* Avançados de Diamantino, Tangará da Serra e Lucas do Rio Verde estão se instalando em prédios doados pelo Governo do Estado, através da Lei nº 10.003/2013 (Diamantino e Tangará da Serra) e Lei nº 10.082/2014 (Lucas do Rio Verde), locais onde

funcionavam as Escolas Técnicas Estaduais (CEPROTEC). Em Sinop o prédio para instalação do IFMT será cedido pela prefeitura municipal.

A previsão é de que entre maio e agosto de 2014 os 4 novos *Campi* Avançados iniciem suas atividades, garantido, de acordo com a Lei nº 11.892, a oferta de 50% de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, sendo 10% para PROEJA e no mínimo 20% das vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica e sociais. Os *Campi* Avançados atuarão também na oferta de vagas através do programa PRONATEC/Mulheres Mil, já havendo inclusive a pactuação de 280 vagas para o campus avançado de Diamantino e 205 vagas para Tangará da Serra.

Os focos de atuação dos novos *Campi* estão sendo definidos através de estudo do contexto e das projeções socioeconômicas locais e regionais, realização de audiências públicas e elaboração de relatório final.

CAPÍTULO II

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI/IFMT

Apresentação

Um plano é bom quando contém em si a força que o faz entrar em execução. Ele deve ser tal que seja mais fácil executá-lo do que deixá-lo na gaveta. (GANDIN, 2000, p. 25)

O Projeto Pedagógico Institucional/PPI, previsto no Art. 16, Inciso II, do Decreto 5.773/06, constitui-se num importante instrumento orientativo e de mediação do trabalho pedagógico e institucional, pois traz em seu cerne os princípios e as diretrizes do processo educacional que se desenvolve no âmbito das Instituições Federais de Ensino.

Fundamenta-se, primeiramente, na Constituição Federal/CF de 1988 que, em seus artigos 206 e 214, apresentam dois pilares essenciais: a Gestão Democrática como um princípio e o Planejamento como uma necessidade para a superação das defasagens educacionais existentes no país até então, sua melhoria e desenvolvimento.

Segundo Cury (2008), a inclusão desses pilares na CF representou um grande avanço, uma vez que a partir de então, os mesmos passaram a ser reproduzidos em Constituições Estaduais e em Leis Orgânicas Municipais. Dalila Oliveira (1997) também entende que a partir da CF de 1988 começam a ocorrer tentativas de interpretação do conteúdo deste dispositivo, o que implica diferentes políticas se efetivando sob o manto do planejamento e da gestão democrática, principalmente na perspectiva participativa.

Ainda nos marcos legais, a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB, ao tratar da *Organização da Educação Nacional* traz incumbências importantes para a União, os Estados e Municípios no sentido de elaborar seus Planos de Educação, de forma colaborativa. Vai além, quando compromete estabelecimentos de ensino e docentes no processo de construção de suas Propostas Pedagógicas.

O planejamento, segundo Libâneo *et al* (2009), consiste em ações e procedimentos para a tomada de decisões a respeito de objetivos e de atividades a serem realizadas em razão desses objetivos. De forma geral, um dos grandes benefícios do planejamento é a antecipação de decisões para orientar a instituição, prevendo o que se deve fazer para atingi-los; o processo de conhecimento e de análise da realidade escolar em suas condições concretas; a possibilidade de previsão e distribuição de responsabilidades e o envolvimento de direção política, pedagógica e administrativa, trabalho escolar, metas, ações, procedimentos, investimentos e financiamento.

Historicamente, o planejamento e os planejadores vivenciam situações de horizontes nebulosos, com ansiedade e falta de perspectivas de curto e médio prazo. As propostas de ontem já não servem para hoje. A ideologia de que o Planejamento é uma técnica neutra já foi esclarecida à exaustão (Garcia, 2003). A essa ideia, soma-se a contribuição de Gadotti (2010), quando afirma não crer em planos elaborados apenas por técnicos, mas sim a partir de uma mobilização da sociedade, priorizando a educação.

Essa nova lógica de planejamento, na perspectiva de Kuenzer (2003), pretende ultrapassar o planejamento autoritário, centralizado, tecnocrático e só será possível a partir da instauração de um amplo processo de discussão a nível nacional, do qual participem Estado e sociedade civil, através de suas formas de organização.

Essa nova concepção de planejamento denomina-se *Participativo*, que, segundo Dalmás (2004), pode ser compreendido como uma ação coletiva de pessoas interagindo politicamente em função de necessidades, interesses e objetivos comuns.

Suas fases são indissociadas, pois elaboração, execução e avaliação ocorrem simultaneamente. É considerado rico em possibilidades, uma vez que permite a postura crítica, não se pretende neutro, democratização é a sua senha, a escola é o cenário e a educação é um ato político. Para que ele se efetive, de fato, é preciso criar um clima favorável, em que a integração grupal, a socialização do poder, o conhecimento teórico, a disposição de se correr riscos e a infraestrutura adequada estejam favoráveis.

Seus passos, segundo Gandin (1984), envolvem a utopia, ou o que se quer alcançar. Isso requer uma opção clara de ser humano, de educação e sociedade; fixação de diretrizes: identidade, concepção de escola e de escola pública, definir qual a qualidade desejada, ensino-aprendizagem, avaliação, currículo, trabalho e conhecimento. Trata-se do Marco Teórico ou Marco Referencial.

Nesse sentido, valorizando a riqueza do momento pelo qual passa o IFMT, coletivamente, a Subcomissão Central do PPI/ PDI elaborou um documento inicial de referência que pretende orientar e contribuir com os debates nos *campi*.

O documento descreve as realidades regionais do estado de Mato Grosso e dos *campi*; indica concepções teóricas nas quais o IFMT deverá se pautar nos próximos 05 (cinco) anos, a partir de uma visão de homem, de sociedade e de educação – até então consensuada através dos diversos fóruns ocorridos no processo de construção do PDI/ PPI; propõe objetivos, políticas e estratégias e, por fim, como se dará o processo de avaliação deste importante instrumento denominado Projeto Pedagógico Institucional – PPI.

2.1.1 Concepção de Ser humano, Sociedade, Cultura, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Educação

As instituições sociais que formam a sociedade devem servir ao homem. (KRUPPA 1994, p. 17)

A epígrafe acima é ponto central para que se entenda a função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT.

Pautado pela **educação para a vida e para o trabalho**, parte da concepção de que as instituições sociais e, mais especificamente as instituições de ensino, devem cumprir papel para além de meros aparelhos ideológicos de Estado (Althusser, 2007), pois elas existem a partir das relações entre os homens. Logo, sua existência é também histórica e conflituosa, pois expressam as tensões conservadoras ou inovadoras presentes em seu interior.

Indivíduo nenhum e nenhuma forma concebível de sociedade hoje ou no futuro podem evitar as determinações objetivas e o correspondente fardo do tempo histórico, bem como a responsabilidade que necessariamente emerge de ambos. (MÉSZÁROS, 2007, p. 33)

Nesse sentido, é pertinente a reflexão proposta por Gadotti (2010) acerca do “significado pedagógico da dúvida”. Ele afirma que por meio da dúvida chega-se a uma decisão transformadora, independentemente da perspectiva, sendo este o momento em que o *existir* torna-se uma tarefa intransferível, momento de situar-se, posicionar-se em relação ao outro e ao mundo. A esse fenômeno dá-se o nome de autonomia, que para Freire (2011) está relacionada à dignidade, ao respeito e deve ser conquistada a partir da práxis, da intervenção de homens e mulheres comprometidos com a ruptura das opressões da sociedade.

Em consonância com esse cenário de importância da dúvida, Manacorda (2000) questiona que “o homem não nasce homem”, mas vai se formando ao longo da vida ou, “talvez o homem nasça homem, mas apenas enquanto perspectiva”. Em ambos os casos, ele aponta que a aprendizagem, a educação, num contexto social adequado, é que permite a ele as experiências, noções e habilidades que o permitirão executar atos “tanto humanos quanto não naturais, como o falar e o trabalhar segundo um plano e um objetivo”.

O entendimento de ser humano que o IFMT concebe é, portanto, basicamente o do “ser-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 1997) ou, conforme Ianni (1884), “Em essência, o homem é trabalho”. Tanto que, segundo ele, para viver o homem tem que trabalhar e, ao mesmo tempo, apropriar-se do trabalho do outro. Suas necessidades são cotidianas e históricas: comer, beber, dormir, vestir-se, abrigar-se, reproduzir-se biológica e socialmente.

Mas é em Marx (2002, p. 10) que se busca a compreensão histórica do homem enquanto ser social, uma vez que, segundo ele, os homens se distinguem dos animais pela consciência e por tudo que queira.

Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos.

A essa produção humana da vida material dá-se o nome de Trabalho, que para Saviani (2005) tanto pode ser “trabalho material” – que trata da produção de bens materiais em escalas cada vez mais amplas – ou “trabalho não material” – que trata da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, atitudes, hábitos – no qual se situa a educação.

A divisão social do trabalho, aprofundada na sociedade capitalista, separa o pensar e o agir de forma tal, que se cria uma dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Concepção essa que contradiz frontalmente com a função social assumida pelo IFMT, que tem o compromisso com a educação transformadora.

Essa educação transformadora assenta-se na unidade entre teoria e prática intencionada, dialética, ou como defende Gadotti (2010), numa Práxis transformadora, criadora, ousada, crítica reflexiva.

A práxis, na perspectiva de uma instituição de formação profissional e tecnológica, assume uma dimensão central, pois como questiona Manacorda (2010), “quem ainda ousa separar ensino e educação, ensino e trabalho”? Para ele este é um processo natural e contraditório, mas que só é possível quando compreendido como uma etapa para a humanização e dignificação do sujeito pela possibilidade de liberdade de escolha e de desenvolvimento de todas as suas potencialidades criadoras. Trata-se, então, da formação do sujeito *omnilateral*. Ou seja, a formação do homem para atingir a sua plena capacidade produtiva, de consumo e prazeres, onde o gozo dos bens materiais e espirituais deve ser considerado. Algo que hoje o trabalhador tem estado excluído, em virtude da forma como está organizado o trabalho na sociedade capitalista.

No mundo contemporâneo, a Ciência e a Tecnologia podem ou não contribuir para que o homem desenvolva suas potencialidades criadoras. Para tanto, o IFMT parte do entendimento de Costa (2010) de que “o homem é dotado de vontade e isso o impulsiona a inovar, a fazer

ciência”. Logo, essa vontade demanda tanto trabalho mental quanto físico; o que levou o mundo a um processo de evolução científica e tecnológica surpreendentes.

É pertinente, portanto, que o IFMT – por se tratar de uma instituição de educação profissional e tecnológica que tem a tarefa de tratar de forma indissociada ensino, pesquisa e extensão – problematize: O que se pode fazer com a ciência e a tecnologia? Como fazer? Com quais instrumentos fazer? E, para quê e para quem fazer?

Para Raupp (2010), a ciência pode trazer grandes benefícios ou grandes malefícios. Tudo depende, segundo ele, de se associar à ciência “políticas públicas adequadas, com decisões tomadas democraticamente no seio da sociedade”. Ele faz referência, por exemplo, a momentos históricos em que a ciência mal direcionada provocou catástrofes para a humanidade.

O Brasil vive um momento profícuo em torno do debate do seu desenvolvimento socioeconômico e político. É consenso entre estudiosos, pesquisadores e educadores que, dentre as diversas frentes, a educação é central para o desenvolvimento do país e, mais especificamente para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação. Logo, pensar o papel protagonista a ser assumido pelo IFMT, frente a esses desafios, é tarefa de toda sua comunidade.

No que diz respeito à Inovação Tecnológica, em que pese uma multiplicidade conceitual, a definição dada pelo Ministério das Comunicações é clara: “toda novidade implantada pelo setor produtivo, por meio de pesquisas ou investimentos, que aumenta a eficiência do processo produtivo ou que implica em um novo ou aprimorado produto”.

Na perspectiva cultural, afirma (Raupp, 2010), a ciência tem um valor importante, pois pressupõe um processo criativo no qual se gera conhecimento. Relaciona-se a formação de pessoas nas universidades e, mais recentemente também em instituições de ensino básico e, “um bom ensino de ciência, em qualquer nível, deve ter sempre essa postura”.

Mais recentemente, soma-se a esse debate, a questão da inovação para a sustentabilidade, que deve gerar “resultados positivos” nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos. Nessa perspectiva, entende-se que o humano é o centro desse processo.

Há, portanto, algumas recomendações, resultantes da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em 2010, que – em síntese – devem orientar o trabalho do IFMT:

→ Melhorar a educação em todos os níveis e em particular o ensino de ciências, atraindo jovens para carreiras científicas e tecnológicas;

→ Intensificar ações e iniciativas de CT&I para a sociedade em geral;

→ Contribuir para que a Ciência, Tecnologia e Inovação se tornem componentes do desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico e socioambiental, por meio de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

Considerando que um dos conceitos de sustentabilidade está relacionado à “adoção de comportamento ético capaz de contribuir com o desenvolvimento econômico”, ao mesmo tempo em que se preocupa com a qualidade de vida da sociedade, portanto, segundo Kruppa (1994), respeitando-se cultura em seu sentido amplo, que é “(...) conjunto de costumes, dos modos de viver, de vestir, de morar, das maneiras de pensar, das expressões de linguagem, dos valores de um povo ou de diferentes grupos sociais”, e por isso devendo ser entendida como uma necessidade humana básica e também como um direito, o IFMT se referencia por uma política inclusiva de respeito ao outro e a diversidade; sendo plural no campo das ideias.

O Instituto compreende ainda a necessidade de uma educação emancipadora que, numa perspectiva histórica, aponte para a superação das desigualdades de classe, gênero, raça⁶ e quaisquer outras que possam ser entendidas como forma de violência social, rompendo com relações pautadas pelo poder econômico em detrimento dos valores humanos (Jonas *et al*, 2007). Além de pautar-se por uma cultura de paz e solidariedade integrada à mobilização do povo contra toda e qualquer ofensiva à soberania nacional.

2.1.2 Concepção de Currículo

O IFMT compreende que a elaboração e a definição do currículo implicam na descrição de como se concretizam as funções da instituição, dentro de um dado contexto histórico e social. Por isso mesmo, currículo não é algo abstrato e estático. Dependendo do contexto, dos níveis de ensino, das modalidades de educação atendidas, é que o currículo é construído, planejado e desenvolvido.

Como pontua Sacristán (2000, p.15), “não podemos esquecer que o currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização, que se atribui à educação escolarizada”.

Tendo a inclusão como um valor, o IFMT fez a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades.

⁶O termo raça utilizado neste documento, refere-se ao conceito socialmente construído, segundo Clóvis Moura .

Para tanto, o currículo deverá ser atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade. Deverá favorecer a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente da construção do seu conhecimento.

O professor, nessa perspectiva de currículo, é compreendido como mediador, articulador do processo de ensino-aprendizagem, visando à construção do sujeito histórico, social e afetivo. O conteúdo é trabalhado a partir de uma ação pedagógica na qual as unidades curriculares não apenas somam esforços, mas trabalham para a construção de conceitos, de forma que o conteúdo exista como meio e não como fim.

Em consonância com a missão de educar para a vida e para o trabalho, aponta, ainda, como proposta um currículo integrado, visando promover a socialização dos saberes, superar a fragmentação entre as diferentes áreas do conhecimento e efetivar a formação de cidadãos/trabalhadores que compreendam a realidade e possam satisfazer as suas necessidades transformando a si e ao mundo.

2.1.3 Fundamentos do currículo integrado

A cultura distribuída pela escola dentro de um currículo decorre de uma seleção organizada e planejada. O formato que o currículo tem envolve, implícita ou explicitamente, os conteúdos, as práticas e os códigos pedagógicos.

Bernstein (1980) identifica dois tipos básicos de currículo: o de coleção e o integrado. O currículo de coleção é organizado por disciplinas isoladas, extremamente especializadas e diversas, que são agrupadas e justapostas, num determinado nível ou modalidade de ensino. O currículo integrado, por sua vez, apresenta relações entre os diversos conteúdos, diluindo as fronteiras e perdendo os contornos disciplinares.

Um currículo organizado na ótica da coleção, do mosaico ou da justaposição pressupõe que nos níveis iniciais de escolarização a formação seja mais básica, geral, com baixo grau de especialização; mas, às fases finais, prioriza-se as disciplinas especializadas.

Historicamente, as práticas curriculares nas escolas brasileiras têm sido majoritariamente fundamentadas no modelo coleção. E em nossa instituição não é diferente. Mas, como currículo é construção, o IFMT assume a busca do vir a ser, ou seja, compreende-se uma comunidade escolar a caminho da construção do currículo integrado.

O IFMT compreende o currículo como um conjunto integrado e articulado de atividades intencionadas, pedagogicamente concebidas a partir da visão crítica de ser humano, de mundo,

de sociedade, de trabalho, de cultura, de educação, de ciência e tecnologia, organizadas para promover a construção, a reconstrução, a socialização e a difusão do conhecimento.

Tais atividades intencionadas visam à formação integral dos educandos, objetivando, também, torná-los cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento sustentável local, regional, nacional e global, na perspectiva da edificação de uma sociedade democrática e solidária.

Essa concepção tem por base os conceitos de politécnica e de formação integrada.

A educação politécnica, segundo Saviani (1989), significa o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno.

Domínio implica reflexão sobre o trabalho, a ciência e a cultura e sobre suas relações com o currículo, porque a educação profissional, científica e tecnológica, além do compromisso com a formação humana, procura, também, responder às necessidades do mundo do trabalho, permeado pela presença da ciência e da tecnologia como forças produtivas que geram valores, riquezas e relações sociais, conforme destacam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005).

Conforme Ciavatta (2005), na educação profissional, a compreensão de formação integrada significa formar para a superação do ser humano segmentado, historicamente, pela divisão social do trabalho (entre as ações do pensar e do executar, do dirigir e do planejar), pelo entendimento de que a formação geral é parte inseparável da formação para o trabalho em todos os processos educativos e produtivos.

O modelo de currículo integrado fundamenta-se na aprendizagem significativa e na interdisciplinaridade. Essa concepção de currículo articula várias práticas educativas que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem. Orienta-se por uma postura interdisciplinar e crítica frente ao conhecimento, adotando a pesquisa como princípio educativo. Em consonância com tal princípio, a escola passa a ser um espaço de (re) construção e de socialização das experiências entre o conhecimento sistematizado, relacionado com o mundo vivido, e o contexto social.

2.1.4 Concepção de Gestão Educacional

Para entender os princípios, fundamentos e estratégias de Gestão Educacional em instituições de ensino, há que se fazer um esforço para compreender o cenário mundial das transformações econômicas, culturais e geográficas ocorridas nas últimas décadas, uma vez que as mesmas afetam a educação de várias formas, sendo as reformas educativas a principal delas, o que incide em mudanças curriculares, da gestão educacional, da avaliação dos sistemas e da profissionalização dos professores. Com isso, estratégias como descentralização,

autonomia das escolas, reorganização curricular, novas formas de gestão e direção de escolas, novas tarefas e responsabilidades dos professores passam a ser, segundo Libâneo (2009), uma necessidade.

A Constituição Federal – CF – de 1988, Título VIII, Artigo 206, traz a Gestão Democrática como princípio e uma estratégia de valorização da democracia, uma vez que aponta para novas formas de organização e administração do sistema, objetivando a universalização do ensino a toda população. Bordenave (1994) ao abordar a participação como elemento fundante da democracia, refere-se à escola como o espaço em que a sociedade produz os elementos da sua própria contradição. É a arena onde grupos sociais lutam por legitimidade e poder na sociedade capitalista.

É a escola, também, um espaço de livre circulação de ideologias (Chauí, 2006) onde a classe dominante espalha suas concepções e permite a ação dos intelectuais orgânicos rumo ao desenvolvimento de práticas educacionais em busca da democratização.

No período que antecede a CF/1988, o movimento em defesa da escola pública exige a democratização escolar enquanto expansão, gratuidade, qualidade e financiamento. Valorização do trabalho docente em novas estruturas internas das redes escolares quanto à qualificação dos sujeitos do trabalho pedagógico. As críticas eram relativas às relações autoritárias advindas de órgãos centrais, pressões clientelistas para indicações, investidura de autoridades pedagógicas e ambiência das unidades escolares.

Cientes das várias concepções e modalidades de gestão: centralizada, colegiada, participativa, cogestão, os educadores passam a radicalizar (no sentido estrito da palavra) partindo de entendimentos como o de Arroyo, que defendia que:

[...] democratizar a administração da educação não era eliminar a presença do Estado dos serviços públicos, mas sim, buscar mecanismos para submeter as decisões do Estado ao debate e controle da opinião pública. (ARROYO, 1979, apud Hora, 1994, p. 4)

Gestão vem de "*gestio*", que vem de "*gerere*", que significa trazer em si, produzir. Gestão não é só administrar um bem fora de si, mas sim algo que traz em si, porque nele está contido. É a capacidade de participação, sinal de democracia.

O IFMT, entendendo a gestão como um meio de garantir o bom funcionamento da instituição escolar para que a mesma alcance os objetivos estabelecidos (que são: aprendizagem escolar, formação para o trabalho e para a cidadania, valores e atitudes), concebe como correto afirmar que normas, diretrizes, estrutura organizativa, ações e procedimentos adotados asseguram a racionalização de recursos humanos, intelectuais, materiais e financeiros, coordenação e acompanhamento do trabalho das pessoas. O processo de chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar é que caracterizam a gestão, que envolve aspectos gerenciais e técnico-administrativos.

A gestão democrática se divide em técnico-científica, autogestionária, interpretativa e democrático-participativa. Mas, é na democrático-participativa – uma vez que ela agrega pessoas que interagem social e politicamente e suas ações têm intencionalidade e as decisões são tomadas democraticamente – que o IFMT verterá todos os seus esforços para que a mesma se consolide enquanto uma Política de Gestão da Instituição.

Na gestão democrática, a organização escolar não é estritamente objetiva, neutra, mas sim um processo de tomada de decisões coletivas, onde os membros do grupo podem discutir e deliberar, estabelecendo ainda, uma relação de colaboração. Ela pressupõe transparência de processos e de atos, pois tem caráter público e aberto, logo se opõe ao privado e secreto. Ela não anula, mas convive com certas especificidades hierárquicas da instituição.

Bruno (1997) afirma que “melhorar a qualidade da educação está além de reformas curriculares”, pois demanda novas formas de organização do trabalho na escola, constituindo alternativas práticas possíveis de se desenvolverem e de se generalizarem, pautadas por laços da solidariedade, formas coletivas de trabalho, com uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais.

A consolidação de uma gestão democrática no interior do IFMT não é um processo espontâneo e fácil que pode ser travado pelas relações de poder. Portanto, exige permanente esforço humano e coletivo a partir de decisões de grupos e não de indivíduos, como afirma Hora (1994).

Sobre a democratização das estruturas educacionais pode-se reafirmar ainda que exige a participação de todos na definição de estratégias, organização da escola, redefinição de seus conteúdos e fins e a recuperação do sentido administrativo de administração escolar.

A democratização do IFMT pode ser entendida ainda como:

a) ampliação do acesso à instituição educacional – com maior divulgação do papel social da instituição; funcionamento em horários compatíveis aos trabalhadores; com políticas de ingresso amplas; política estudantil consequente, que contribua para a permanência.

b) democratização dos processos pedagógicos – com respeito à construção coletiva e emancipadora; progressiva adesão ao trabalho interdisciplinar; reavaliação curricular; avaliação processual;

c) democratização dos processos administrativos – com fortalecimento dos fóruns e colegiados.

A gestão democrática está intimamente articulada ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos de classe dos trabalhadores, extrapolando as batalhas internas da educação institucionalizada e, sua solução está condicionada à questão da distribuição e apropriação da riqueza e dos benefícios que transcendem os limites da ação da escola.

Nesse sentido, é imprescindível que os gestores/ administradores/ educadores, independentemente de ordem hierárquica, compreendam a dimensão política de sua ação administrativa, respaldada na ação participativa, rompendo com a rotina alienada, o mando impessoal e racionalizado da burocracia.

Portanto, é objetivo estratégico do IFMT a participação efetiva dos diferentes segmentos na tomada de decisões, sensibilizando a todos de que são sujeitos de sua história.

2.1.5 Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

Nesta formulação, buscam-se abordagens cujas reflexões dialoguem com os princípios norteadores deste Projeto Pedagógico Institucional – PPI, a fim de trilharmos os caminhos que nos levem à construção daquilo que idealizamos como práticas pedagógicas contributivas na formação de um projeto de homem e de sociedade, nas perspectivas autônoma e emancipatória.

Para isso, torna-se imprescindível interagir com a tendência crítica da pedagogia que se caracteriza pela prática pedagógica dialógica, reflexiva e transformadora, com vistas a contribuir para um processo de formação e transformação social. Pretende-se cultivar esse processo de formação no cotidiano dos *campi* do IFMT para que se ressignifiquem os processos de assimilação e de produção do conhecimento, de modo que cada vez mais se encontrem experiências que privilegiem as práticas libertadoras, contribuindo para a dissipação das práticas bancárias e autoritárias, como já preconizava o educador Paulo Freire.

Dialoga-se também com a abordagem reflexiva por perceber sua importância na formação dos professores, principalmente diante da nova realidade a partir da institucionalização da rede federal de educação profissional, em que assumimos novos desafios como as práticas extensionistas e de investigação científica. Essa abordagem propõe um maior envolvimento do docente nas atividades de pesquisa, além de estimular a reflexão sobre as próprias práticas, e, a partir disso, o docente será capaz de construir e reconstruir seus saberes a partir da análise reflexiva.

Tal abordagem busca, portanto, a reflexão, mirando um projeto coletivo de produção de conhecimento, com ações que garantam a prática de um fazer educativo consonante com os ideais de transformação pessoal e social. E para que isso ocorra, o envolvimento é elemento imprescindível na elaboração de práticas colaborativas.

Para Veiga (2007), a prática colaborativa dimensiona a superação da humanidade que temos em direção à humanidade que queremos, e, nas pegadas de Freire aponta as distintas nomenclaturas para essa compreensão: educação como prática de liberdade, pedagogia da

esperança, pedagogia da indignação ou pedagogia da autonomia. E todas elas apontando para uma proposta de caráter emancipatório.

Para o projeto de educação que se defende, e diante da realidade que se vive no IFMT, são necessárias ações que contribuam para a difusão de práticas colaborativas com foco na autonomia e na emancipação, para que assim passemos a superar as práticas opressivas que permeiam as relações pedagógicas para dar protagonismo às práticas que se construam via ações coletivas, críticas e reflexivas.

Compreende-se nesta proposição que a compreensão teórica e prática sobre os processos formativos deve nos orientar para a busca de fazeres educacionais que levem em consideração que a educação, socialmente construída, pauta-se nas realidades da vida e do trabalho, para não apenas reproduzir as concepções dominantes, mas para permitir aos atores desse processo um novo olhar sobre mundo, na condição de sujeitos históricos e com capacidade de intervenção na realidade.

2.1.6 A pesquisa como princípio educativo

Com a institucionalização decorrente do processo de expansão da rede federal, os Institutos Federais passaram a equiparar-se às universidades federais no tocante às atribuições relacionadas à pesquisa e à extensão.

Desde então, o IFMT vem desenvolvendo projetos e programas que visam à execução de atividades de investigação científica que contribuam para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do Estado de Mato Grosso.

Para orientar o desenvolvimento dessas ações, compreende-se nesta proposição que a pesquisa seja fundamentada em princípios que fomentem a iniciação científica dos estudantes, num processo de articulação e integração com o ensino e a extensão, de modo que o fazer científico não se isole das outras práticas e que contribua para a formação integral dos novos homens e mulheres em processo formativo no IFMT.

Nesse processo de produção de conhecimento, em que a pesquisa surge como uma alternativa de formação, percebe-se uma maior interação entre docentes, técnicos e estudantes, e isso repercute num modelo de formação em que a prática investigativa emerge como fonte de saber e transformação no espaço acadêmico.

Para que isso ocorra de forma orgânica, há que se provocar práticas de investigação que problematizem as questões levantadas no contexto acadêmico e criem oportunidades para que os sujeitos desse processo encontrem motivação para questionar, investigar, coletar,

examinar, sintetizar, sistematizar e principalmente compreender e analisar de forma crítica e científica.

Assim, propõe-se no IFMT que os estudantes encontrem condições de atuar humana e profissionalmente em uma sociedade permeada de complexidades, e que esses sujeitos tenham reais condições de solucionar os desafios do mundo do trabalho. Por isso, acredita-se na educação pela pesquisa como uma alternativa de qualificar os sujeitos envolvidos, para que desenvolvam sua autonomia intelectual e sua consciência crítica para interferir propositivamente nos espaços onde atue, conforme nos orienta Demo (2003).

2.1.7 O trabalho como princípio educativo

O fazer educativo no contexto da educação profissional não pode estar desconectado de elementos como a ciência, a cultura e o trabalho, que, integrados, podem orientar diretrizes para uma educação que vise à autonomia dos sujeitos.

Para o alcance dessa proposta, compreende-se o trabalho como princípio educativo por ser um elemento central e fundante na vida dos sujeitos. Por isso os processos formativos devem se orientar numa perspectiva de trabalho humano, em que se considerem o termo tanto na sua materialidade, no sentido produtivo, como na sua culturalidade, concebida a partir das interações sociais.

Para Saviani (1989), pode-se considerar o trabalho como princípio educativo de três modos: primeiro, pelo grau de desenvolvimento social, resultante de um processo histórico, que determina o modo de ser da educação em seu conjunto, respondendo às necessidades dos modos de produção; segundo, quando assegura a participação direta do conjunto societário no trabalho socialmente produtivo; e em terceiro, quando determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico.

O trabalho como princípio educativo não pode reduzir-se a uma técnica didática ou metodológica do fazer educativo, mas deve principalmente constituir-se em compromisso ético-político, visto que o trabalho é entendido como um dever e também como um direito, e dentro disso os sujeitos necessitam compreender o sistema econômico no qual estão inseridos a fim de combater as práticas de exploração e alienação pelo trabalho.

De acordo com Frigotto (2005), considerar o trabalho como princípio educativo é entender que por meio dele, os seres humanos socializam suas experiências na busca de suprir as suas necessidades. E considera-se ainda o trabalho numa dimensão ontocriativa, pois é por meio dele, mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia, que os seres humanos criam, recriam sua própria existência, transformando a natureza para prover sua sobrevivência.

Sendo o trabalho uma condição imperativa na vida dos sujeitos, torna-se um processo educativo a socialização de seu princípio de produtor de valores de uso que instrumentalizam a manutenção e a reprodução da vida.

Assim, as proposições educacionais aqui trazidas projetam ações que compreendem os princípios científicos, reconhecendo a imanência do trabalho como categoria central na formação individual dos sujeitos e do conjunto social.

2.1.8 O respeito à diversidade

A diversidade – concebida como uma construção histórica, cultural e social – está presente em todas as relações sociais. Historicamente, a diversidade e a pluralidade culturais ocupam um lugar político desde a colonização e a formação do povo brasileiro. No entanto, para Gomes, tratar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se frente a processos de colonização e dominação. Nesse direcionamento, Gomes (2008) destaca, nas demandas em prol do respeito à diversidade no currículo, os movimentos sociais e culturais que, além de questionarem a escola e os currículos estabelecidos, propõem mudanças nos projetos pedagógicos e interferem na política educacional. É preciso compreender o contexto e as conjunturas políticas, econômicas e sociais imbricadas no tratamento dado às diferenças.

De acordo com Silvério (2006, apud GOMES, 2007, p. 26),

[...] a entrada em cena, na segunda metade do século XX, de movimentos sociais denominados identitários, provocou transformações significativas na política pública educacional [...]. A demanda por reconhecimento é aquela a partir da qual vários movimentos sociais que têm por fundamento uma identidade cultural (negros, indígenas, homossexuais, entre outros) passam a reivindicar reconhecimento, quer seja pela ausência deste ou por um reconhecimento considerado inadequado de sua diferença.

Na escola – espaço social multicultural, integrador e sistematizador dos conhecimentos, construídos, historicamente, pela humanidade –, a diversidade está, intrinsecamente, ligada ao currículo, uma vez que o processo educativo envolve aspectos diversos (étnicos, culturais, raciais, religiosos, políticos, territoriais, socioeconômicos, físicos e comportamentais, dentre outros) que interferem, diretamente, na formação humana.

A diversidade também é uma cultura a ser construída e representa uma visão de como se deve pensar, planejar e organizar a educação para a melhoria da sociedade. O respeito e o reconhecimento da diversidade é um dos princípios fundamentais na construção de um sistema educacional inclusivo. Reconhecer o direito à diversidade em educação é dar respostas às diferentes necessidades educacionais que os sujeitos apresentam diante do fato educativo. A

diversidade e a cidadania são princípios que devem estar presentes na construção de um projeto educacional inclusivo, impregnando a formulação e implementação das políticas traçadas para os sistemas de ensino.

O respeito à diversidade é uma forma de garantir que a cidadania seja exercida e os vínculos sociais fortalecidos. Trata-se de uma atitude política para com a diversidade gerada pelas diferenças de classe, gênero, etnia, diversidade sexual, capacidades, enfim, de atributos que fazem parte da identidade pessoal e definem a condição do sujeito na cultura e na sociedade. O desenvolvimento de atitudes de tolerância e respeito à diversidade tem a ver com o direito à educação, o direito à igualdade de oportunidades e o direito à participação na sociedade. Por isso mesmo, representa um grande desafio a ser enfrentado pelos sistemas de ensino na construção das suas bases político-pedagógicas.

Assim, o respeito à diversidade é um dos princípios fundamentais da concepção do currículo integrado. A convivência saudável e participativa, numa comunidade educativa, possibilita, a educadores, educandos, funcionários dos diversos setores, gestores e familiares, um aprendizado que vai muito além dos conteúdos escolares e do currículo oficial. Possibilita o aprendizado da vida social. É por meio dele que se aprende a conviver com as diferenças inerentes ao próprio ser humano, com as possibilidades e as limitações, os interesses e as necessidades, num movimento de interação em que prevalece a heterogeneidade, respeitando-se as regras de convivência na comunidade e na sociedade.

A relação da diversidade com o currículo dependerá, principalmente, da concepção de educação e do olhar sensível de educadores na busca de um sistema educacional inclusivo, democrático e aberto à diversidade. Trata-se de um tratamento pedagógico que deve ser implementado no cotidiano educativo.

Posterior a todas essas considerações feitas até agora, surgem algumas indagações que nos fazem refletir: como tratar as diversas diferenças sociais existentes no campo intelectual, emocional e prático?

Na educação popular, a escola tem de se tornar o espaço de todas as vozes, de todas as falas e de todos os textos, sendo o professor alguém que não se apresenta como possuidor de um saber maior do que o dos demais, capaz de corrigir e de aprovar a escrita dos outros, mas sim como alguém que vem dialogar a criar condições necessárias, como mediador, para que todas as vozes sejam ouvidas e cresçam juntas. (RAMAL, 1999, p.49)

A tarefa do educador é antes de tudo, criar uma nova educação, pois ela foi a do colonizador, do opressor, de interesses de uma ordem colonialista, dominante. Foi no passado uma educação que confirmava a desigualdade do saber, da vida social. Portanto, torna-se fundamental uma nova educação, mostrando que a mesma é um trabalho político que estava escondido numa "missão pedagógica" e que agora aparece como missão política de libertação

através do ensino, da educação.

Nesse sentido, o respeito à diversidade é um dos princípios que embasam a prática pedagógica no IFMT. Respaldo pelo princípio da igualdade, esse respeito materializa-se na ação educativa, sobretudo na relação entre educadores e estudantes em sala de aula: a forma de se conceber a educação e o papel do educador e do educando no processo de construção do conhecimento; a relação de respeito entre os envolvidos nesse processo; o estabelecimento de uma relação que prima pelo respeito à pessoa humana e pela inclusão de todos; o reconhecimento da singularidade e das diferenças existentes entre as pessoas e entre os grupos; o respeito ao direito de cada um numa sociedade democrática; a convivência com diferentes opiniões sobre a realidade e diferentes visões de mundo; os valores e às crenças; o exercício da tolerância e da mediação dos conflitos e o repúdio a todo tipo de discriminação.

Cabe à Instituição, portanto, fornecer, durante o processo de formação dos educandos, condições que possibilitem a ampliação da visão de mundo, mostrando caminhos e possibilidades de escolhas, tanto uns quanto outros favorecedores da inserção e da atuação cidadã na sociedade. Os caminhos e as escolhas devem ser responsáveis, ativos e respeitosos. Devem ser, sobretudo, críticos frente ao modelo social vigente, com vistas à transformação social na busca pela justiça e pela igualdade.

2.1.9 Interdisciplinaridade

Partindo do entendimento de que a interdisciplinaridade possibilita a mudança de postura dos envolvidos no processo de busca, produção e socialização do conhecimento, em que a ruptura com a fragmentação é o principal desafio, o IFMT assume o compromisso de estimular as práticas interdisciplinares.

Para Ivani Fazenda (2003), a interdisciplinaridade é uma relação recíproca, que exige maturidade, postura diferente a ser adotada frente a um problema, uma concepção unitária do ser humano.

Nesse sentido, orientar-se-á em todos os espaços constituídos do IFMT, uma prática pedagógica que busque superar a fragmentação do conhecimento e do ensino; que reconheça a realidade do estudante; fomente a dúvida e estimule a pesquisa enquanto princípio educativo.

Para que a interdisciplinaridade deixe de ser uma intenção e se torne uma postura coletiva, será necessário que todos se comprometam, cotidianamente, com o repensar a instituição, seus processos pedagógicos e as relações que nela e dela se constroem. E isso, segundo Japiassu (1979), não é algo que se ensine ou que se aprenda, mas algo que se vive.

Obviamente que constituirá tarefa central do IFMT promover a capacitação pedagógica

de seus servidores, preparando-os para este novo cenário pretendido. Dessa forma, é correto afirmar que, metodologicamente, os Projetos Pedagógicos dos *campi*, assim como os Projetos Pedagógicos de Curso adquirem uma centralidade que demandará maior e melhor atenção e acompanhamento.

Assim sendo, outra tarefa que será necessária ao conjunto do IFMT é a de repensar as disciplinas escolares, uma vez que as mesmas não podem estar desconectadas da missão primeira da instituição, que é educar para a vida e para o trabalho. Logo, as mesmas relacionam-se com os conteúdos, que devem traduzir as concepções e valores de homem, de sociedade, de conhecimento, de ciência, tecnologia, técnica, etc., defendidas pelo IFMT.

Faz parte ainda do processo de assunção da interdisciplinaridade o repensar: do tempo escolar – atualmente amplamente debatido em função da implantação da Educação Integral, e de Tempo Integral – em que os estudantes e professores permanecem na instituição; do papel do professor, que precisa ser exercido com autoridade, de forma autônoma, dialógica e emancipatória; além da avaliação, que deve expressar o processo.

Cabe aos professores e equipe profissional envolvida no processo pedagógico, a capacidade de inovar, desafiar, transformar, integrar. Mais que isso, para que os objetivos do ensino se realizem na perspectiva interdisciplinar, o diálogo é fundamental e deve ser estendido aos estudantes e à comunidade em geral.

2.2 Diretrizes Para a Prática Pedagógica

2.2.1 O planejamento pedagógico

O planejamento é um processo presente em diversos setores da vida social e pessoal, que vem sendo amplamente discutido, pois a todo momento estamos realizando algum tipo de planejamento, mesmo que de forma não intencional. Embora há muito tempo se discuta essa temática, ainda precisamos ressignificar alguns aspectos, principalmente no que diz respeito ao Planejamento Educacional, visto como um ato político-pedagógico que envolve intenções e a intencionalidade, na perspectiva de alcançarmos uma melhor compreensão de todo processo para elaboração de práticas pedagógicas emancipatórias.

São muitos os autores que abordam esse tema, assim como, são diversas as concepções de planejamento na literatura, algumas intercomplementares. Para Libâneo (2004, p. 222), o planejamento é um “processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Para Gimeno Sacristán e Pérez Gómez (1988), planejar significa definir um tempo para pensar a prática,

antes de realizá-la, organizando-a em um esquema que inclua os elementos mais importantes para intervir nela. Para Vasconcellos (2002, p.35), “planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar fazer algo incrível, essencialmente humano: o real ser comandado pelo ideal”.

Dessa maneira, todas as ações humanas requerem planejamento para que possam alcançar seus objetivos e ter êxito nas suas realizações. Portanto, o planejamento deve ser concebido como processo reflexivo acerca das nossas opções e ações, que orienta a tomada de decisão. É modo de agir na dialética da ação-reflexão-ação.

Libâneo (2001, p.123) afirma que o planejamento

[...] consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação. O processo e o exercício de planejar referem-se a uma antecipação da prática, de modo a prever e programar as ações e os resultados desejados, constituindo-se numa atividade necessária à tomada de decisões.

Sendo assim, o planejamento educacional é um meio para programar as ações pedagógicas, possibilitando uma organização metodológica, perpassando pelas unidades educativas até o trabalho do professor no cotidiano da sala de aula.

A esse respeito, a legislação nos indica alguns níveis de Planejamento: A LDB (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 9º, estabelece que uma das incumbências da União é elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE). Essa mesma atribuição é estabelecida para os estados e municípios, ao constituírem seus sistemas de ensino (arts. 10 e 11). Também os estabelecimentos de ensino têm como uma de suas tarefas “elaborar e executar sua proposta pedagógica” (art. 12), assim como aos docentes é atribuída, entre outras funções, “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (art. 13).

É, portanto, imprescindível reconhecer a relevância do Planejamento coletivo para a prática pedagógica, como processo contínuo de reflexão e debate que assegure de forma eficaz a participação e o envolvimento de todos no processo educacional.

Assim, o planejamento, como processo de construção coletiva, contribui para a organização e gestão escolar, pois se torna um instrumento importante que identificará as potencialidades da instituição a serem mantidas e incentivadas, como também identificará as fragilidades a serem tratadas, minimizadas. Sendo assim, faz-se necessária a definição de suas funções. Libâneo (2004, p. 150) considera que o planejamento atende, em geral, às seguintes funções:

Diagnóstico e análise da realidade da escola: busca de informações reais e atualizadas que permitam identificar as dificuldades existentes e as causas que as originam, em relação aos resultados obtidos até então.

Definição de objetivos e metas: que compatibilizem a política e as diretrizes do sistema escolar com as intenções, expectativas e decisões da equipe da escola.

Determinação de atividades e tarefas: a serem desenvolvidas em função de prioridades postas pelas condições concretas e compatibilização com os recursos disponíveis (elementos humanos e recursos materiais e financeiros).

Com o desenvolvimento eficaz dessas funções, o processo de planejamento irá possibilitar uma análise reflexiva do contexto educacional, possibilitando avaliar e acompanhar permanentemente a operacionalização do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), das ações dos Planejamentos Estratégicos da Instituição e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Dessa forma, busca-se oportunizar espaços de reflexão e debate como prática contínua de formação continuada, para além das semanas pedagógicas e reuniões pedagógicas que são realizadas nos diversos *campi* do IFMT, visando ao fortalecimento de um Projeto Pedagógico que impacte no melhoramento acadêmico e administrativo da instituição, bem como a democratização de todo processo educacional.

2.2.2 A avaliação da aprendizagem e do ensino

A avaliação é integrante dos processos de ensino, de aprendizagem e de gestão, envolvendo ações de natureza diagnóstica, de acompanhamento e de reflexão das práticas realizadas.

Considerando que a educação escolar é formal, ou seja, constituindo-se ato intencional, organizado e sistematizado, a finalidade da avaliação é promover um olhar criterioso sobre os processos educativos, provocando mudanças onde se fizer necessário.

A avaliação é inerente e imprescindível durante todo processo educativo que se realiza em um constante trabalho de ação-reflexão, porque educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente. (GADOTTI, 1984, p.90)

Consciente de que a avaliação reflete as intenções educacionais de uma instituição de ensino, o IFMT está buscando criar referenciais que balizem os processos avaliativos, respeitando sempre as especificidades existentes nas distintas realidades atendidas pelos *campi*.

Em relação à avaliação da aprendizagem escolar, é preciso que se reflita sempre a respeito de que e de quem ela está a serviço. Como ação de transformação e de promoção

social, a avaliação da aprendizagem dá significado ao processo de ensino e aprendizagem e à relação professor-aluno.

É fundamental que a avaliação deixe de ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social e se torne uma ferramenta para a construção coletiva dos sujeitos e de uma escola de qualidade.

Avaliar é sempre uma reflexão e implica a tomada de decisões sobre aspectos da realidade. "Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos" (LOCH, 2003, p.134).

Além de considerar os pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, acredita-se que a avaliação deverá ser diagnóstica e participativa (envolvendo todos no processo de aprendizagem, estimulando-os a tornarem-se sujeitos de sua constituição avaliativa bem como da construção de seus saberes).

Segundo Libâneo (1994), a avaliação escolar cumpre ao menos três funções: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle. A função pedagógico-didática diz respeito ao papel da avaliação para verificar se os objetivos foram ou não alcançados. A função de diagnóstico se refere à possibilidade de identificar progressos e dificuldades dos alunos e na atuação do professor, para que possa haver mudanças no ensino e efetivar aprendizagens; essa função ocorre no início, durante e no final do desenvolvimento das aulas. E a função de controle refere-se aos meios, às verificações e à qualificação dos resultados dos alunos.

A avaliação diagnóstica implica avaliar o processo e não somente o produto, significa ver a escola como um espaço contraditório, passível, portanto, de ser compreendida e mudada. Se temos uma avaliação que privilegia o diagnóstico e sua posterior análise, tomamos consciência do que o aluno aprendeu e do que o aluno não aprendeu, sendo esse novamente o ponto de partida.

A avaliação também deverá ser formativa (acompanhando o desenvolvimento do aluno, de forma processual e contínua, percebendo as dificuldades no decorrer do processo e, a partir disso, reorientando-o). Nesse sentido, a proposta da avaliação com ênfase qualitativa busca dimensionar as transformações necessárias para a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, sendo inerente a ele.

O IFMT propõe desenvolver a avaliação numa perspectiva processual, contínua e cumulativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, buscando a reconstrução do conhecimento e o desenvolvimento de hábitos e de atitudes coerentes com a formação integral do sujeito. Para tanto, considera o aluno como ser criativo, crítico, autônomo e participativo.

Nesse entendimento, a avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos (o que remete para a avaliação quantitativa), o domínio do

processo de aprendizagem, no que se refere a avanços e recuos, e às possibilidades de autoavaliação e de reorientação no processo.

Dessa maneira, é de vital importância o professor utilizar instrumentos diversificados, além dos testes e das provas, como, por exemplo, pesquisas, relatórios, seminários e trabalhos em grupo. Diversificação de instrumentos avaliativos permite ao professor melhor identificar o desempenho do aluno nas atividades e tomar decisões; permite ao aluno identificar suas dificuldades.

Considerando a avaliação como fundamental em todo o processo de ensino e aprendizagem, tanto os cursos que foram implantados antes da criação do IFMT quanto os que foram criados a partir de 2009 contemplam em seus Projetos Pedagógicos uma perspectiva avaliativa baseada em diversos instrumentos, na perspectiva da constituição de formas de avaliar mais democráticas e inclusivas.

Avaliação da aprendizagem e do ensino constitui-se, pois, num processo permanente de localizar necessidades e se comprometer com sua superação, em vista da missão e dos objetivos que nos propomos enquanto IFMT.

2.3 Concepções de Ensino, Pesquisa e Extensão

2.3.1 Ensino

Segundo Saviani (2009), o ensino está ligado aos objetivos, princípios, condições e meios de direção e organização com finalidades sociopolítica e pedagógica da educação.

2.3.2 Formação Inicial e Continuada ou de Qualificação Profissional

A Formação Inicial e Continuada ou de Qualificação Profissional – FIC destina-se a qualificação, requalificação, aperfeiçoamento e atualização do conhecimento, na esfera da educação profissional e tecnológica, para pessoas que foram marginalizadas do processo de educação formal no período correto.

Sua oferta deve ser articulada entre as Pró-Reitorias de Extensão e de Ensino e visa atender tanto a comunidade interna como a externa.

Assim como os demais níveis e modalidades ofertadas pelo IFMT, pauta-se pelo princípio da politécnica, da formação para a unilateralidade, da formação humana e para o trabalho.

2.3.4 Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Tendo por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, a preparação básica para o trabalho e a cidadania, o aprimoramento do educando como pessoa humana e a compreensão dos fundamentos científicos tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, no ensino de cada disciplina (Libâneo, 2009), a Política de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFMT é desenvolvida em articulação com o ensino regular através de diferentes estratégias.

2.3.5 Educação Superior de Graduação

O Decreto 2.306/97 possibilita a organização da educação superior através de institutos superiores. Com a criação dos Institutos Federais, em 2008, o IFMT passa a promover de forma mais articulada os cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado, assim como cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, conforme preceitua a LDB.

Sem fugir da finalidade estabelecida na legislação, que é, segundo Libâneo (2009), “formar profissionais nas diferentes áreas do saber, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos e comunicando-os por meio do ensino”, os institutos têm a convicção de que reúnem as condições mais favoráveis para estabelecer um diálogo rico em seu interior, capaz de integrar os diferentes níveis da educação básica e do ensino superior, atendendo trabalhadores e futuros trabalhadores, de acordo com suas Concepções e Diretrizes (2008).

Para Libâneo (2009), a premissa é simples: os processos de ensino e aprendizagem são alimentados pela pesquisa. Os estudantes aprendem conceitos, teorias, desenvolvem suas capacidades, formam atitudes e valores ao mesmo tempo em que se formam como sujeitos críticos e profissionais.

Para tanto, há a necessidade de, também nos cursos de graduação, Projetos Pedagógicos de Cursos bem estruturados, Planos de Ensino articulados, Currículos indissociáveis e Processos de Avaliação consequentes.

2.3.6 Certificação Profissional

A certificação profissional constitui o reconhecimento formal de saberes adquiridos em diversas situações de vida e de trabalho que correspondam a uma ocupação profissional.

O certificado será emitido após o cumprimento integral de todos os componentes curriculares definidos no Projeto Pedagógico de Curso.

A certificação profissional – prevista no Art. 41 da Lei 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB 40/2004 e no Art. 42 da Lei 11.741/2008 – possibilita que o conhecimento adquirido na educação profissional, científica e tecnológica, inclusive na esfera do trabalho, seja objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

2.3.7 Educação a Distância

A mediação é concebida, antes, como um processo de significação que permite a interação e a comunicação entre as pessoas e a passagem da totalidade às partes e vice-versa. É também um processo de construção do conhecimento e do trabalho colaborativo, contribui para um saber novo, efetivamente construído através da interação e participação de todos no compartilhamento das informações.

Estamos adentrando na era do conhecimento, já que está cada vez mais disseminada a ideia de formação de redes vivas de aprendizagem e do trabalho em rede, nas quais os sujeitos descobrem que podem apoiar-se uns aos outros a fim de se auxiliar e aprender mutuamente.

A mediação pedagógica ocorre por meio da disponibilização de materiais didáticos, textos e mídias audiovisuais, possibilitando que o estudante se aproprie dos conhecimentos trabalhados. Para que exista uma mediação efetiva, é fundamental a utilização de metodologias propulsoras de Interação entre professor/aluno, aluno/aluno e aluno/sociedade e demais possibilidades que favoreçam atingir os objetivos propostos.

Nesse contexto, o conceito de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), como espaços das relações com o saber, deve ser pensado como ambientes que favoreçam a construção de conhecimentos. Para tanto, um adequado ambiente de aprendizagem compreende várias dimensões, que incluem desde a integração de diferentes materiais didáticos até a relação entre professores, alunos, metodologias e estratégias de ensino.

O uso pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ressignifica, nos processos de ensino e aprendizagem:

- o papel e a aprendizagem dos alunos e as necessidades educativas;
- a ação pedagógica colaborativa e democrática;
- as formas alternativas de avaliação;
- o papel da comunidade escolar e as novas representações e modos de construção do conhecimento.

A partir do exposto, é necessária uma quebra de paradigmas que possibilite uma organização administrativa e pedagógica na educação a distância orientada para a compreensão e representação do saber de múltiplas formas.

Nessa perspectiva, para o desenvolvimento da educação a distância, o IFMT procura articular o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com programas que atendem à educação a distância através do Projeto Político Pedagógico Institucional.

O PDI concretiza o Projeto Político Pedagógico Institucional como definidor dos referenciais teóricos e metodológicos tanto para a educação a distância quanto para as demais modalidades. A partir dele, emanam-se as concepções, as intenções e os valores determinantes

da mediação e da gestão do processo de ensino e aprendizagem.

A especificidade da educação a distância reside não só na maior diversidade de funções necessárias aos indivíduos envolvidos no processo (professores, tutores, técnicos de tecnologia da informação, web designers, designers instrucionais, roteiristas, técnicos de produção de vídeo e TV, entre outros), mas também na maior abrangência, haja vista a quantidade de alunos que podem ser atendidos. O IFMT pretende expandir suas atividades em EaD, socializando a informação nos municípios mais distantes do Estado, construindo conhecimentos e principalmente concretizando a sua missão de educar para a vida e para o trabalho.

2.3.8 Direitos Humanos

Com o advento da atual Constituição Federal, novos documentos surgem no cenário nacional, como resultado da mobilização dos movimentos sociais, na perspectiva de impulsionar agendas, programas e projetos na materialização da defesa e promoção dos direitos humanos, a exemplo dos Programas Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as legislações de combate à discriminação racial e à tortura, bem como as recomendações das Conferências Nacionais de Direitos Humanos.

No entanto, a despeito dessa mobilização e movimentação para a concretização do Estado Democrático de Direito, persiste um distanciamento entre os marcos normativos e a realidade da maioria da população brasileira. O contexto nacional, historicamente, tem se caracterizado por desigualdades e pela exclusão econômica, social, racial e cultural, decorrentes de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizaram os direitos civis e políticos, em detrimento dos direitos econômicos, sociais e coletivos.

As questões referentes à acessibilidade, inclusão e diversidade, ainda hoje são tratadas apenas pelo amparo legal. Mas essa realidade precisa mudar através da disseminação da educação para a aceitação das diferenças, a fim de formarmos cidadãos conscientes de que todas as pessoas, independentemente de sua raça, diversidade sexual, deficiência ou condição social devem ser vistas como seres humanos de direitos, que devem ter acesso a todos os direitos básicos garantidos pela legislação.

Dessa forma, seguindo os princípios expostos no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006, pág. 24 e 25), é preciso que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso esteja constantemente buscando desenvolver um processo educacional que seja pautado nos seguintes princípios:

- a) Na construção de uma cultura de direitos humanos que seja de especial importância em todos os espaços sociais, contribuindo na formação de sujeitos de direito, mentalidades e identidades individuais e coletivas;
- b) No apoio e no fortalecimento de ações que venham a combater o racismo, o sexismo, a discriminação social e cultural, a homofobia, toda forma de intolerância religiosa e outras formas de discriminação presentes na sociedade brasileira;
- c) Na promoção de políticas e ações que garantam a qualidade em um ensino inclusivo e pautado na defesa da diversidade e dos direitos humanos;
- d) Na defesa de uma educação que deve ter como função desenvolver uma cultura de respeito à diversidade em todos os espaços sociais; e
- e) Na estruturação da diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e sucesso e a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de diversidade sexual, opção política, de nacionalidade, dentre outras).

Assim, as políticas de educação e Direitos Humanos tratam de valores, relações e práticas sociais e institucionais, numa perspectiva que não dissocie conhecimento, atitude, sentimento e prática, pautando-se em fundamentos que tenham uma concepção ética e crítica da educação, no que se refere à pedagogia participativa e dialógica.

Nesse sentido, o IFMT buscará esse resultado, através da sensibilização e da valorização do sujeito em todos os âmbitos desta instituição educacional, sempre baseado na legislação que ampare esta visão de mundo, incluindo em seus currículos e planos de cursos temas como valores éticos, história dos direitos humanos, pluralidade cultural, política, cidadania, democracia, respeito à diversidade, diálogos interétnicos e inter-religiosos, mecanismos de proteção dos direitos humanos e outros (PNEDH, 2009).

2.3.9 Assistência Estudantil

No último decênio do século XXI, houve uma rápida expansão e esforços do Estado brasileiro em ampliar as políticas públicas para capacitação e qualificação profissional dos trabalhadores para atender às necessidades impostas por um mercado de trabalho mais competitivo e caracterizado pela flexibilização do processo produtivo e do perfil polivalente do

trabalhador. Nessa dinâmica, a criação e expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) nos últimos cinco anos exigem um esforço crítico de reflexão sobre seu papel, identidade e utilidade social na atualidade.

Ao passo em que a implantação dos Institutos Federais significa uma interessante ferramenta de democratização do acesso à educação pública a partir da interiorização da rede por todo o país, a expansão implica em avançar nas questões de infraestrutura, gestão de pessoas e condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes na escola.

No Brasil, historicamente, o ensino técnico e profissionalizante teve como papel atender à camada mais empobrecida da população para atender às necessidades do mercado de trabalho. A partir da ampliação da concepção do ensino profissional para a educação para o trabalho, compreende-se a premência de articular as políticas públicas para atender às necessidades dos trabalhadores não apenas do campo do trabalho, mas na construção de alternativas que possibilitem as aspirações e escolhas individuais.

Desse modo, não é possível discutir democratização de acesso à política de educação sem pensar na construção de estratégias para a permanência e sucesso dos estudantes. A preocupação com a assistência estudantil no Brasil remonta a primeira metade do século XX em que as ações destinadas aos estudantes “carentes” tinham caráter de benemerência por parte do Estado.

No curso do século XX e, sobretudo, a partir de 1988, houve avanços significativos na concepção de assistência estudantil a partir de uma perspectiva de direito social. De acordo com Campos (2012), a conquista de alguns planos e regulamentos da assistência estudantil na direção das políticas sociais teve como impulso a movimentação realizada pelas Universidades, tanto do segmento assistido, quanto de dirigentes.

Após a promulgação da LDB (Lei n.º 9.394 de 20/12/1996), que garante o dever do Estado em implementar estratégias para propiciar condições de acesso e permanência às pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, algumas instâncias de discussão e normativas contribuíram para o avanço da assistência estudantil na ótica da política social de direito na atualidade. São eles: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987 como órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Plano Nacional de Assistência ao Estudante de Graduação das Instituições Federais de Educação (2001); União Nacional dos Estudantes (UNE); Secretaria Nacional de Casas Estudantis (SENSE); Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, Portaria/MEC nº 39, de 12/12 de 2007 e Decreto nº 7.234, de 19/07/2010 – (CAMPOS 2012). O FONAPRACE define assistência estudantil como:

[...] um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos dos estudantes das IFES

[Instituições Federais de Ensino Superior], na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (FONAPRACE apud Campos, 2012)

O PNAES, fruto da mobilização dos segmentos supracitados, foi criado no contexto do programa de reforma universitária dos últimos anos, com a institucionalização do Programa de Reestruturação Universitária (REUNI), e tem sido considerado fundamental para o avanço da construção de uma política de direito dos estudantes na medida em que garante a destinação de recursos específicos para a operacionalização das ações de assistência estudantil articuladas às atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Educação (IFES).

Desse modo, é importante afiançar que a concepção de uma política de assistência estudantil na qual devem se assentar os parâmetros que norteiam as ações socioassistenciais e pedagógicas no ambiente escolar está fundamentada numa visão de mundo que compreende a escola como um espaço em que é possível proporcionar o desenvolvimento de potencialidades humanas para a vida e para o trabalho.

2.4 Pesquisa e Inovação

Entende-se que ensino, pesquisa e extensão compõem uma unidade, portanto, devem necessariamente caminhar juntas no processo de ensino-aprendizagem. Compreende-se que o currículo do Instituto deve apresentar um conjunto de habilidades e competências que consigam resgatar a unidade entre as três facetas que formam o escopo da formação acadêmico-profissional.

Ao longo de 2009 a 2013 as atividades de pesquisa cresceram significativamente na instituição. Entretanto é desejo e necessidade continuar fomentando a pesquisa e a inovação tecnológica articuladas com o ensino em seus diversos níveis e modalidades, consolidando-as na instituição.

O IFMT tem como objetivo contribuir para a ampliação do conhecimento científico em diferentes áreas do conhecimento, por meio de pesquisas desenvolvidas por servidores e discentes dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Projeto Pedagógico do IFMT colocará a pesquisa como um de seus princípios fundamentais. Entendendo a pesquisa como procedimento racional e sistemático, voltado à produção acadêmica, com objetivo de manter um processo constante de ação-reflexão-ação com a realidade circundante. Reflexão esta que impõe não somente apreendê-la de forma mais abrangente, como também de propor alternativas para os problemas existentes no contexto institucional, regional e nacional.

2.4.1 Pós-Graduação

O IFMT, a partir da sua finalidade institucional de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, ministrará a educação superior em nível de Pós-Graduação por intermédio de Cursos *Lato Sensu* (aperfeiçoamento e especialização) e *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado).

A missão geral do Instituto, de formar para a vida e para o trabalho, pode ser compreendida como uma preocupação institucional em qualificar profissionais atuantes nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, irá se refletir em seus cursos de Pós-Graduação, posto que serão estruturados segundo as carências da sociedade mato-grossense, ou seja, estarão sintonizados com as suas demandas sociais, econômicas e culturais.

Nesse sentido, a Pós-Graduação promovida pelo IFMT contribuirá para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, observando as suas potencialidades e vocação produtiva, devendo nesse processo inserir profissionais qualificados e capacitados, produzir conhecimentos, gerar tecnologias e facilitar a apropriação pública dos saberes constituídos.

Os problemas advindos das necessidades dessa localidade serão, então, considerados como o eixo orientador das suas pesquisas. Ou seja, as atividades investigativas a serem desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação do IFMT se traduzirão em trabalhos de produção de conhecimentos voltados à busca das respostas às questões concretas suscitadas no contexto estadual.

Tais investigações terão suas raízes em problemas legítimos da comunidade e buscarão para eles as soluções tecnológicas, que deverão ser amplamente divulgadas e disponibilizadas, configurando-se prioritariamente com o termo de “pesquisas aplicadas”. E com a capacidade de aplicar seus resultados em prol da melhoria das condições de vida da localidade, elas ainda contribuirão para o seu desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se, no entanto, que os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas da Pós-Graduação serão colocados a favor das peculiaridades locais e regionais, considerando sempre a perspectiva de seus reconhecimentos e valorizações no cenário nacional e global.

Quanto ao propósito do IFMT de promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, a Pós-Graduação a ser ofertada deverá: considerar a formação profissional como paradigma nuclear, favorecer o diálogo entre as formações propostas e respeitar os fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica.

Os cursos de Pós-Graduação a serem propostos deverão, assim, estabelecer uma correspondência mais estreita com os cursos superiores de tecnologia (graduações

tecnológicas), com os de licenciaturas e com os de bacharelado com ênfase nas engenharias, ofertados no Instituto. Dessa forma, a inserção da Pós-Graduação na verticalização da educação profissional no IFMT poderá permitir a construção de alternativas de formação dentro de um determinado eixo tecnológico, oferecendo ao discente um itinerário formativo que melhor corresponda às suas expectativas e às demandas contextuais.

Considerando a possibilidade de formar docentes para todos os níveis de ensino, bem como a de qualificar e capacitar o seu quadro de servidores (docentes e técnicos), o Instituto buscará ofertar cursos de Pós-Graduação próprios ou em parcerias (MINTER e DINTER) que deverão contribuir para a formação de recursos humanos aos campos da educação, visando ao desenvolvimento da educação básica e da profissional e tecnológica, bem como para a titulação de seus servidores.

Em termos gerais, concebe-se que a Pós-Graduação no IFMT promoverá a formação de profissionais capacitados e qualificados para: a execução de pesquisa aplicada aos problemas contextuais, a realização das atividades de inovação tecnológica, a disponibilização dos saberes produzidos à comunidade e para a atuação docente no campo da educação básica, profissional e tecnológica.

2.4.2 Extensão e Interação com a Sociedade

A extensão compreende um processo educativo, cultural e científico, articulando-se ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, ampliando a relação transformadora entre a instituição de ensino e os diversos segmentos sociais, promovendo o desenvolvimento local e regional, socialização da cultura e do conhecimento técnico-científico. Pode ser compreendido também como um espaço de articulação, entre o conhecimento e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região. Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando, assim, a interação necessária à vida acadêmica.

Enquanto processo educativo, a extensão possui dimensões formativas e libertadoras indissociáveis e com equidade. Portanto, a relação que a extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora, intensificando sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, em que professores e alunos constituem-se sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização e à aplicação do saber acadêmico. Ao mesmo tempo amplia sua relação com a pesquisa que, utilizando-se de metodologias específicas, compartilha conhecimentos produzidos pela instituição, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Neste sentido, é imperativo conceber a Extensão como uma prática que possibilita o acesso aos saberes produzidos e experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto, por parte de diversos segmentos sociais. E que se revela numa prática que vai além da visão tradicional de formas de acesso da sociedade às tecnologias e ao conhecimento acadêmico, bem como, a sua efetiva participação.

Por fim, a Extensão visa aprofundar os vínculos existentes entre o IFMT e a sociedade, com o propósito de alcançar novas alternativas de transformação da realidade mediante ações que fortaleçam a cidadania. A intervenção das atividades de Extensão deve ocorrer de forma participativa e dialógica, tendo como ponto de partida o conhecimento da realidade local.

2.4.3 Acompanhamento e Avaliação do PPI

A Avaliação Institucional será efetivada no IFMT como componente do Projeto Pedagógico Institucional.

No contexto das mudanças do sistema educacional do país, percebe-se, pelo Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que as regras de organização do sistema federal de ensino e procedimentos de avaliação de cursos e instituições direcionam-se para aspectos inseridos na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), passando pelos decretos posteriores.

Ao promover o reordenamento de competências no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), o referido decreto alterou a organização do sistema federal de ensino (especialmente do INEP e da SESu), atingindo igualmente as Instituições de Ensino Superior (IES).

Portanto, a Avaliação Institucional não pode ser concebida isoladamente, na medida em que ela constitui um dos componentes básicos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela portaria 2.051, de 09 de julho de 2004. Assim, a Avaliação Institucional não deve se limitar ao atendimento de uma exigência legal, mas deve subsidiar a busca contínua da qualidade no desempenho acadêmico, no aperfeiçoamento constante do planejamento e da gestão universitária, no fortalecimento dos compromissos sociais e na prestação de contas à sociedade.

Acredita-se que a preocupação fundamental do projeto de Avaliação Institucional deve ser com as condições para a elevação do padrão de qualidade da Instituição, traduzindo a realidade e os desafios que cada instituição se propõe a atingir.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985, 2ª Edição.
- ANTUNES, Ricardo. A terceira alternativa. *In* **Dilemas da atualidade**. São Paulo: CES, 1997.
- BERNSTEIN, B. M. On the classification and framing of educational knowledge. In: YOUNG, M. **Knowledge and control**. 6ª Ed. Londres: Collier Macmillan, 1980. P. 49-69.
- BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é participação**. 8ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 30 de dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 14 jun. 2013.
- BRUNO, Lúcia. **Poder e administração no capitalismo contemporâneo**. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade.(Org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13ª Edição - São Paulo: Editora Ática, 2006.
- CIAVATTA, Maria; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- COSTA, Luiz Cláudio. *In* **Ciência & Tecnologia para o desenvolvimento nacional**. MONTEIRO, Adalberto e AZEVEDO, Fábio Palácio (Orgs.). 1ª ed. Anita Garibaldi, 2010
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica como direito**. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134>
- DALMÁS, Ângelo. **Planejamento Participativo na Escola: Elaboração, Acompanhamento e Avaliação**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, M; RAMOS, M. A gênese do Decreto nº. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____. **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez Editora, 2005. P. 21-56.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do conflito.** São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Pedagogia da Práxis: 5ª ed.** São Paulo, Editora Cortez 2010.

GANDIN, Danilo. GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político-pedagógico –** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. **O planejamento como prática educativa.** 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GIMENO SACRISTÁN, J; PÉREZ GÓMEZ, A. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: ArtMed, 1998

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** 3ª ed. Ed. Civilização Brasileira, 1997.

JAPIASSU, Hilton. Prefácio. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1979.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da Educação.** 3ª ed., São Paulo, Cortez, 1994.

KUENZER, Acácia. CALAZANS, Maria Julieta. GARCIA, Walter. **Planejamento e educação no Brasil.** 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora. Nova Coleção Questões da Nossa época. 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática.** 5. Ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** – 8ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na escola cidadã. *In:* ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma busca prática em busca de novos sentidos.** 5. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JONAS, Eline (Org.). **Violências esculpidas.** 1ª ed. Goiânia: Editora UCG, 2007.

MANACORDA, Mario A. **Marx e a pedagogia moderna.** São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

MARX, KARL. **A ideologia alemã.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade Oliveira (org.). **Gestão democrática da educação; desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

RAUPP, Marco Antonio. *In* **Ciência & Tecnologia para o desenvolvimento nacional**. MONTEIRO, Adalberto e AZEVEDO, Fábio Palácio (Orgs.). 1ª ed. Anita Garibaldi, 2010

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino e aprendizagem e projeto político pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos. **As dimensões do projeto político pedagógico**. 5ª ed. São Paulo: Editora Papirus, 2007.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS E METAS RELACIONADAS AO ENSINO

Diretrizes e metas gerais

Consoante com as concepções apresentadas neste documento e a fim de trilhar os caminhos que levem à construção de práticas pedagógicas contributivas para a formação de homem e de sociedade, na perspectiva autônoma e emancipatória, o IFMT define sua política de ensino com as seguintes diretrizes:

- I. elevação do nível de escolaridade, atendendo o Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e Continuada do trabalhador, Graduação e Pós-Graduação;
- II. verticalização do ensino;
- III. articulação entre teoria e prática;
- IV. articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- V. garantia da política de acessibilidade e inclusão social;
- VI. estabelecimento de política de ingresso, permanência, prevenção e combate a retenção e evasão;
- VII. ampliação da oferta de vagas nos cursos técnicos, preferencialmente de forma integrada, e cursos de licenciatura;
- VIII. assegurar a oferta de ensino em seus diferentes níveis e modalidades de acordo com os arranjos produtivos locais.

O atendimento a estas diretrizes se consubstancia no estabelecimento das seguintes metas:

META 01: Primar pelo ensino de qualidade garantindo recursos humanos, estruturais e orçamentários para que o processo educativo seja exitoso.					
Indicador: Provimento de recursos para atender às necessidades do ensino					
Responsável: PROEN/ PROAD/ PRODIN/ <i>Campi</i> do IFMT					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 02: Ampliar a oferta de cursos visando atender aos arranjos produtivos, em conformidade com o estabelecido na legislação vigente.

Indicador: Relatórios de gestão dos *Campi*

Responsável: *Campi* do IFMT

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X	X	X	X

META 03: Estabelecer a política de ingresso, visando democratizar o acesso aos níveis e modalidades de ensino ofertados pelo IFMT.

Indicador: Regulamentação da política de ingresso até 2016.

Responsável: PROEN/*Campi* do IFMT

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X			

META 04: Implementar programas de apoio pedagógico, visando o bem estar e a ampliação da permanência dos estudantes nos cursos dos *campi*.

Indicador: Censo Escolar

Responsável: *Campi* do IFMT

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X	X	X	X

META 05: Reestruturar a política de assistência estudantil, buscando a redução da evasão escolar, estimulando a permanência do estudante nos cursos.

Indicador: Censo Escolar

Responsável: PROEN/ PROPES/ PROEX/ *Campi* do IFMT

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X	X	X	X

META 06: Instituir ações de combate à retenção nos cursos ofertados pelo IFMT.

Indicador: Censo Escolar

Responsável: *Campi* do IFMT

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 07: Instituir ações de defesa da diversidade e da inclusão social no IFMT.					
Indicador: Relatórios de atividades desenvolvidas nos <i>Campi</i>					
Responsável: PROEN/ PROEX/ PROPES/ <i>Campi</i> do IFMT					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X	X	X	X

META 08: Propiciar a formação continuada para os profissionais do IFMT.					
Indicador: Envolver 90% dos profissionais nos processos formativos até 2019					
Responsável: PROEN/ DSGP/ <i>Campi</i> do IFMT					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X	X	X	X

META 09: Implantar e estruturar o Departamento de Registro Acadêmico (DRA) com vistas a garantir a organização, confiabilidade e acesso às informações.					
Indicador: Implantação e estruturação em todos os <i>Campi</i> até 2015					
Responsável: PROEN/ Reitoria					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X				

META 10: Implantar e implementar o Sistema de Gestão Acadêmica nos <i>Campi</i> do IFMT.					
Indicadores: Implantação em todos os <i>Campi</i> até 2015. Implementação até 2017					
Responsável: PROEN/ DGTI/ PROAD/ <i>Campi</i> do IFMT					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X		

META 11: Articular a criação do Fórum Pedagógico Permanente e Fórum de Dirigentes de Ensino.					
Indicador: Implantação até 2015					
Responsável: PROEN/ Reitoria					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X				

META 12: Adequar e atualizar os PPCs dos cursos.					
Indicador: Avaliação, atualização e equalização da matriz curricular de 100% dos cursos existentes, respeitando a legislação e as peculiaridades locais dos <i>campi</i>					
Responsável: PROEN/ <i>Campi</i> do IFMT					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 13: Promover o envolvimento familiar no processo educativo dos estudantes.					
Indicador: Relatórios das ações desenvolvidas nos <i>Campi</i>					
Responsável: <i>Campi</i> do IFMT					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X	X	X	X

META 14: Criar a cultura da avaliação institucional, através da implantação de sistemáticas de avaliação, com vistas a aperfeiçoar o processo formativo.					
Indicador: Relatórios da CPA					
Responsável: PROEN/ <i>Campi</i> do IFMT					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

Políticas e Metas em Direitos Humanos

3.1 Fundamentação legal

Desde a Constituição Federal de 1988, a população brasileira conquistou alguns direitos igualitários depois do período de ditadura militar, quando da tentativa de defender valores democráticos. Desde então, apropriamo-nos de direitos referentes à saúde, educação e cidadania, e como parte desta população, as pessoas com deficiência e/ou com necessidades específicas conquistaram o direito de integração à sociedade, conforme Art. 203, incisos IV e V.

No Art. 205 é definido que a educação é "um direito de todos" e no Art. 208, inciso III, garante o direito às pessoas com deficiência a um atendimento educacional especializado por parte do Estado.

Baseada na Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que regulamenta o sistema de educação do Brasil,

ao tratar do atendimento às pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas, garante o direito ao apoio especializado, na escola regular (Art. 58), bem como define alguns princípios, no Art. 59:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do programa escolar em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses estudantes nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, em seu art. 2º, bem como a Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR)9050/2004, explanam sobre a acessibilidade arquitetônica dos deficientes, dando segurança e autonomia a essas pessoas para mobilidade urbana.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, teve importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

O Plano Nacional de Educação – PNE - Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” e tem como meta principal superar a desigualdade e a exclusão. Destaca ainda a importância da "(...) construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade Humana" e defende a educação como condição basilar para o desenvolvimento nacional.

O Decreto nº 3.956/2001 ratifica a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de deficiência.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução do Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno (CNE/CP) nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário e acessibilidade de

peças com deficiência ou com mobilidade reduzida. O art. 24 desta lei determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, público e privado, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e, optativamente, nos demais cursos de educação superior, tendo como regulamentador desta Lei, o Decreto nº 5.626/2005, que orienta as instituições de ensino municipais, estaduais e federais, públicas e privadas, em todos os níveis, como devemos tratar e valorizar essa Língua, e orienta quanto à habilitação dos profissionais que têm como objeto de trabalho o uso de Libras, sejam eles intérpretes, instrutores ou professores de Libras.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006) tem como eixos temáticos: raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, região, cultura, diversidade religiosa, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. Tem como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Ratificando a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD (ONU/2006), por meio dos Decretos nº 186/2008 e nº 6.949/2009, o Brasil assume o compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, além de adotar medidas que garantam as condições para sua efetiva participação, de forma que não sejam excluídas do sistema educacional geral em razão da deficiência.

De acordo com o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, “são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. E de acordo com a Nota Técnica nº 10/2012, o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a

plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação, sinalização e tecnologia assistiva.

3.2 Inclusão social e políticas afirmativas étnico-raciais

O Brasil tem uma história singular quando se fala de discriminação contra negros e indígenas. Foi o país onde o sistema escravocrata mais perdurou e também onde se disseminou a “Teoria de Branqueamento”, responsável por manter por séculos a população negra à margem aos postos de trabalho, às condições dignas de saúde, moradia e educação.

Em 1996, durante o “Seminário Multiculturalismo e Racismo”, ocorrido em Brasília, quando se iniciava a preparação para a participação na Conferência de Durban, que ocorreria em 2001, admitiu-se nas esferas governamentais que o Brasil era um país onde imperava o racismo institucional e que um dos difusores dessa forma de racismo era a escola. Portanto, era preciso buscar condições dignas de vida e de cidadania para a população negra brasileira.

Assim, em 2001, a partir da “III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, realizada em Durban, na África do Sul, o Brasil assume o compromisso de criar mecanismos que envolvam a população negra e indígena, sendo, então, um dos signatários da Declaração de Durban e comprometendo-se a equalizar a situação dos negros e indígenas brasileiros: “os princípios de igualdade e não discriminação, reconhecidos na Declaração Universal de Direitos Humanos, e incentivando o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer tipo, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outro tipo de opinião, origem social e nacional, propriedade, nascimento ou outro status (RELATÓRIO DURBAN 2001)”.

A partir da assinatura do Relatório, medidas que focalizassem as populações negras e indígenas deveriam ser tomadas e, portanto, Políticas de Ação Afirmativa foram adotadas. Por isso, vivenciamos a efervescência da discussão sobre cotas étnico-raciais e sociais a partir de 2003 e também a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Antônio Sérgio Guimarães (1999, p. 21) aponta que o termo Política de Ação Afirmativa (PAA) configura-se nos Estados Unidos desde 1961, lá denominada de *affirmative action*, e na Europa de *discrimination positive*, discriminação positiva e de *action positive*, ação positiva. Para o autor, as PAA “devem-se dirigir à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física”. Por conseguinte, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.

Todas as políticas educacionais que busquem tratar os desiguais de forma desigual a fim de igualá-los são denominadas de discriminação positiva nos estudos brasileiros. Ou seja, todas as legislações que buscam garantir direitos de gênero, raça/cor, pessoas com deficiência, pessoas com necessidades específicas são PAA vistas como discriminação positiva.

Em se tratando de legislações educacionais que buscam consubstanciar esses direitos, enumera-se:

Lei 10.639/03, que torna obrigatório, em todos os sistemas de ensino brasileiro e em todos os níveis e modalidades, a inclusão no currículo oficial da história e cultura afro-brasileira. Balizando esta Lei, têm-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que determina o que fazer e como fazer para valorizar a população negra e nomeia os responsáveis pelas ações.

Lei 11.645/08 determina a inclusão nos currículos oficiais de todas as escolas e em todos os níveis e modalidades de conteúdos referentes à cultura indígena. E em 2012, através do Parecer CNE/CEB nº 13/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.

Em 2012, estabelece-se também, por meio da Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. A qual faz jus à Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância.

Todas essas legislações encontram amparo na Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, que traz na Seção II – Educação, Art. 11 § 1º, “Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país”.

Em 2013, o MEC publicou a Portaria Normativa MEC nº 21, de 28 de agosto de 2013, que dispõe “sobre a inclusão da educação para as relações étnico-raciais, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo

nos programas e ações do Ministério da Educação”, e dá outras providências. Cabendo, então, às Instituições Federais de Ensino “propor as medidas necessárias à incorporação dos requisitos definidos na forma desta Portaria”.

A Conferência Regional Preparatória da América Latina e Caribe, realizada em 2008, para a Conferência de Revisão de Durban, elaborou um Relatório descrevendo as medidas e avanços ocorridos desde 2001. “Verificou-se a necessidade de ampliar o espectro de políticas e medidas para erradicar a discriminação em virtude de raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica, nacionalidade, idade, sexo, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, língua, religião; identifica a necessidade de medidas tais como campanhas de informação e programas educacionais, que visem incentivar a valorização e o respeito pela diversidade, juntamente com a rejeição do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas em todos os Estados”.

Registra-se, também, a necessidade de ampliar políticas educacionais para as populações sub-representadas, além de instar “os Estados a porem em prática programas de ação afirmativa, com vistas a promover uma verdadeira igualdade de oportunidades e tratamento para estudantes indígenas e afrodescendentes no acesso a todos os níveis da educação de qualidade, sobretudo no ensino superior, juntamente com a igualdade e a não discriminação no acesso ao emprego”.

3.3 Educação para a diversidade sexual e relações de gênero

No processo educacional, as questões relacionadas ao respeito à diversidade sexual, à defesa da igualdade nas relações de gênero e à promoção à saúde constituem espaços importantes para a efetivação de ações em que se combatam a discriminação, o preconceito e a violência, em todas as suas variáveis.

Para tanto, é preciso perceber a orientação sexual como um elemento integrante do processo de construção de uma cidadania ativa. Isto é, para além das preocupações com o desenvolvimento de ações educativas voltadas para a compreensão da importância de se respeitar e valorizar a diversidade sexual e a igualdade de gênero, é imprescindível que seja levado em consideração que a inclusão social só será plena se dela fizer parte a inclusão relacionada à diversidade sexual.

Nesse cenário, a diversidade tem como significado contradição, diferença e variedade. Sendo por esse fator que a atenção à diversidade no contexto escolar possui grande importância e o seu olhar deve estar direcionado para as dificuldades que estudantes possam encontrar em relação às suas diferenças e aos possíveis preconceitos que a sociedade reafirma em relação a estas diferenças.

Para que se compreenda a diversidade sexual, é importante que se considere que as identidades de gênero se fazem e refazem, num processo histórico e, portanto, socialmente construídos, carregados de possibilidades e instabilidades, no qual são ao mesmo tempo sujeitos de distintos contextos sociais relacionados a classes, etnias, raças, sexualidades, nacionalidades ou religiões.

Sendo assim, enquanto instituição de educação pública federal, é objetivo do IFMT que o processo educacional, em todos os seus âmbitos, seja fundamentado na compreensão de que — a instituição escolar e acadêmica pode desempenhar um importante papel no combate ao machismo, ao sexismo e à homofobia, que criam mal-estar, insegurança e isolamento, pois afetam a autoestima de estudantes e de profissionais da educação (Secad/MEC, 2006).

Por isso, ao se falar em educação e direitos humanos, é importante que se tenha clara a compreensão de que ao educar para a afirmação dos direitos sexuais e de gênero espera-se desconstruir as concepções e desigualdades impostas secularmente, baseadas no modelo patriarcal, machista e sexista. Somente assim são fortalecidos comportamentos e atitudes que repudiam o machismo, o sexismo, a transfobia, a lesbofobia, a bifobia e a homofobia, por meio de ações educativas que conduzam ao comportamento crítico frente a tais tipos de discriminação.

3.4 Metas

Fundamentados nas concepções aqui apresentadas, temos como metas para a área de Inclusão social e diversidade as proposições a seguir:

META 01: Instituir a política de acessibilidade e apoio às pessoas com deficiência no IFMT.					
Responsável: PROEN/ PRODIN/ <i>Campi</i>					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X				

META 02: Implantação de NAPNES com estrutura e equipe multiprofissional em todos os <i>campi</i> do IFMT.					
Responsável: PROEN/ <i>Campi</i>					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X	X		

META 03: Adequação de todos os prédios já existentes do IFMT, promovendo a acessibilidade física por meio da remoção de barreiras arquitetônicas.

Responsável: PROEN/ PRODIN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X	X		

META 04: Articular o processo de capacitação em LIBRAS para os servidores do IFMT.

Responsável: PROEN

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X	X	X	X

META 05: Fomentar o desenvolvimento de políticas, projetos e ações afirmativas em respeito às diversidades (sexual, de gênero, étnico-racial, religiosa, socioeconômica, etc.) e na busca da inclusão social e da igualdade.

Responsável: PROEN/ PROPES / PROEX / PRODIN / *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 06: Incentivar o desenvolvimento de tecnologias voltadas à inclusão e diversidade no âmbito do IFMT.

Responsável: PROEN/ PROPES/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 07: Instituir o programa de prevenção e promoção à saúde no IFMT.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X			

META 08: Fomentar Políticas de Ação Afirmativa para garantir o acesso e a permanência dos alunos em vulnerabilidade.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 09: Incentivar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos voltados à inclusão e diversidade no âmbito do IFMT.

Responsável: PROEN/ PROPE/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X	X	X	X

3.5 Políticas e Metas de Assistência Estudantil

3.5.1 Política de assistência estudantil no IFMT

A assistência estudantil no marco da institucionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) possibilita o acesso e a permanência de pessoas provenientes da classe trabalhadora na educação pública federal. A execução do programa deverá estar articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando aos discentes condições efetivas de acesso aos conhecimentos científico e do mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, deve-se compreender o espaço escolar como potencializador da formação de adolescentes, jovens e adultos com base nas dimensões da ética, da cultura, das relações interpessoais que possibilitem não apenas a formação técnica e profissional, mas o desenvolvimento da capacidade de análise crítica da sociedade em que vivem, respeitando os princípios da igualdade e diversidade nos diferentes contextos sociais.

No âmbito do IFMT as ações de assistência aos estudantes são desenvolvidas por meio das seguintes modalidades de auxílios estudantis: moradia; transporte; alimentação; cultura; esporte e lazer; monitoria; atenção à saúde; inclusão digital; apoio pedagógico; auxílio para acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação; auxílios para participação e organização de eventos científicos e de caráter político, cultural e pedagógico.

Embora a assistência estudantil tenha seu desenho atual materializado por meio de diversas ações focalizadas, compreende-se que as ações socioassistenciais executadas no IFMT, perpassam pelo atendimento das diversas áreas dos direitos humanos e sociais, fomentando assim a perspectiva de inclusão social na direção da universalidade do acesso aos bens e serviços sociais à camada populacional historicamente alijada do processo de distribuição equânime da riqueza socialmente produzida.

A partir do processo de construção deste Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT 2014-2019, realizado de forma coletiva e com intensa participação dos servidores de

todos os *campi*, extraiu-se a concepção de uma política institucional de assistência estudantil que deve se assentar nos princípios da equidade e justiça social, considerando essencial a garantia de condições igualitárias para o acesso, permanência e conclusão dos estudos com êxito, numa perspectiva de superação das desigualdades sociais.

Desse modo, as ações socioassistenciais executadas por intermédio dos auxílios estudantis são consideradas importantes medidas preventivas para enfrentar as situações de evasão e retenção escolar, que se configuram em fatores impeditivos para o alcance da formação e êxito da/do estudante. É importante afiançar que a redução da evasão e retenção tendo como estratégia e ferramentas as ações, projetos e/ou programas vinculados à política de assistência estudantil, dependerá não somente da execução em si das ações socioassistenciais por intermédio das equipes multiprofissionais dos *campi*, mas pelo desenvolvimento do trabalho em equipe interdisciplinar com docentes e gestores de forma articulada com as ações de ensino, pesquisa e extensão dos diversos *campi* do IFMT.

3.5.2 Fundamentação legal

A adoção de uma política de assistência aos estudantes no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do estado de Mato Grosso tem como fundamento legal: a Lei N.º 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que garante a responsabilidade do Poder Público em implementar estratégias a fim de garantir o acesso e a permanência de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação pública; a Portaria do MEC Nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil no âmbito da Educação Superior Pública; o Decreto Nº 7234, de 19 de Julho de 2010, que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso o PNAES foi regulamentado por meio da Instrução Normativa Nº 01, de 24 de Janeiro de 2012, aprovada pela Resolução do Conselho Superior (CONSUP) Nº 002, de 24 de Janeiro de 2012.

3.5.3 Objetivos da política de assistência estudantil

- Democratizar as condições de acesso e permanência na educação pública federal;
- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais no acesso, permanência e conclusão dos cursos de nível básico, técnico, tecnológico e superior;

- Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- Contribuir para a promoção da diversidade e inclusão social pela educação.

3.5.4 Metas

META 01: Viabilizar programa de incentivo ao desempenho acadêmico e desenvolvimento de projetos, como as Bolsas de Iniciação Científica e as Bolsas de Monitoria.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 02: Incentivar a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade, por meio das bolsas de estágio, isenção das taxas de alimentação, auxílio-moradia, transporte e assistência médica/odontológica nos *Campi* que assim permitirem.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 3: Instituir programas de monitoria e plantões de atendimento psicológico, social e pedagógico a alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X				

META 4: Garantir atenção e atendimento às particularidades de cada aluno com necessidade educacional específica, como: ensino e interpretação de Libras; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braille; orientação e mobilidade; utilização do soroban; os auxílios técnicos, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas, etc.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 5: Garantir aplicação da Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 6: Promover ações articuladas com atividades relacionadas à cultura, esporte e lazer, respeitando as diversidades regionais.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 7: Garantir melhorias das condições de infraestrutura das moradias e restaurantes nos *Campi* que os possuem.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 8: Realizar estudos sobre a viabilidade de construção de residências e restaurantes nos *Campi* que não os possuem.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X			

META 9: Aprovar uma Política Institucional de Assistência aos Estudantes que estabeleça parâmetros no âmbito das concepções sobre as condições de acesso e permanência na educação e regulamento geral para os critérios de execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de assistência estudantil, respeitando as particularidades dos *Campi*.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 10: Articular a criação da Diretoria de Assistência Estudantil na estrutura da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN).

Responsável: PROEN/ Reitoria

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X				

META 11: Criar as Coordenações de Assistência Estudantil nos *Campi* que não as possuem.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X				

META 12: Garantir melhorias nas condições estruturais das Coordenações de Assistência Estudantil nos *Campi* que já as possuem.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 13: Garantir a disponibilidade de no mínimo uma sala reservada para atendimento individual dos estudantes pela equipe multiprofissional dos *Campi*, respeitando também as legislações específicas de cada área de conhecimento técnico-científico.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X	X	X	X

META 14: Trabalhar nas adequações necessárias dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Graduação para adesão ao Programa Bolsa Permanência do MEC (Portaria 389, de 09/05/2013) no intuito de garantir o acesso e a permanência de estudantes vulneráveis socioeconomicamente, indígenas e quilombolas no ensino superior.

Responsável: PROEN/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X	X	X	X	X

META 15: Criar um fórum de discussão permanente sobre a Política de Assistência Estudantil do IFMT.

Responsável: PROEN

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	X				

3.5.6 Acompanhamento, monitoramento e avaliação

O acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução da Política de Assistência Estudantil do IFMT será de responsabilidade da Diretoria de Assistência Estudantil na estrutura da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). Esse trabalho deverá ser realizado em comissão designada pela Diretoria em conjunto com as equipes multiprofissionais dos *campi* e representatividade de estudantes das diversas modalidades de ensino do IFMT. A equipe deverá elaborar o planejamento das ações de execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação da política de assistência aos estudantes anualmente.

3.6 Políticas de Educação a Distância

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, vem contribuindo para garantir o direito substantivo que a Constituição garante a todos os cidadãos desde 1988: o direito à educação. Nesse sentido a educação a distância é uma das formas de garantir esse direito, pois propicia a ampliação da oferta institucional sem gerar sobrecarga nas instalações físicas, e promove a diversificação de cursos em diferentes níveis de ensino. A Lei nº. 9.394/1996 (LDB) instituiu em seu Artigo 80 que cabe ao Poder Público incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada. O Decreto nº. 5.622/2005 regulamenta o artigo supracitado e estabelece a política de garantia de qualidade da modalidade de educação a distância, quanto ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação.

A organização pedagógica e curricular dos cursos do IFMT atende a Portaria nº. 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que estabelece o percentual de 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância.

Como registram os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (2007, p.7), não há um modelo único para educação oferecida a distância. Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. No entanto, o ponto básico dos projetos nessa modalidade é a compreensão de educação, antes de se pensar no modo de organização a distância.

Nesse sentido, o IFMT incorpora o entendimento de que a educação a distância não pode ser simplesmente divulgada e conceituada como um instrumental para o uso de tecnologias na educação; ela deve ser compreendida como uma prática educativa situada e mediatizada, uma modalidade de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento (OLIVEIRA, 2013, p. 2511). Ressalta-se, também, que,

[...]embora a modalidade a distância possua características, linguagem e formato próprios, exigindo administração, desenho, lógica, acompanhamento, avaliação, recursos técnicos, tecnológicos, de infraestrutura e pedagógicos condizentes, essas características só ganham relevância no contexto de uma discussão política e pedagógica da ação educativa. (REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 2007, p.712)

Pode-se apreender, do exposto, que um projeto de curso a distância precisa de um forte compromisso institucional, que inclui os gestores e os múltiplos profissionais envolvidos, bem como os representantes da comunidade a que se destina. O compromisso inicia-se pela construção de um entendimento do que é educação a distância, modalidade que acontece, em diversos países, incluindo o Brasil, de forma mais sistematizada, desde o século XIX.

No entanto, observa-se um crescimento acentuado da EaD a partir das duas últimas décadas do século passado. A crescente diversificação das Tecnologias da Informação e das Comunicações aliada à inserção da educação a distância nos processos produtivos tem levado cidadãos e instituições a conceberem, nessa forma de educação, um meio de democratizar o acesso ao conhecimento e de expandir oportunidades de trabalho e de aprendizagem ao longo da vida.

Nesse contexto, o IFMT, enquanto CEFET/MT, passou a atuar na modalidade do ensino a distância em 2002, nos diversos níveis de ensino, próprios e em parceria com outras IES de renome. Inicialmente, houve o curso de extensão Saúde e Ciências Biológicas OnLine (Sacibol). Em 2003, implantou-se o projeto Ciranda de Educação Profissional. No período de 2006-2008, o CEFET sediou o mestrado interinstitucional "Política Científica e Tecnológica", em parceria com a UNICAMP. Ainda em 2006, iniciou-se a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância, sendo oferecido o curso de "Gestão Pública Judiciária".

Há que se destacar ainda o momento em que o CEFET/MT passou a integrar o Sistema Universidade Aberta do Brasil, a partir da aprovação da proposta de participação no Edital da Universidade Aberta do Brasil – UAB. Essa aprovação possibilitou firmar uma parceria entre o Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, as Prefeituras Municipais de Juara, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste e Ribeirão Cascalheira, em Mato Grosso; e a Prefeitura Municipal de Coromandel, em Minas Gerais, para oferta de 250 (duzentas e cinquenta) vagas anuais no Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Internet e 200 (duzentas) vagas anuais no curso de Licenciatura Plena em Química, ambos na modalidade a distância.

Em 2011 criou-se o Grupo de Pesquisa Educação a Distância – GPEaD com o intuito de estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas articuladas às políticas e a produção de materiais didáticos para a EaD. Em abril de 2013 o GPEaD recebeu certificação do CNPq. Trabalha atualmente em duas linhas de pesquisas: Material Didático e Políticas Públicas para EaD. O GPEaD atua com 6 (seis) pesquisadores e 1 (um) estudante. Os membros do GPEaD têm adotado como prática participar de eventos de estudos e pesquisas em EaD nos âmbitos regional, nacional e internacional na busca de intercâmbios de conhecimentos e experiências que enriqueçam, fortaleçam e consolidem a EaD em Mato Grosso.

Atualmente a EaD/IFMT atende o estado de Mato Grosso por meio dos programas da Universidade Aberta do Brasil – UAB e Rede e-TEC Brasil.

O Programa da Universidade Aberta do Brasil - UAB abrange 12 polos: Juara, Juína, Sorriso, Sapezal, São Felix do Araguaia, Cuiabá, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Ribeirão Cascalheira, Guarantã do Norte, Lucas do Rio Verde, Barra do Bugres e Nova Xavantina.

A Rede e-TEC Brasil em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso abrange 70 polos em 68 municípios com os cursos no âmbito do PROFUNCIÁRIO: Infraestrutura Escolar, Alimentação Escolar, Secretaria Escolar e Multimeios Didáticos. O Programa tem por objetivo a formação profissional técnica em nível médio de 6.697 servidores efetivos que atuam nos sistemas de Ensino da Educação Básica Pública, com o ensino médio concluído, nas habilitações do Eixo Apoio Educacional do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT.

3.6.1 Características da educação a distância

O IFMT assume a educação a distância como uma ação inclusiva mediante a inserção do aluno como sujeito do processo de aprendizagem, com um diferencial ancorado, também, na possibilidade de descobrir formas inovadoras para se tornar sujeito ativo da pesquisa e da produção de conhecimentos através das características:

§ 1º ampliar e diversificar a oferta educativa institucional, na modalidade a distância;

§ 2º integrar a formação cidadã à formação profissional;

§ 3º romper com as barreiras geográficas e temporais;

§ 4º integrar os diversos níveis e modalidades educacionais;

§ 5º contribuir para a melhoria da educação básica pública, por meio da formação de professores (presenciais, formadores, pesquisadores, conteudistas), tutores, gestores e outros profissionais das escolas;

§ 6º favorecer a inclusão digital;

§ 7º fomentar o uso das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem a distância e presencial;

§ 8º ampliar as ofertas de educação profissional de qualidade.

3.6.2 Objetivos da EaD

O Departamento de Educação a Distância mediante o ensino, pesquisa e extensão tem como principais objetivos:

- fomentar cursos de nível técnico, tecnólogo, licenciaturas e na modalidade a distância;
- fomentar cursos de pós-graduação na modalidade a distância, compreendendo programas de especialização, mestrado e doutorado, inclusive através do programa UAB;

- fomentar a criação de núcleo EaD nos *Campi*;
- fomentar cursos de extensão, abertos aos candidatos que atendam os requisitos estabelecidos no Regulamento da EaD;
 - produzir e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais;
 - associar a pesquisa ao ensino e à extensão como meio de desenvolver o pensamento crítico;
 - promover e assegurar ações pedagógicas e administrativas que possam garantir o acesso e a permanência dos alunos;
 - assegurar condições necessárias para o crescimento qualitativo das ações acadêmicas no âmbito da EaD;
 - promover a produção científica, garantindo meios que permitam o alcance da Missão Institucional;
 - Implantar o acervo bibliográfico setorial EaD;
 - Promover a expansão EaD conforme a demanda do estado.

3.6.3 Metas da EaD

META 01: Fortalecer a qualidade do ensino a distância.					
Responsável: PROEN - DEAD/ <i>Campi</i>					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 02: Articular a criação da Diretoria de Educação a Distância no IFMT.					
Responsável: PROEN - DEAD/ <i>Campi</i>					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X					

META 03: Estabelecer a relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão na EaD.					
Responsável: PROEN – DEAD/ PROEX/ PROPES/ <i>Campi</i>					
Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
X	X	X	X	X	X

META 04: Fomentar a pesquisa e a inovação em tecnologias educacionais, por meio de aplicações de TICs aos processos didático-pedagógicos.

Responsável: PROEN – DEAD/ DGTI/ PROPES/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
x	x	x	x	x	x

META 05: Estruturar coordenação para acompanhar a extensão, a pesquisa e a pós-graduação da EaD.

Responsável: PROEN – DEAD/ PROPES/ PROEX/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
x	x	x	x	x	x

META 06: Viabilizar a execução do projeto de aquisição e implantação do estúdio-referência para atender o IFMT.

Responsável: PROEN – DEAD/ PROAD

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
x	x				

META 07: Difundir os conhecimentos de EaD.

Responsável: PROEN – DEAD/ PROEX/ *Campi*

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
x	x	x	x	x	x

META 08: Incentivar e assessorar os *campi* na elaboração de projetos na modalidade a distância.

Responsável: PROEN – DEAD

Ano 2014/2	2015	2016	2017	2018	2019/1
	x	x	x	x	x

3.7 Síntese da oferta de matrículas e vagas no IFMT

Conforme o planejamento dos *Campi*, quanto à oferta de cursos, matrículas e vagas para o período 2014/2 a 2019/1, apresenta-se a seguinte síntese:

3.7.1 Previsão de Matrículas – IFMT⁷

Por modalidade

MODALIDADE	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Integrado	4856	5656	6528	7425	8005	8150
Subsequente	2030	2122	2098	2121	2126	2071
Concomitante	0	35	70	70	70	70
Concomitante - PROEJA	0	70	140	210	245	280
PROEJA	189	482	937	1352	1597	1597
Licenciatura	845	884	1075	1335	1630	1900
Licenciatura - UAB	500	500	500	500	500	500
Especialização - F.P.	60	230	425	445	445	480
Bacharelado	1076	1244	1499	1749	2034	2319
Bacharelado - Engenharia	933	1123	1343	1563	1633	1703
Tecnologia	2424	2553	2430	2866	3326	3451
Tecnologia - UAB	650	650	650	650	650	650
Especialização	0	135	265	230	235	275
Mestrado Profissional	0	16	32	32	32	32
Mestrado Acadêmico	20	20	20	30	40	40
Doutorado	0	0	0	10	20	30
Total IFMT	13583	15720	18012	20588	22588	23548

⁷ As informações detalhadas referentes à previsão de matrículas do IFMT, dividida por *Campus* e modalidade, encontram-se no Apêndice 2 deste documento.

3.7.2 Previsão de Vagas – IFMT⁸

Por modalidade

MODALIDADE	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Integrado	1785	2325	2510	2655	2570	2690
Subsequente	765	685	765	870	790	870
Concomitante	0	35	35	35	35	35
Concomitante - PROEJA	0	70	70	70	105	105
PROEJA	65	355	580	580	615	615
Licenciatura	210	270	390	465	490	525
Licenciatura - UAB	0	250	250	250	250	250
Especialização - F.P.	60	170	255	290	255	325
Bacharelado	285	360	495	570	605	570
Bacharelado - Engenharia	190	300	330	290	290	290
Tecnologia	948	670	940	1135	1170	1170
Tecnologia - UAB	500	500	500	500	500	500
Especialização	0	135	130	100	135	140
Mestrado Profissional	0	16	16	16	16	16
Mestrado Acadêmico	0	10	10	20	20	20
Doutorado	0	0	0	10	10	10
Total IFMT	4808	6151	7276	7856	7856	8131

⁸ As informações detalhadas referentes à previsão de vagas do IFMT, dividida por *Campus* e modalidade, encontram-se no Apêndice 2 deste documento.

CAPÍTULO IV

POLÍTICAS E METAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

4.1 Políticas e Metas de Pesquisa e Inovação no IFMT

Entende-se que ensino, pesquisa e extensão compõem uma unidade, portanto, devem necessariamente caminhar juntos no processo de ensino-aprendizagem. Compreende-se que o currículo do IFMT deve apresentar um conjunto de habilidades e competências que consigam garantir a unidade entre as três facetas que formam o escopo da formação acadêmico-profissional.

Ao longo de 2009 a 2013, as atividades de pesquisa cresceram significativamente na instituição, conforme a tabela 02. Entretanto, é desejo e necessidade continuar fomentando a pesquisa e a inovação tecnológica articuladas com o ensino em seus diversos níveis e modalidades, consolidando-as na instituição.

O IFMT tem como objetivo contribuir para a ampliação do conhecimento científico em diferentes áreas do conhecimento, por meio de pesquisas desenvolvidas por servidores e discentes dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Projeto Pedagógico do IFMT estabelece a pesquisa como um de seus princípios fundamentais. Entendendo a pesquisa como procedimento racional e sistemático, voltado à produção acadêmica, com objetivo de manter um processo constante de ação-reflexão-ação com a realidade circundante. Reflexão esta que impõe não somente apreendê-la de forma mais abrangente, como também de propor alternativas para os problemas existentes no contexto institucional, regional e nacional.

4.1.1 Histórico da pesquisa no IFMT

A pesquisa, embora sendo um objetivo institucional desde as antigas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs, limitava-se a iniciativas individuais de alguns pesquisadores, que através de editais, buscavam recursos em agências externas de fomento à pesquisa. O apoio institucional era quase inexistente. Não havia um programa consistente de Iniciação Científica (IC), sendo que em 2009 eram ofertadas apenas 25 bolsas de IC para estudantes de graduação.

Com a criação dos Institutos Federais, através da Lei 11.892/2008, contemplando na sua estrutura a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e a criação das Diretorias de Pesquisa nos *Campi* do IFMT, a pesquisa passa a ser realizada de forma institucional com incrementos anuais significativos.

Em 2010, o IFMT, como primeira ação efetiva de apoio à pesquisa, cria o Programa Institucional de Iniciação Científica – PROIC/IFMT, concedendo já no primeiro edital 133 bolsas de IC para estudantes de graduação e do ensino médio/técnico. No ano seguinte (2011/2012) aumentou a cota para 203 bolsas (52% de aumento), e em 2012/2013 foram ofertadas 221 bolsas de IC. Essa ação abriu as portas para conquista de cota de bolsas de agências externas de fomento à pesquisa, como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a FAPEMAT (Fundação de Amparo à Pesquisa de MT).

Em 2012, outra ação importante foi a aprovação do “Auxílio Financeiro a Pesquisador”, que visa conceder recursos financeiros ao pesquisador para atender aos projetos aprovados no âmbito do IFMT.

Em dezembro/2013, estavam registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação 347 projetos de pesquisa coordenados por 222 diferentes servidores/pesquisadores e com 563 estudantes bolsistas de Iniciação Científica.

Com relação à área de conhecimento dos projetos apresentados e aprovados nos editais 2012/2013, tem destaque a área de Ciências Agrárias com 56,1% dos projetos, seguida da área de Humanas com 15,6%; Engenharias com 9,8%; Exatas e da Terra com 7,3%; Sociais e Aplicadas com 4,9%; Ciências Biológicas, com 3,5% e outras áreas com 2,8%. Observou-se, também, nos editais 2012/2013 que 41,0% dos projetos aprovados tinham relação com temas relacionados à sustentabilidade.

Outro indicador do crescimento é o aumento significativo dos grupos registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Em 2009, o IFMT tinha apenas 5 Grupos registrados. Em 2013, esse número passou para 31, e todos os indicadores relacionados a estes grupos, tais como número de pesquisadores, número de doutores nos grupos, número de linhas de pesquisa e número de estudantes envolvidos, cresceram na mesma proporção.

Tabela 02 - Números da pesquisa (comparativo 2009 e 2013)

Indicador	2009	2013
Número de Doutores na Instituição	46	120
Número de Mestres na Instituição	166	356
Número de Projetos de Pesquisa Desenvolvidos	60	347
Número de Bolsistas de Iniciação Científica	25	563
Número de Bolsistas de Agências Externas	5	242
Número de Bolsistas do Programa Institucional - IFMT	20	321
Grupos de Pesquisa Cadastrados no CNPq	5	31

4.1.2 Áreas e diretrizes da Pesquisa

Considerando sua preocupação em produzir e socializar conhecimento prioritariamente sobre temas de interesse, o IFMT conta com projetos de pesquisa aplicada, criando mecanismos que possibilitem dar suporte ao desenvolvimento de experiências e domínios de novas técnicas nos diversos campos do saber, visando atender aos arranjos produtivos locais.

As pesquisas instituídas no IFMT serão norteadas pela tabela das áreas do conhecimento do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que forem de relevância para o Instituto e para o desenvolvimento local e regional, de acordo com os cursos ofertados.

O IFMT, com vistas ao estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento de pesquisa científica relevante, compatível com as áreas de conhecimento que promove, apresenta as seguintes diretrizes:

- a) Melhorar os mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão:** a atividade científica deve permear as práticas pedagógicas exercidas nos cursos de diversos níveis e modalidades de modo a tornar evidente, para os discentes, a importância do saber/fazer ciência ao longo da formação profissional.
- b) Melhorar a interação com a comunidade:** as linhas de pesquisa regulares, a serem implantadas no IFMT, contemplarão as potencialidades acadêmicas existentes, devidamente articuladas com os arranjos produtivos locais.

4.1.3 Objetivos e Metas para o desenvolvimento da Pesquisa no IFMT

A fim de cumprir as diretrizes propostas, com relação às áreas de conhecimento promovidas pela pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- 1. Iniciação Científica:** Incentivar e acompanhar a Iniciação Científica no IFMT.
- 2. Grupos de Pesquisa:** Prospectar, incentivar, registrar e regulamentar os Grupos de Pesquisa do IFMT.
- 3. Inovação Tecnológica:** Reestruturar e/ou implantar o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

4. Divulgação Científica: Apoiar, de diversos meios, a divulgação da produção científica e tecnológica do IFMT.

5. Relações Externas: Ampliar a relação do IFMT com instituições públicas e privadas ligadas à Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.

6. Sistema de Gestão e Institucionalização da Pesquisa: Aprimorar e informatizar o sistema de Gestão e institucionalização da Pesquisa.

As metas para a área de Pesquisa e Inovação, fundamentadas nas concepções apresentadas, constituem-se nas proposições as seguir:

Quadro de Metas 4 – Metas para Pesquisa e Inovação

META 01: Ampliar, Anualmente, em 10% a Oferta de Bolsas de Iniciação Científica no IFMT.					
Responsável: Pró-Reitoria de Pesquisa					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 02: Ampliar, Anualmente, em 10% o Número de Grupos de Pesquisa do IFMT Registrados no CNPq.					
Responsável: Pró-Reitoria de Pesquisa					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 03: Reestruturar o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) na PROPES e Implantá-lo em no mínimo 50% dos <i>Campi</i> do IFMT.					
Responsável: Pró-Reitoria de Pesquisa					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	X	X	X	X	X

META 04: Regulamentar a Destinação de Aporte Financeiro, de no mínimo 3,0% (três por cento) do Orçamento Geral do <i>Campus</i>, para apoio à pesquisa.					
Responsável: Pró-Reitoria de Pesquisa					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
		X	X	X	X

META 05: Melhorar e Estimular a Divulgação da Pesquisa Através do Lançamento e Publicação Periódica de Revista Científica do IFMT (impressa e eletrônica).**Responsável:** Pró-Reitoria de Pesquisa

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 06: Desenvolver e Disponibilizar um Sistema de Gerenciamento de Base de Dados Referentes à Pesquisa no IFMT.**Responsável:** Pró-Reitoria de Pesquisa

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 07: Criar e Regulamentar os Comitês de Ética na Pesquisa no IFMT.**Responsável:** Pró-Reitoria de Pesquisa

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 08: Promover, Anualmente, pelo menos um evento científico (Workshop, Fórum, Jornada Científica, Seminários) envolvendo todos os *Campi*.**Responsável:** Pró-Reitoria de Pesquisa

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	X	X	X	X	X

4.2 Políticas e Metas de Pós-Graduação

O IFMT, a partir da sua finalidade institucional de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, ministrará a educação superior em nível de Pós-Graduação por intermédio de Cursos *Lato Sensu* (aperfeiçoamento e especialização) e *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado).

A missão geral do Instituto, de educar para a vida e para o trabalho, irá se refletir em seus cursos de Pós-Graduação, posto que serão estruturados segundo as necessidades da sociedade, ou seja, estarão sintonizados com as suas demandas sociais, econômicas e culturais.

Nesse sentido, a Pós-Graduação promovida pelo IFMT contribuirá ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, observando as suas potencialidades e vocação produtiva, devendo nesse processo, inserir profissionais qualificados e capacitados para produzir conhecimentos, gerar tecnologias e facilitar a apropriação pública dos saberes constituídos.

Os problemas advindos das necessidades regionais serão, então, considerados como o eixo orientador das suas pesquisas. Ou seja, as atividades investigativas a serem desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação do IFMT se traduzirão em trabalhos de produção de conhecimentos voltados à busca das respostas às questões concretas suscitadas no contexto estadual.

Tais investigações terão suas raízes em problemas legítimos da comunidade e buscarão para eles as soluções tecnológicas, que deverão ser amplamente divulgadas e disponibilizadas, configurando-se prioritariamente com o termo de "pesquisas aplicadas". E com a capacidade de aplicar seus resultados em prol da melhoria das condições de vida da localidade, elas ainda contribuirão para o seu desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se, no entanto, que os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas da Pós-Graduação serão colocados a favor das peculiaridades locais e regionais, considerando sempre a perspectiva de seus reconhecimentos e valorizações no cenário nacional e global.

Quanto ao propósito do IFMT de promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, a Pós-Graduação a ser ofertada deverá: considerar a formação profissional como paradigma nuclear, favorecer o diálogo entre as formações propostas e respeitar os fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica.

Os cursos de Pós-Graduação a serem propostos deverão, assim, estabelecer uma correspondência mais estreita com os cursos superiores de tecnologia (graduações tecnológicas), com os de licenciaturas e com os de bacharelado, ofertados no IFMT. Dessa forma, a inserção da Pós-Graduação na verticalização da educação profissional no IFMT poderá permitir a construção de alternativas de formação dentro de um determinado eixo tecnológico,

oferecendo ao discente um itinerário formativo que melhor corresponda às suas expectativas e às demandas contextuais.

Considerando a possibilidade de formar docentes para todos os níveis de ensino, bem como de qualificar e capacitar o seu quadro de servidores (docentes e técnicos), o IFMT buscará ofertar cursos de Pós-Graduação próprios ou em parcerias (MINTER e DINTER) que deverão contribuir para a formação de recursos humanos, visando ao desenvolvimento da educação básica, profissional e tecnológica, bem como para a titulação de seus servidores.

Em termos gerais, concebe-se que a Pós-Graduação no IFMT promoverá a formação de profissionais capacitados e qualificados para: a execução de pesquisa aplicada aos problemas contextuais, a realização das atividades de inovação tecnológica, a disponibilização dos saberes produzidos à comunidade e para a atuação docente no campo da educação básica, profissional e tecnológica.

A Pós-Graduação do IFMT oferecerá cursos nas modalidades de *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* tendo como objetivo formar profissionais qualificados nas áreas de conhecimento de atuação da instituição.

Em nível *Lato Sensu*, a oferta dos cursos no IFMT atenderá à demanda social nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, estruturando-se em consonância com a legislação vigente.

O IFMT ofertará cursos em nível *Stricto Sensu* que atenderão à demanda da comunidade interna e externa, na modalidade presencial, em consonância com a legislação vigente, estruturando-se com sede em um *campus*, com possibilidade de composição do quadro de docentes titulares, com servidores de mais de um *campus*, e de docentes colaboradores, com servidores de outras instituições de ensino superior.

Além disso, serão buscadas parcerias com instituições de ensino superior para promover a aceleração da qualificação do quadro de Servidores Docentes e Técnico-administrativos, por meio de cursos de MINTER e DINTER nas diversas áreas de conhecimento do IFMT.

4.2.1 Diagnóstico da Pós-Graduação

O PDI anterior (2009 a 2014) previa a criação de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu* sem, portanto, definir o número de programas ou de cursos a serem criados. Nesse período entraram em funcionamento quatro cursos de Especialização, e foi implantado o primeiro programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do IFMT.

Quanto ao desenvolvimento do quadro de pessoal, o PDI anterior definiu como meta atingir pelo menos 1/3 de docentes com qualificação de doutorado, ampliar em metade o número de docentes mestres e, pelo menos, triplicar o número de técnicos administrativos com mestrado. As alterações no quadro de qualificação dos servidores do IFMT ocorreram em paralelo ao crescimento do número de servidores que, para a categoria de docentes passou de 416 servidores em 2009, para 755 em 2013, e na categoria dos técnicos administrativos passou de 343 em 2009, para 579 em 2013.

Tabela 03 - Evolução do nível de qualificação do quadro de Docentes do IFMT no Período entre 2009 a 2013.

Ano	Doutores		Mestres		Especialistas		Graduados		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
2009	46	11	159	38,20	176	42,3%	35	8,4	416
2013	121	16,02	354	46,89	235	31,12	45	5,96	755

Ao avaliar as metas planejadas, para a categoria dos docentes, apesar do número de doutores ter praticamente triplicado nos últimos quatro anos, a meta para esse nível de qualificação (que era de atingir 1/3 do quadro na qualificação de doutorado) não foi atingida. Por outro lado, a meta de aumentar em 50% o número de mestre foi superada (Tabela 03). Em relação aos servidores Técnico-Administrativos, a meta (que era de triplicar o número de mestres) também foi superada (Tabela 04). As metas alcançadas, quanto à qualificação, foi o resultado conjunto do incentivo por parte da Instituição e pelo ingresso de servidores já qualificados.

Tabela 04 – Evolução do nível de qualificação dos Servidores Técnico-Administrativos no período entre 2009 a 2013.

	Doutores		Mestre		Especialista		Graduado		Não graduado		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
2009	0	0	7	2,04	54	15,7	129	37,60	153	44,60	343
2013	2	0,34	30	5,18	233	40,24	151	26,08	163	28,15	579

4.2.2 Objetivos da Pós-Graduação

A Pós-Graduação do IFMT, embasada na busca da operacionalização e formação de nível mais avançado, será estruturada de modo a atender às necessidades de qualificação dos servidores da instituição, ao aprimoramento de profissionais em diversos setores da economia e do quadro de docentes de outras Instituições públicas de ensino. Para tanto, deverá:

- 1- Apoiar a criação a manutenção e o desenvolvimento de programas de Pós-Graduação no âmbito do IFMT;
- 2- Promover o desenvolvimento da qualificação dos servidores do IFMT em nível de Pós-Graduação.

4.2.3 Planejamento Estratégico da Pós-Graduação

Para que os objetivos da Pós-Graduação no IFMT sejam atingidos plenamente, será necessário o desenvolvimento de atividades conjuntas com os diversos setores da instituição e, em especial, com as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Pesquisa. O planejamento para a consecução dos objetivos da Pós-Graduação para o quinquênio 2014-2019 tem suas metas apresentadas com períodos de execuções no quadro abaixo. As metas da Pós-Graduação serão materializadas em números de servidores a serem qualificados, e em números de alunos a concluírem os cursos de Pós-Graduação do IFMT, que estão apresentados nas tabelas 05 e 06.

Tabela 05 - Cronograma de previsão de formação de alunos da Pós-Graduação no período entre 2014 a 2019

Modalidades	Concluintes da Pós-graduação do IFMT (número de alunos)						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Especialização	20	20	60	60	80	80	360
Mestrado	10	10	20	20	30	40	130
Doutorado							
Total	30	30	80	80	115	130	505

Tabela 06 - Cronograma de previsão de evolução do quadro de qualificação dos Servidores no período entre 2014 a 2019

Servidores		2013		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Categoria	Qualificação	Quant.	%	*%	*%	*%	*%	*%	*%
Servidores Técnicos- Administrativos	Não Graduat.	163,0	28,1	26,0	25,0	23,0	21,0	19,0	17,0
	Sup. Comp.	151,0	26,1	24,0	22,0	21,3	20,0	18,0	16,0
	Especializaç.	233,0	40,2	41,0	41,0	40,0	39,6	40,2	42,0
	Mestrado	30,00	5,2	7,6	10,6	14,4	17,3	20,0	22,0
	Doutorado	2,0	0,3	0,5	0,8	1,2	1,9	2,5	3,0
	Total	579	99,9	99,1	99,4	99,9	99,8	99,7	100,00
Servidores Docentes	Sup. Comp.	45,0	5,9	4,8	4,0	3,5	3,0	2,5	2,0
	Especializaç.	235,0	31,1	28,0	24,0	20,0	16,0	12,0	10
	Mestrado	354,0	46,9	48,0	49,0	48,5	47,0	45,4	43,0
	Doutorado	121,0	16,0	19,1	23,0	28,00	34,0	40,1	45,0
	Total	755	99,9	99,9	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0

Fundamentados nas concepções aqui apresentadas, temos como metas para a área de Pós-Graduação as proposições a seguir:

Quadro de Metas 5 – Metas para Pós-Graduação

META 01: Incentivar a Implantação de no Mínimo dois Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu no IFMT, anualmente.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 02: Incentivar a Implantação de no Mínimo Seis Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado, no IFMT.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 03: Criar, Anualmente, e Manter no Mínimo Dois Grupos de Pesquisas Associados às Atividades de Ensino de Pós-Graduação, registrados no CNPq.

Responsável: Pró-Reitoria de Pesquisa

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 04: Criar o Regulamento para o apoio Financeiro para Publicação de Artigos Científicos em Periódicos Nacionais e Internacionais.**Responsável:**

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 05: Publicar, Anualmente, no Mínimo um Edital para Submissão de Projetos de Pesquisas da Pós-Graduação.**Responsável:**

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 06: Desenvolver e Disponibilizar um Sistema de Gerenciamento de Base de Dados Referentes à Pós-Graduação no IFMT.**Responsável:** Pró-Reitoria de Pesquisa

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 07: Promover, Anualmente, pelo menos Um Evento Científico Específico para Divulgação das Pesquisas da Pós-Graduação.

Responsável: Pró-Reitoria de Pesquisa

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 08: Fomentar a Criação de no Mínimo um Curso *Lato Sensu* (LS) para Servidores do IFMT, Anualmente.

Responsável: Pró-Reitoria de Pesquisa

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
		X	X	X	X

META 09: Criar o Regulamento para o Apoio Financeiro, por meio de Bolsas, para Servidores em Capacitação.

Responsável:

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
		X	X	X	X

META 10: Publicar, Anualmente, Um Edital para Seleção de Servidores para Afastamento em Capacitação.

Responsável:

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 11: Criar o Programa de incentivo à produção científica e acadêmica.

Responsável:

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
		X	X	X	X

CAPÍTULO V

POLÍTICAS E METAS DE EXTENSÃO

5.1 Concepção de Extensão no IFMT

A extensão compreende um processo educativo, cultural e científico, sendo desenvolvida de modo articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, ampliando a relação transformadora entre a instituição de ensino e os diversos segmentos sociais, promovendo o desenvolvimento local, regional e nacional, socialização da cultura e do conhecimento técnico científico.

Enquanto processo educativo, a extensão possui dimensões formativas e libertadoras indissociáveis. Portanto, a relação que a extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora, intensificando sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, em que professores e alunos constituem-se sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização e à aplicação do saber acadêmico. Ao mesmo tempo amplia sua relação com a pesquisa que, utilizando-se de metodologias específicas, compartilha conhecimentos produzidos pela instituição, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Nesse sentido, é imperativo conceber a Extensão como uma prática que possibilita o acesso aos saberes produzidos e experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto, por parte de diversos segmentos sociais. Ela revela-se numa prática que vai além da visão tradicional de formas de acesso da sociedade às tecnologias e ao conhecimento acadêmico, bem como, a sua efetiva participação.

Por fim, a Extensão visa aprofundar os vínculos existentes entre o IFMT e a sociedade, com o propósito de alcançar novas alternativas de transformação da realidade mediante ações que fortaleçam a cidadania. A intervenção das atividades de extensão deve ocorrer de forma participativa e dialógica, tendo como ponto de partida o conhecimento da realidade local.

5.2 Objetivos da Extensão

- 1) Contribuir para o desenvolvimento do bem estar do cidadão e da comunidade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização do ensino e da pesquisa;

- 2) Buscar interação sistematizada entre o IFMT e a comunidade por meio da participação dos servidores e discentes nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- 3) Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular;
- 4) Incentivar práticas que promovam o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais cidadãos;
- 5) Promover o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
- 6) Articular políticas públicas e privadas que oportunizem o acesso à educação;
- 7) Garantir a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), atendendo a demandas sociais emergentes nos diversos *campi* do instituto, por meio de programas especiais do Governo Federal;
- 8) Ampliar as parcerias com órgãos públicos e privados para atuar na área da Extensão Tecnológica, apoiando a Inovação e o Empreendedorismo através da oferta de serviços tecnológicos;
- 9) Elaborar programas institucionais e ampliar as cooperações técnicas e parcerias com instituições e empresas nacionais e internacionais de modo que assegurem aos estudantes as possibilidades necessárias de ingresso ao estágio curricular e intercâmbios;
- 10) Viabilizar o acompanhamento de egressos mediante cadastros, eventos e pesquisas acerca da sua inserção no mundo do trabalho, bem como sua satisfação pessoal e profissional;
- 11) Desenvolver parcerias com órgãos públicos e privados objetivando intensificar a participação do IFMT nas regiões onde atua;
- 12) Fortalecer a relação institucional com as comunidades já atendidas pelas ações de extensão;
- 13) Fomentar novas iniciativas de extensão, mediante diferentes ações, por meio de programas, projetos, bolsas, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e outros produtos acadêmicos, envolvendo atividades de ensino e pesquisa do IFMT.

5.3 Áreas de Atuação e Desenvolvimento de Programas de Extensão

A Extensão, sendo um dos eixos da educação, estabelecido na lei de criação dos Institutos Federais e contemplada na Constituição Federal de 1988, enquanto prática pedagógica, é desenvolvida de maneira a atender às demandas sociais da comunidade.

Os programas de extensão terão assegurados recursos da matriz orçamentária do IFMT, com vistas a ampliar a abrangência e atuação da extensão desenvolvida pelos seus *Campi* junto às comunidades onde estão inseridos.

As iniciativas desenvolvidas em parceria com outras instituições públicas, privadas e com a comunidade comprovam a eficiência, a importância e a necessidade do estreitamento dos laços do IFMT com outros segmentos sociais, para atender à crescente demanda da sociedade, no âmbito da Extensão.

As políticas de extensão contemplam três grandes áreas da atividade Institucional:

- Relação Instituto-Empresa;
- Integração Instituto-Comunidade;
- Apoio à produção e difusão de conhecimento científico, tecnológico e cultural.

No âmbito do IFMT, poderão participar de políticas, programas e ações de extensão:

- Estudantes devidamente matriculados na Instituição;
- Servidores do quadro de técnicos administrativos e docentes, efetivos ou que estejam desenvolvendo atividades de docência com contratos de caráter temporário;
- Estudantes da comunidade externa; professores da rede pública e privada e profissionais que desenvolvam atividades inerentes às premissas da extensão;
- Instituições públicas ou privadas.

Assim, a atuação da Extensão do IFMT compreende o desenvolvimento de:

- Projetos Tecnológicos: implementação de técnicas e aplicação de resultados de atividades científicas, experimentação técnica e tecnológica em parceria com instituições públicas, privadas e comunidade;
- Serviços Tecnológicos: oferta de serviços de consultoria, assessoria, e outros serviços de cunho técnico e tecnológico para os setores produtivos;
- Eventos Socioculturais: realização de atividades de interesse técnico, social, científico, esportivo e cultural favorecendo a participação da comunidade;
- Projetos Sociais: desenvolvimento de projetos que apresentem soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

- Estágio e Emprego: compreende atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio;
- Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC: ação pedagógica de caráter teórico e prático de oferta de cursos de programas especiais que objetiva a formação e a capacitação técnica;
- Projetos Culturais: compreende a viabilização de recursos para desenvolvimento de ações no campo técnico, social, científico, artístico e esportivo, favorecendo a participação da comunidade;
- Visitas e Viagens Técnicas: interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho;
- Empreendedorismo: compreende o apoio técnico educacional com vistas à formação empreendedora, bem como o desenvolvimento de serviços e produtos tecnológicos;
- Acompanhamento de Egressos: constitui um conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o desenvolvimento profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão;
- Atuar em programas e ações governamentais: compreende a gestão e execução de projetos e programas instituídos pelo Governo Federal.

META 01: Buscar Reestruturação dos Setores de Extensão nos *Campi*.

Indicador: Mais 2 (dois) profissionais lotados nos setores de extensão até 2019

Responsável: Pró Reitoria de Extensão e *Campi*

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	-	1	1	-	-

META 2: Garantir Aporte Financeiro de no mínimo 3,0% (três por cento) do Orçamento Geral do *Campus* para a Realização de Ações.

Indicador: Recurso assegurado à Coordenação de Extensão

Responsável: *Campi* do IFMT

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	-	3%	3%	3%	3%

META 03: Prospecar Demandas Sociais para Ações de Extensão no IFMT.

Indicador: Número de Coordenações de Extensão com o estudo diagnóstico realizado

Responsável: *Campi* do IFMT

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	9	12	14	Todos	Todos

META 04: Consolidar a Cultura do Planejamento.					
Indicador: Porcentagem de <i>Campi</i> com planejamento anual e painel de gestão à vista					
Responsável: Pró-Reitoria de Extensão e Coordenações de Extensão					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	50 %	70 %	80 %	80 %	80 %

META 05: Ampliar o Número de Projetos de Extensão Desenvolvidos nos <i>Campi</i> .					
Indicador: incremento em 10 % anualmente do numero de projetos de extensão					
Responsável: Pró-Reitoria de Extensão e <i>Campi</i>					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	10 %	10 %	10 %	10 %	10 %

META 06: Capacitar Diretorias e Coordenações.					
Indicador: Porcentagem do número de coordenadores de extensão participantes de treinamentos promovidos pela PROEX ou outro					
Responsável: Pró-Reitoria de Extensão					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
70%	80%	90%	90 %	90 %	90 %

META 07: Criar Fóruns e Grupos de Extensão para Compartilhar Experiências.					
Indicador: Fórum de extensão instituído					
Responsável: Pró-Reitoria de Extensão e <i>Campi</i>					Tipo:
Permanente					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	1	-	-	-	-

META 08: Institucionalizar e Sistematizar nos <i>Campi</i> as Ações de Extensão.					
Indicador: Porcentagem de <i>Campus</i> com banco de dados atualizado					
Responsável: Pró-Reitoria de Extensão e <i>Campi</i>					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
70 %	90 %	100 %	100 %	100 %	100 %

META 09: Organizar Registros e Viabilizar Certificações.					
Indicador: Porcentagem de extensionistas com certificação realizada no <i>Campus</i>					
Responsável: Pró-Reitoria de Extensão					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
80%	80 %	90 %	100 %	100 %	100 %

META 10: Padronizar Processos e Instrumentos Legais da Área de Extensão.					
Indicador: porcentagem de <i>Campi</i> utilizando o mesmo modelo de convênios, editais, ficha de registro de projetos voluntários, solicitação de visitas técnicas e planejamento					
Responsável: Pró-Reitoria de Extensão					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
70 %	80 %	90 %	100 %	100 %	100 %

META 11: Promover Anualmente o Encontro de Egressos.					
Indicador: 24 encontros de egressos realizados até 2019, no âmbito do IFMT					
Responsável: <i>Campi</i> e Pró-Reitoria de Extensão					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
2	4	4	4	5	5

META 12: Divulgar as Atividades Desenvolvidas pela Extensão.					
Indicador: Número de informativos e outras publicações criadas no âmbito do IFMT					
Responsável: <i>Campi</i> e Pró-Reitoria de Extensão					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
5	20	24	24	26	26

META 13: Realizar Fóruns Itinerantes de Coordenadores de Extensão.					
Indicador: Número de Encontro de Coordenadores de Extensão por ano					
Responsável: Pró-Reitoria de Extensão e <i>Campi</i>					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
2	2	2	2	2	2

META 14: Promover Ações de Apoio à Pessoa com Necessidades Especiais.					
Indicador: Percentual de <i>Campi</i> contemplados					
Responsável: Coordenações de Extensão e Pró-Reitoria de Extensão					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
60 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %

META 15: Apoiar os <i>Campi</i> na Implantação dos Programas Especiais do Governo Federal.					
Indicador: Percentual de <i>Campi</i> com programas especiais implantados					
Responsável: Coordenações de Extensão e Pró-Reitoria de Extensão					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
60 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %

CAPÍTULO VI

POLÍTICAS E METAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL

6.1 Gestão Institucional e Planejamento Estratégico

A dinâmica organizacional é uma temática bastante explorada nos últimos anos. Pesquisas e ensaios teóricos frequentemente abordam as mudanças no ambiente empresarial, nas instituições públicas e utilizam de tecnologias gerenciais para fazer frente a uma conjuntura cada vez menos estável. São comuns as tentativas de identificar modelos de gestão mais eficazes e mecanismos para promover o desenvolvimento organizacional.

Nessa dinâmica, a administração age no sentido de legitimar as posições das diversas equipes, sincronizada com os objetivos-fins das ações educativas. Por outro lado, uma estrutura administrativa e organizacional flui à medida que as ações setoriais se realizam na busca da unidade, ou seja, ações conjuntas. Para tanto, faz-se necessária a prática da comunicação instrumentalizada e sintonizada com o desenvolvimento das novas tecnologias disponíveis, em que os investimentos aportados são primordiais para a disseminação do conhecimento.

Portanto, as ações administrativas devem atender aos objetivos estabelecidos na missão institucional, exigindo a competência de seus agentes, o que requer programas permanentes de capacitação e de apoio institucional.

Outro tema relacionado à gestão que é imprescindível em uma instituição com as características do IFMT é o **Planejamento estratégico**, um conceito comum no âmbito da **administração**, que significa o ato de **pensar e fazer planos de uma maneira estratégica. Ele indica a direção certa e oferece uma visão de futuro.** Segundo Vicente Falconi, existem três fatores fundamentais para a obtenção de resultados em qualquer iniciativa humana: Liderança, Conhecimento Técnico e Método. De igual maneira, Peter Drucker, estudioso de teorias da administração, definiu que “a melhor maneira de prever o futuro é criá-lo.” Dessa forma, criar um futuro baseado em princípios e valores significativos para o IFMT requer uma gestão preparada com excelente conhecimento técnico para a utilização de um método adequado.

Nesse sentido, movido pelo propósito de aprimorar seu modelo de gestão embasado com a preocupação de planejar, executar e acompanhar as ações através de monitoramento para que a comunidade consiga visualizar todas essas etapas com clareza, o IFMT iniciou, em 2013, um intenso projeto com o intuito de preparar seus gestores para internalizar a cultura do Planejamento Estratégico de forma ampla, democrática e participativa.

Para atender aos seus objetivos institucionais, o IFMT, a partir da sua estrutura básica, dispõe de uma organização administrativa definida e especificada no Estatuto da Instituição.

Dentro desse contexto, são objetivos estratégicos para o IFMT:

- a. Incentivar a participação e o compromisso da comunidade na definição e implementação de políticas institucionais;
- b. Internalizar a cultura do Planejamento estratégico;
- c. Instituir a política de comunicação institucional;
- d. Gerir de forma integrada as atividades acadêmicas e de apoio como parte dos processos de formação profissional, construção e difusão do conhecimento;
- e. Estimular, valorizar e fortalecer as funções administrativas de modo a promover a qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- f. Garantir a clareza das atribuições das funções de apoio e permitir a descentralização da capacidade de decisão;
- g. Aperfeiçoar processos administrativos buscando agilidade, eficiência e economia de recursos;
- h. Assegurar ampla participação nas decisões e transparência no manejo dos recursos do Instituto (orçamento, captação, distribuição e execução);
- i. Buscar novas formas de captação de recursos para o Instituto, em consonância com seu caráter público e com a democratização do acesso;
- j. Aprimorar os critérios de distribuição de recursos, visando o aperfeiçoamento de políticas institucionais de apoio a programas, cursos e áreas de conhecimento;
- k. Promover o acompanhamento, avaliação e melhoria permanente do trabalho de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma a sustentar o projeto acadêmico do Instituto;
- l. Aperfeiçoar critérios para a alocação de vagas de docentes e técnicos administrativos, permitindo a implementação de políticas institucionais de apoio a cursos e áreas do conhecimento;
- m. Apoiar os *Campi* de forma integrada e equilibrada nas áreas acadêmica e administrativa;
- n. Planejar e garantir a infraestrutura física, material e de pessoal de apoio às atividades de gestão;
- o. Promover a segurança no trabalho e a saúde ocupacional dos servidores do Instituto;
- p. Ampliar e aprimorar a utilização racional e sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis, buscando implementar inovações;

- q. Aperfeiçoar procedimentos ambientais que orientem licitações e concessões, visando à redução da utilização de recursos e da geração de resíduos;
- r. Promover a integração e a melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica;
- s. Garantir condições para o desenvolvimento de atividades que aperfeiçoem o atendimento social da comunidade acadêmica, por meio da integração com os departamentos afins.

6.2 Gestão Orçamentária e Financeira

O primeiro aspecto a ser observado em um trabalho de reorganização, sobretudo nas áreas de planejamento e orçamento, é a necessária distinção entre sistema e processo. O sistema orçamentário diz respeito às estruturas, instrumentos, procedimentos e classificações necessárias ao cumprimento das funções e papéis, do processo orçamentário.

No orçamento tradicional, que caracteriza os primeiros estágios evolutivos da técnica orçamentária, a orientação predominante é a do controle. Prevalece a preocupação com o cumprimento dos tetos orçamentários e o estabelecimento de limites para as unidades orçamentárias no que se refere a tipos de despesas (pessoal, serviços de terceiros, equipamentos etc.), e as classificações de despesas são estruturadas com base em itens pormenorizados de objeto de gastos.

A predominância da orientação gerencial no processo orçamentário traduz uma preocupação maior com o trabalho a ser feito e as realizações a serem alcançadas. As informações são estruturadas segundo funções, projetos e atividades, evidenciando-se o trabalho ou serviço a ser cumprido, com os respectivos custos. As categorias orçamentárias são classificadas em termos funcionais, com mensurações que possibilitem a avaliação do desempenho das atividades previstas. Essas características identificam o orçamento funcional ou de desempenho.

A orientação para o planejamento marca o advento do orçamento-programa, que tem como característica a racionalização do processo de fixação de políticas, mediante dados sobre custos e benefícios das formas alternativas de se atingir os objetivos propostos e a mensuração dos produtos para propiciar eficácia no alcance desses.

A relevância da gestão do orçamento tem sido destacada, no tocante às reformas recentes da administração pública, em vários países, que não têm ficado somente nas reformas administrativas e organizacionais, que estão fadadas a desfazerem-se em curto prazo, se não utilizarem, como ponta de lança da reforma, uma série de procedimentos que tenham como finalidade transformar um dos mecanismos de ação principal de qualquer governo: a gestão do

orçamento. Os processos de gestão do orçamento surgem como um elemento indispensável das reformas administrativas quando se quer dirigir os governos para atuar com base na obtenção de resultados, além do controle de recursos e despesas⁹.

Nesse contexto, o IFMT adotará a descentralização orçamentária em consonância com os dispositivos legais adotados pelo MEC e respeitando a autonomia de cada *Campus* a fim de se obter a eficiência, eficácia e efetividade da alocação dos recursos públicos preconizados pela lei.

A peça orçamentária do IFMT será através da participação dos *Campi* que o constituem, e conforme o parágrafo primeiro, do artigo primeiro da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, "A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas...".

Além disso, o IFMT é vinculado à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação e, conseqüentemente, apresenta sua sustentabilidade financeira apoiada primordialmente em recursos oriundos da União, que é sua mantenedora.

Os recursos orçamentários são consignados anualmente no Orçamento Geral da União por meio de Lei específica (LOA), o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira, com foco fechado no exercício em questão. O orçamento anual do IFMT compreende as despesas de custeio, investimentos, pessoal ativo, inativo, pensionistas, enfim, todas as despesas relativas aos *Campi* e à Reitoria.

A captação das receitas orçamentárias necessárias aos investimentos e à manutenção da Instituição compreende recursos repassados do Tesouro Nacional, recursos diretamente arrecadados pelo IFMT e recursos obtidos por meio de convênios firmados com órgãos públicos e privados. Sendo o IFMT uma instituição pública, a totalidade dos recursos orçamentários e financeiros deve ser submetida aos procedimentos e normas da gestão pública, notadamente a Lei nº 8666/1993.

A fim de cumprir a proposição de orçamento participativo e de resguardar as bases legais orçamentárias, são estabelecidas pelo IFMT as seguintes metas, com suas respectivas ações:

9

GAULT, David Arellano; GIL, José Ramón; MACIAS, Jesus Ramires; ROJANO, Angeles. **Nueva gerencia pública en acción**: procesos de modernización presupuesta. Un análisis inicial en términos organizativos (Nueva Zelanda, Reino Unido, Australia y México), 1999.

Quadro de Metas 7 – Metas para a Gestão Institucional

META 01: Realizar eventos de formação que orientem na compreensão da estrutura e funcionamento do sistema de acompanhamento e planejamento orçamentário.

Indicador: Número de eventos de formação realizados

Responsável: Pró-Reitoria de Administração - PROAD

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
1	2	2	2	2	2

META 02: Instituir Sistema de Planejamento, Acompanhamento e Execução Orçamentária.

Indicador: Unidades monitoradas

Responsável: Pró-Reitoria de Administração - PROAD

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
7	19	23	25	25	25

META 03: Otimizar as ações de planejamento, execução e fiscalização de obras e outros serviços de engenharia no âmbito do IFMT.

Responsável: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 04: Qualificar tecnicamente as gestões do IFMT.

Indicador: Número de eventos realizados com equipes gestoras do IFMT

Responsável: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN e Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
1	4	4	4	4	2

META 05: Instituir a política de Comunicação Institucional, realizando amplo estudo acerca das atribuições, competências e responsabilidades da Comunicação Social no IFMT.

Responsável: Assessoria de Comunicação

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X				

META 06: Instituir a ouvidoria do IFMT.					
Responsável: Reitoria					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X				

META 07: Desenvolver programas e projetos que fomentem e fortaleçam a sustentabilidade nos diversos ambientes e setores, bem como na gestão das ações realizadas pelo IFMT.					
Responsável: Pró-Reitoria de Administração – PROAD, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Assessorias da Reitoria					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	X	X	X	X	X

META 08: Promover a unicidade institucional e fortalecer a identidade do IFMT.					
Responsável: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

META 09: Fomentar e acompanhar a implementação do planejamento institucional no IFMT.					
Responsável: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X	X	X	X	X

6.3 Políticas e Metas da Gestão de Pessoas

Toda organização é composta de pessoas, e a Gestão de Pessoas contribui efetivamente para o fortalecimento e crescimento da organização através do desenvolvimento de áreas e competências como: motivação, liderança, desempenho individual e de equipes, compensações, benefícios sociais, higiene e segurança do trabalho, qualificação e qualidade de vida.

Nesse contexto, a Gestão de Pessoas é uma área estratégica para todas as organizações, uma vez que não é possível desassociar o desenvolvimento organizacional do desenvolvimento dos indivíduos que as formam, contribuindo dessa forma com o alinhamento das pessoas às estratégias e políticas da organização.

De acordo com Chiavenato (2010, p. 4), com as mudanças dos conceitos e práticas gerenciais, as empresas passam a investir nas pessoas que podem satisfazer e encantar os clientes, passando a constituir o elemento básico do sucesso empresarial. A estratégia na área

de Gestão de Pessoas torna-se um diferencial, pois as pessoas tornam-se instrumentos fundamentais para o alcance dos objetivos e a realização da missão da organização.

Dutra (2002: 16-17) afirma que a gestão de pessoas:

[...] deve ser integrada, e o conjunto de políticas e práticas que as formam deve, a um só tempo, atender aos interesses e expectativas da empresa e das pessoas. Somente dessa maneira será possível dar sustentação a uma relação produtiva entre ambas. A conciliação de expectativas está relacionada ao compartilhamento de responsabilidades entre a empresa e a pessoa. À empresa cabe o papel de estimular e dar o suporte necessário para que as pessoas possam entregar o que têm de melhor, ao mesmo tempo em que recebem o que a organização tem de melhor a oferecer-lhes.

Ainda de acordo com Chiavenato (2004)¹⁰, a Gestão de Pessoas possui:

- três aspectos fundamentais: as pessoas vistas como seres humanos, com personalidades próprias e detentores de conhecimentos, habilidades e competências necessárias à adequada gestão dos recursos organizacionais, portanto, não são meros recursos da organização; as pessoas agregam recursos próprios que dinamizam a organização, impulsionando as mudanças e ressignificando a vivência na instituição; e as pessoas são parceiras da instituição, levando-a ao sucesso e à excelência; e
- seis processos básicos: Processos de Agregar Pessoas, Processo de Aplicar Pessoas, Processos de Recompensar Pessoas, Processos de Desenvolver Pessoas, Processos de Manter Pessoas e Processos de Monitorar Pessoas.

Esses processos descrevem, conforme Chiavenato (2010), as principais atividades realizadas na área de Gestão de Pessoas, quais sejam: recrutar e selecionar pessoas; orientar e acompanhar o desempenho das pessoas na organização; recompensar e satisfazer as necessidades individuais mais elevadas, através de recompensas, remuneração e benefícios e serviços sociais; treinar e capacitar pessoas para o desenvolvimento profissional e individual; criar condições que possibilitam a permanência das pessoas na organização, através de políticas voltadas para cultura organizacional, clima, disciplina, higiene, segurança, qualidade de vida; e utilização de instrumentos que acompanhem e viabilizem a expedição de relatórios gerenciais e individuais.

Desse modo, a Gestão de Pessoas contribui para que a instituição alcance suas metas e realize a missão instituída, incentivando a capacitação dos servidores de modo a ampliar a satisfação no trabalho, promovendo a qualidade de vida com vistas à sustentabilidade das relações e do ambiente de trabalho.

A Gestão de Pessoas do IFMT, portanto, atuará em prol do desenvolvimento e bem-estar dos servidores docentes e técnico-administrativos, buscando sua valorização para que o crescimento institucional seja de modo qualitativo, composto por produtores e socializadores de conhecimentos, dotados de ética e responsabilidade socioambiental.

¹⁰ CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

6.3.1 Bases legais

A Constituição Federal/88 e seus princípios são basilares para a Gestão de Pessoas da Administração Pública Federal, assim como as normas infraconstitucionais, tais como: Decreto nº 1.171/1994, a Lei nº 11.091/2005, Decreto nº 5.707/2006, a Lei nº 11.784/2008 e a Lei nº 12.772/2012, que disciplinam o desenvolvimento dos servidores públicos e em especial os Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e os Técnicos Administrativos em Educação.

6.3.2 Diretrizes da Gestão de Pessoas: A Capacitação

O desenvolvimento e aprimoramento contínuo de uma política de capacitação e qualificação são fundamentais para o desenvolvimento dos servidores do IFMT, e criar e propiciar meios de qualificação, motivação para o trabalho e melhoria da qualidade de vida dos servidores, são algumas das diretrizes básicas para definir essa política institucional, que serão constituídas conforme diretrizes abaixo:

a) Incentivar, orientar, possibilitar e promover a realização de ações que propiciem o desenvolvimento profissional e pessoal dos servidores.

b) Apoiar, incentivar, estimular e promover a educação formal do servidor, em nível fundamental, médio e superior de graduação, como também a educação continuada, através de cursos de qualificação, atualização, extensão e de treinamento.

c) Criar ações visando ao aperfeiçoamento do servidor em nível de pós-graduação.

d) Fixar diretrizes operacionais para o Plano Anual de Capacitação, como também para a distribuição dos recursos financeiros orçamentários e extraorçamentários destinados ao plano.

e) Promover e apoiar a realização de eventos artístico-culturais, que permitam o acesso do servidor ao conhecimento socialmente produzido.

f) Incentivar e apoiar o acesso dos servidores a eventos de capacitação voltados para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais.

Essas diretrizes serão executadas com base nas seguintes ações:

1) Definir anualmente os cursos que serão oferecidos pela Instituição, através do Plano Anual de Capacitação, proporcionando a capacitação dos docentes e técnicos administrativos;

2) Criar instrumento eficaz de comunicação e divulgação dos eventos institucionais e

não institucionais de capacitação dos servidores;

3) Criar banco de talentos visando o reconhecimento dos servidores da Instituição para a elaboração, acompanhamento e execução das atividades e projetos institucionais;

4) Manter e aprimorar as oficinas de ingresso para os novos servidores;

5) Capacitar periodicamente os docentes para as atividades didático-pedagógicas contribuindo para o desenvolvimento do servidor para a sala de aula, aliando a necessidade de desenvolvimento profissional ao desenvolvimento da instituição;

6) Proporcionar a todos os servidores uma capacitação pedagógica para um melhor desenvolvimento e compreensão da atividade-fim da instituição, bem como, do funcionamento de seu setor de atuação.

6.3.3 Diretrizes da Gestão de Pessoas: Qualidade de Vida

O termo 'qualidade de vida' é compreendido pela maioria dos autores da atualidade como um conceito subjetivo, multidimensional, composto por elementos positivos e negativos e influenciado por fatores socioeconômicos, educacionais e culturais, sendo esses pontos o consenso entre diversos estudos de diferentes áreas. Sendo assim, a Organização Mundial da Saúde traz uma definição mais abrangente do termo: "qualidade de vida é a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações". (The WHOQOL GROUP, 1994 apud FLECK, 2000, p.179).

Tendo em vista essa multidimensionalidade, o Programa de Qualidade de Vida do IFMT, aprovado pela Portaria 326, de 24 de fevereiro de 2014, tem como meta contribuir com a melhoria da saúde biopsicossocial dos servidores do Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT. Além disso, tem como visão tornar-se referência como Programa de Qualidade de Vida para as demais instituições públicas do país, através do desenvolvimento do ambiente organizacional e pessoal, mediante a elaboração, execução e integração de projetos e eventos que envolvam prevenção de doenças, promoção e educação em saúde. A base legal, que é um dos fundamentos do Programa, segue as diretrizes da Portaria nº 3, de 25 de março de 2013, do Ministério do Planejamento, que institui as diretrizes gerais de promoção de saúde do servidor público federal a serem adotadas como referência pelos órgãos do SIPEC.

Portanto, o programa visa promover ações que busquem a mudança de comportamentos de risco à saúde e a adoção de hábitos saudáveis entre os servidores.

6.3.4 Diretrizes da Gestão de Pessoas: Administração de Pessoal

Embora a Gestão de Pessoas tenha se desenvolvido para uma administração focada em ações sistêmicas e em pessoas, a administração de pessoal é uma função inerente à Gestão de Pessoas, que precisa de aprimoramento e cuidados constantes.

Assim, a Administração de Pessoal possui como princípios a legalidade, a impessoalidade, a eficiência e a eficácia. E visando ao alcance desses princípios, adota as seguintes diretrizes:

- Aprimoramento constante de seus servidores para o desempenho das funções de gestão de pessoas visando ao atendimento dos servidores de forma eficiente e eficaz;
- Realização de concursos públicos com base em um dimensionamento de pessoal que demonstre as reais necessidades institucionais;
- Acompanhamento e execução da legislação com fins ao atendimento do interesse público;
- Estabelecimento e manutenção de rotinas e procedimentos de Gestão de Pessoas que sejam eficientes e transparentes para a comunidade institucional.

6.3.5 Diretrizes da Gestão de Pessoas: Avaliação dos Servidores

A avaliação dos servidores docentes e técnico-administrativos é realizada com base em normas regulamentadoras do IFMT, e de acordo com a legislação vigente, e, para esse fim, contemplará o desenvolvimento das competências técnicas, éticas, relacionais e políticas.

O processo de avaliação tem por finalidade avaliar os servidores, instrumentalizar as chefias no acompanhamento das necessidades dos servidores, dar indicativos para a formação continuada e demais políticas de incentivo aos servidores.

6.3.6 Objetivos da Gestão de Pessoas

Ante ao exposto, de acordo com as diretrizes estabelecidas para a área de Gestão de Pessoas, são objetivos da Gestão de Pessoas:

- Ampliar o conceito de capacitação e qualificação, entendendo como políticas destinadas ao aprimoramento do servidor enquanto indivíduo, profissional e cidadão e direcionadas à consecução dos objetivos institucionais.

- Definir claramente o aspecto financeiro da capacitação, condizente com os objetivos institucionais e incluídos no orçamento da Instituição, em percentual mínimo de 5% do orçamento inicial, aprovado pela Lei Orçamentária Anual, relativo ao custeio dos *Campi* ou em conformidade com os índices previstos na legislação vigente.
- Articular as políticas de capacitação e qualificação com as demais políticas de gestão de pessoas.
- Realizar anualmente levantamento das necessidades de capacitação e qualificação, e posteriormente avaliar as ações e definir prioridades e competências conforme as necessidades apontadas pela instituição para inclusão no Plano Anual de Capacitação.
- Promover entre os servidores do IFMT, através de ações educativas, uma reflexão sobre qualidade de vida num sentido geral e no ambiente de trabalho.
- Incentivar entre os servidores a adoção de estilo de vida saudável.
- Promover ações que contribuam com a prevenção de doenças e promoção da saúde.

- Valorizar os servidores, com ações que promovam o aumento da autoestima e a integração.
- Auxiliar os gestores e aos servidores nas relações interpessoais no ambiente institucional.

- Garantir transparência das ações de Gestão de Pessoas do IFMT.
- Possuir ferramentas gerenciais e operacionais que contribuam para a execução das rotinas de pessoal do IFMT.

6.3.7 Metas e Ações

As ações da Gestão de Pessoas são planejadas em consonância com as demais áreas do IFMT e com as condições existentes na Instituição. Cada uma das ações propostas a seguir não está, necessariamente, associada a uma única diretriz ou objetivo, mas, sim, ao conjunto das diretrizes e objetivos de toda a Instituição.

- 1) Promover eventos e cursos de capacitação e qualificação específicos para os diversos setores da Instituição, de modo que todos os servidores possam participar das ações de capacitação institucional.
- 2) Promover periodicamente capacitações para o desenvolvimento de um quadro de servidores aptos a ocupar funções gerenciais.
- 3) Criar um centro de treinamento para a ministração de cursos e eventos de capacitação.
- 4) Realizar o Dimensionamento de Pessoal para mensurar força de trabalho dentro dos *campi* e levantar a necessidade de alocação de pessoal.
- 5) Criar o Banco de Talentos do IFMT que subsidiará a implantação da Gestão por Competências no IFMT.
- 6) Desenvolver e executar eventos e ações do Programa de Qualidade de Vida.
- 7) Implantação e execução do Programa de Segurança do Trabalho no IFMT.
- 8) Promover workshops de Gestão de Pessoas para capacitação, atualização e integração dos servidores nos diversos *campi* do IFMT.

Fundamentados nas concepções, diretrizes e objetivos apresentados, temos como metas para a área de Gestão de Pessoas as proposições a seguir:

Quadro de Metas 8 – Metas para Gestão de Pessoas

META 01: Promover eventos de capacitação e qualificação específicos para os diversos setores da Instituição, de modo que todos os servidores possam participar das ações de capacitação institucional.					
Indicador: Quantidade de capacitações realizadas					
Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
4	10	10	10	10	5

META 02: Realizar o Dimensionamento de Pessoal para mensurar força de trabalho dentro dos <i>Campi</i> e levantar a necessidade de alocação de pessoal.					
Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro

META 03: Criar o Banco de Talentos do IFMT que subsidiará a implantação da Gestão por Competências no IFMT.

Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	X				

META 04: Desenvolver e executar o Programa de Qualidade de Vida.

Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	X	X	X	X	X

META 05: Instituir o Programa Permanente de Segurança do Trabalho no IFMT.

Responsável: Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	X	X	X	X	X

Referências Bibliográficas – Seção Gestão de Pessoas

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2002.

WHOQOL Group. - **The development of the World Health Organization quality of life assessment instrument (the WHOQOL)**. In: Orley, J. &Kuyken, W. (Eds.) *Quality of life assessment: international perspectives*. Springer Verlag, Heidelberg, 1994.

CAPÍTULO VII

POLÍTICAS E METAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

7.1 Concepção de Tecnologia da Informação e Comunicação no IFMT

A Tecnologia da Informação, ou simplesmente TI, consiste em um conjunto de recursos tecnológicos utilizados para processar, armazenar, trocar e usar informações. Está fundamentada nos seguintes componentes: software e seus recursos, hardware e seus dispositivos periféricos, sistemas de telecomunicações e gestão de dados e informações.

Para Weill e Ross (2006, p. 1), "a Tecnologia da Informação (TI), como provedora de informação, é elemento chave nos produtos e serviços organizacionais e base dos processos empresariais".

A TI no IFMT está passando por um amadurecimento e engajamento entre várias áreas, e principalmente com tendência da unificação da TI com a comunicação (C), criando, assim, a "TIC", Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para melhoria da automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem. Além disso, desenvolver um ambiente colaborativo entre os integrantes das áreas de TI do IFMT.

A TIC multiplica e facilita a disseminação de informação, e os equipamentos interativos e as multimídias colocam à disposição um rol inesgotável de informação.

As TICs abrangem instrumentos de trabalho e de aprendizagem que vão desde os mais convencionais, até os mais atuais, sendo o vídeo, o computador e a Internet encarados como tecnologias de ponta. O computador assume um papel central tendo em conta as suas potencialidades associadas as suas diversas funcionalidades.

Para Moran (1999, p. 7), "na sociedade da informação, todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar-nos, a ensinar; reaprendendo a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o grupal e o social".

Por outro lado, de acordo com o departamento de segurança da informação e comunicação (DSIC)¹¹, a TI deve alinhar-se com as normas relacionadas à segurança da informação, onde considera a:

[...] "proteção dos sistemas de informação contra a negação de serviço a usuários autorizados, assim como contra a intrusão e a modificação desautorizada de dados ou informações, armazenados em processamento ou

¹¹Disponível em: <<http://dsic.planalto.gov.br/seguranca-da-informacao>>

em trânsito, abrangendo, inclusive, a segurança dos recursos humanos, da documentação e do material, das áreas e instalações das comunicações e computacional, assim como as destinadas a prevenir, detectar, deter e documentar eventuais ameaças a seu desenvolvimento”.

Declara, ainda, conforme a norma complementar 01/IN01/DSIC/GSIPR¹² que “Cabe a cada órgão e entidade da Administração Pública Federal, direta e indireta, em seu âmbito de atuação, aprovar as normas de segurança da informação e comunicações”.

A TI também deve levar em consideração critérios de sustentabilidade, ou seja, critérios fundamentados no desenvolvimento econômico e social e na conservação do meio ambiente. Nisso, a instrução normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Atualmente, a TIC no IFMT está vinculada à Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI), parte integrante da Reitoria, e Coordenações de Tecnologia da Informação (CTI), hierarquicamente subordinada à Direção Geral nos *Campi*, mas que deve desempenhar suas atividades em consonância com a DGTI.

Com objetivo de contribuir com a governança e a gestão, e ainda orientar o investimento de TI no IFMT, a DGTI conta com o Comitê de Tecnologia da Informação um órgão consultivo responsável pela elaboração e atualização do planejamento de TI, no âmbito do IFMT.

Segundo a ISACA¹³ (2012, p. 14):

[...] a governança assegura que as necessidades, as condições e as opções das partes interessadas são analisadas para determinar objetivos balanceados e de comum acordo a serem alcançados, estabelecendo direção através de priorização e tomada de decisão. A governança também assegura o monitoramento e a conformidade do direcionamento e objetivos estabelecidos previamente de comum acordo.

O IFMT apresenta também a política de TIC, que é uma elaboração de planejamento de médio a longo prazo, e estabelece metas e ações de TIC, alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição. Importante destacar que existem outros pontos considerados como partes da política de TIC, onde estão expostos a padronização dos serviços, aplicações e dados, processos de contratação, princípios norteadores, integração e interoperabilidade, ações do Comitê de TI, dentre outros. São apresentados no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) com detalhamento necessário e efetivo.

¹²Disponível em: <http://dsic.planalto.gov.br/documentos/nc_1_normatizacao.pdf>

¹³É uma associação profissional internacional focada em Governança de TI. Disponível em: <<https://www.isaca.org>>.

7.2 Objetivos de TIC

Nos dias atuais, a tecnologia da informação e comunicação desempenha um papel importante, considerando assim fins de processamento de dados, comunicações rápidas, aquisições, dentre outros. As tecnologias mudam muito rapidamente, e com isso suas necessidades. A TIC ajuda a melhorar os processos de negócios que impulsiona o crescimento Institucional, ajudando alcançar a eficiência e a disponibilidade dos serviços.

Alguns fatores tornam-se essenciais para a continuidade do negócio, dentre esses se destacam: (i) desenvolver e implementar estratégias de apoio e metodologias de uso efetivo da tecnologia da informação e comunicação, com recursos geridos eficientemente para alcançar a missão e visão. (i) Implementar políticas e procedimentos necessários para garantir o uso eficaz, segura e adequada dos recursos e serviços de informação. (ii) Gerenciar de forma eficiente a aquisição de TIC e orientar todos os pedidos para integrar novas tecnologias, adquirindo novo hardware ou software, e substituir equipamentos ou serviços obsoletos para atender um ambiente em constante mudança. (iii) Manter infraestrutura tecnológica de confiança e fornecer a melhoria contínua. (iv) Planejar, organizar e fornecer treinamento da equipe para melhorar o conhecimento de TIC e as habilidades que são cada vez mais fundamentais. Para essa implementação considera-se como essencial a integração das partes interessadas; o desenvolvimento dos produtos; a melhoria de processos; o aumento da eficiência de custo.

Para atender essas necessidades do negócio, alguns objetivos fazem-se necessários:

1) Informatizar processos iniciais na área acadêmica.

Descrição: informatizar os processos elementares do controle de registro escolar, gestão de biblioteca, dentre outros. Considerando que os processos sejam interligados em todos os campi e que sigam a organização didática.

2) Informatizar processos iniciais na área administrativa

Descrição: informatizar os processos elementares dos recursos humanos, protocolo, almoxarifado, patrimônio, frotas (veículos), dentre outros.

3) Melhoria da comunicação Institucional através do novo portal

Descrição: informatizar os processos de comunicação do IFMT através da modernização da plataforma de comunicação do portal (site) e promoção da interação estudante-professor através da disponibilização de plataforma de interação social e de informações acadêmicas no portal (site).

4) Disponibilizar sistema analítico de inteligência para redução da evasão escolar

Descrição: apoiar as áreas de ensino, pesquisa e extensão com informações que contribua na identificação e criação de políticas que permitam a redução da evasão escolar.

5) Evoluir a abordagem da TI do IFMT para computação em nuvem

Descrição: trata-se de um modelo eficiente para utilização software, acesso, armazenamento e processamento de dados por meio de diferentes dispositivos e tecnologia web.

7.3 Metas, ações e indicadores da TIC

Segue as metas, ações e indicadores da TIC no IFMT

Para atender ao objetivo “**Informatizar processos iniciais na área acadêmica**” foram estabelecidas cinco metas:

META 01: Mapear Processos Iniciais na Área Acadêmica. (desenvolver mapeamento inicial do sistema de registro escolar, biblioteca, dentre outros, para planejar ajustes necessários nos parâmetros e formas de uso do sistema)					
Responsável: Pró-Reitoria de Ensino e Tecnologia da Informação e Comunicação.					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	X	-	-	-	-

META 02: Instalação e Preparação do Ambiente (preparar o ambiente com recursos computacionais em software e hardware.).					
Responsável: Pró-Reitoria de Ensino e Tecnologia da Informação e Comunicação.					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	X	-	-	-	-

META 03: Treinar Usuários Sobre os Novos Processos e Operação do Sistema. (desenvolver metodologia de treinamento para todos os <i>campi</i> , observando a localização geográfica de cada campus.)					
Responsável: Pró-Reitoria de Ensino e Tecnologia da Informação e Comunicação.					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	X	-	-	-

META 04: Realizar Acompanhamento dos Cadastros Básicos e Importações. (aplicar procedimentos de verificação e acompanhamento para realizar os cadastros básicos e importações necessárias.)

Responsável: Pró-Reitoria de Ensino e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	X	-	-	-

META 05: Iniciar a Utilização das Rotinas Desenvolvidas. (estabelecer início da utilização das rotinas com recursos necessários para atender a área de negócio.)

Responsável: Pró-Reitoria de Ensino e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	X	-	-	-

O indicador para atingir o objetivo “**Informatizar processos iniciais na área acadêmica**” será: **registros de demandas acadêmicas solicitadas a Tecnologia da Informação e Comunicação do IFMT.**

Para atender ao objetivo “**Informatizar processos iniciais na área administrativa**” foram estabelecidas cinco metas:

META 01: Mapear Processos Iniciais na Área Administrativa. (desenvolver mapeamento inicial do sistema administrativo, para planejar ajustes necessários nos parâmetros e formas de uso do sistema.)

Responsável: Pró-Reitoria de Administração e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	X	-	-	-	-

META 02: Instalação e Preparação do Ambiente. (preparar o ambiente com recursos computacionais em software e hardware.)

Responsável: Pró-Reitoria de Administração e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	X	-	-	-	-

META 03: Treinar Usuários Sobre os Novos Processos e Operação. (desenvolver metodologia de treinamento para todos os *campi*, observando a localização geográfica de cada campus.)

Responsável: Pró-Reitoria de Administração e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	X	-	-	-

META 04: Realizar Acompanhamento dos Cadastros Básicos e Importações. (aplicar procedimentos de verificação e acompanhamento para realizar os cadastros básicos e importações necessárias.)

Responsável: Pró-Reitoria de Administração e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	X	-	-	-

META 05: Iniciar a Utilização das Rotinas Desenvolvidas. (estabelecer início da utilização das rotinas com recursos necessários para atender a área de negócio.)

Responsável: Pró-Reitoria de Administração e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	-	X	-	-	-

O indicador para atingir o objetivo **"Informatizar processos iniciais na área administrativa"** será: **registros de demandas administrativas solicitadas a Tecnologia da Informação e Comunicação do IFMT.**

Para atender ao objetivo **"Melhoria da comunicação Institucional através do novo portal"** foram estabelecidas cinco metas:

META 01: Instalação e Preparação do Ambiente. (preparar o ambiente com recursos computacionais em software e hardware.)

Responsável: Assessoria de Comunicação, Gabinete e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	-	-	-	-	-

META 02: Criar Escopo de Desenvolvimento (mapeamento). (desenvolver reuniões utilizando metodologia ágil para criar as "estórias" e estabelecer prioridades. Serão estabelecidas comissões mistas para estabelecer escopo.)

Responsável: Assessoria de Comunicação, Gabinete e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	-	-	-	-	-

META 03: Desenvolvimento do Sistema Portal Institucional. (desenvolver metodologia de desenvolvimento ágil para o projeto e desenvolver um cronograma de entregáveis. Utilizar boas práticas para desenvolvimento em pares.)

Responsável: Assessoria de Comunicação, Gabinete e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	X	-	-	-	-

META 04: Realizar Treinamento de Usuários para Usabilidade da Solução para os *Campi*. (desenvolver metodologia de treinamento para todos os *campi*, observando a localização geográfica de cada *campus*.)

Responsável: Assessoria de Comunicação, Gabinete e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	-	-	-	-

META 05: Iniciar a Utilização das Rotinas Desenvolvidas e Operações para os *Campi*. (estabelecer início da utilização das rotinas com recursos necessários para atender a área de negócio.)

Responsável: Assessoria de Comunicação, Gabinete e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	-	-	-	-

O indicador para atingir o objetivo “**Melhoria da comunicação Institucional através do novo portal**” será: **registros de demandas da área de comunicação solicitadas a Tecnologia da Informação e Comunicação do IFMT.**

Para atender ao objetivo “**Disponibilizar sistema analítico de inteligência para redução da evasão escolar**” foram estabelecidas quatro metas:

META 01: Estudar os Critérios em Conjunto com as Áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, e dados elementares necessários para uma melhor gestão de evasão escolar. (desenvolver mecanismo de levantamento de informações para análise de tecnologia.)

Responsável: Gabinete e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	-	-	-	-

META 02: Criar Escopo Macro de Desenvolvimento para Sistema Analítico de Inteligência. (desenvolver reuniões utilizando metodologia ágil para criar as “estórias” e estabelecer prioridades. Comissões mistas são compostas para estabelecer escopo.)

Responsável: Gabinete e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	-	-	-	-

META 03: Desenvolver Sistema de Inteligência. (desenvolver metodologia de desenvolvimento ágil para o projeto e desenvolver um cronograma de entregáveis. Utilizar boas práticas para desenvolvimento em pares.)

Responsável: Gabinete e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	X	-	-	-

META 04: Realizar Treinamento de Usuários para Usabilidade da Solução. (desenvolver metodologia de treinamento para todos os *campi*, observando a localização geográfica de cada *campus*.)

Responsável: Gabinete e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	-	X	-	-	-

O indicador para atingir o objetivo "**Disponibilizar sistema analítico de inteligência para redução da evasão escolar**" será: **registros de demandas da área de educação, pesquisa e extensão em evasão de alunos.**

Para atender ao objetivo "**Evoluir a abordagem da TI do IFMT para computação em nuvem**" foram estabelecidas sete metas:

META 01: Disponibilizar Data Centers (sala, hardware, software, comunicação, gerenciamento e segurança básica). (Aplicar o projeto de datacenter respeitando os critérios e métodos homologados.)

Responsável: Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	X	-	-	-	-

META 02: Disponibilização de Central de Serviços (processos) para Apoio, Suporte e Prestação de Serviços aos Usuários. (Desenvolver método de qualidade ao atendimento do usuário.)

Responsável: Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	X	-	-	-	-

META 03: Migrar os Sistemas da Infraestrutura Atual para o Datacenter do IFMT. (Aplicar o projeto de datacenter respeitando os critérios e métodos homologados.)

Responsável: Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
X	X	-	-	-	-

META 04: Iniciar as Medições dos Serviços do Catálogo de Serviço de TIC. (Aplicar de acordo com a política de TIC estabelecida.)

Responsável: Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	-	-	-	-

META 05: Disponibilizar Portal de Autosserviço para Infraestrutura com Serviço (IaaS) e Automação de Provisionamento. (Aplicar o projeto de datacenter, respeitando os critérios e métodos homologados.)

Responsável: Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	X	-	-	-

META 06: Disponibilizar Portal de Autosserviço para Usuários (portfólio de serviço). (Aplicar o projeto de datacenter respeitando os critérios e métodos homologados.)

Responsável: Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	X	-	-	-

META 07: Disponibilizar Portal de Autosserviço para Plataforma como Serviço. (Aplicar o projeto de datacenter respeitando os critérios e métodos homologados.)

Responsável: Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
-	X	X	-	-	-

O indicador para atingir o objetivo "Evoluir a abordagem da TI do IFMT para computação em nuvem" será: **registros de demandas da área de infraestrutura de TI solicitadas a Tecnologia da Informação e Comunicação do IFMT.**

Referências Bibliográficas

INFORMATION SYSTEMS AUDIT AND CONTROL ASSOCIATION ISACA. **COBIT 5: A Business Framework for the Governance and Management of Enterprise IT.** Rolling Meadows: ISACA, 2012.

MORAN, José Manuel. **O uso das novas tecnologias da informação e da comunicação na EAD:** uma leitura crítica dos meios. Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. 2014.

WELL, P.; ROSS J.W. **Governança de Tecnologia da Informação.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2006.

CAPÍTULO VIII

POLÍTICAS E METAS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

“Avaliação institucional do IFMT: conhecer a nossa instituição para promover o seu crescimento transparente e com qualidade”

8.1 Apresentação

A preocupação fundamental de uma proposta de Avaliação Institucional deve ser com as condições para a elevação do padrão de qualidade, traduzindo a realidade e os desafios que se propõe atingir. A partir da elaboração dos questionários, haverá parâmetros para analisar os dados obtidos, que propiciarão a construção de estratégias para conhecer melhor a Instituição, apontando, dessa forma, uma visão compartilhada do Instituto.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), esta preocupação surge como componente do projeto pedagógico, apontando novos rumos e a necessidade de agregar ações que possibilitem uma visão de conjunto da Instituição para caminhar em direção a um planejamento sistematizado e subsidiado pelos resultados do processo avaliativo.

O Projeto de Autoavaliação que ora apresentamos, **“AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO IFMT: CONHECER A NOSSA INSTITUIÇÃO PARA PROMOVER SEU O CRESCIMENTO TRANSPARENTE E COM QUALIDADE”**, foi elaborado com o objetivo de implementar, sistematizar e consolidar um processo avaliativo no IFMT, de forma contínua, integrada, participativa, visando a contribuir para definição de políticas e construção de uma cultura de valorização dos resultados da avaliação como pré-requisitos para o planejamento do seu desenvolvimento e prestação de contas à sociedade, respeitando-se as especificidades.

8.2 Proposta de Autoavaliação Institucional

8.2.1 Objetivo

Implementar, sistematizar e consolidar um processo avaliativo no IFMT, de forma contínua, integrada, participativa, visando a contribuir para definição de políticas e construção de uma cultura de valorização dos resultados da avaliação, como pré-requisitos para o

planejamento do seu desenvolvimento e prestação de contas à sociedade, respeitando-se as especificidades.

8.2.3 Clientela

Comunidade Acadêmica, que compreende docentes, técnicos administrativos e discentes, matriculados nos cursos de formação inicial e continuada, ensino médio, técnico, de graduação e de pós-graduação, presenciais ou a distância do IFMT.

8.3 Concepções de Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional será efetivada no IFMT como componente do projeto pedagógico. No contexto das mudanças do sistema educacional do País, percebe-se, pelo Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que as regras de organização do sistema federal de ensino e procedimentos de avaliação de cursos e instituições direcionam-se para aspectos inseridos na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), passando pelos decretos posteriores.

Ao promover o reordenamento de competências no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), o referido decreto alterou a organização do sistema federal de ensino (especialmente do INEP e da SESu), atingindo igualmente as Instituições de Ensino Superior (IES).

Portanto, a Avaliação Institucional não pode ser concebida isoladamente, na medida em que ela constitui um dos componentes básicos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela portaria 2.051, de 09 de julho de 2004. Assim, a Avaliação Institucional não deve se limitar ao atendimento de uma exigência legal, mas deve subsidiar a busca contínua da qualidade no desempenho acadêmico, no aperfeiçoamento constante do planejamento e da gestão universitária, no fortalecimento dos compromissos sociais e na prestação de contas à sociedade.

Acreditamos que a preocupação fundamental do projeto de Avaliação Institucional deve ser com as condições para a elevação do padrão de qualidade da Instituição, traduzindo a realidade e os desafios que cada instituição se propõe atingir. Segundo a Declaração Mundial sobre Educação Superior, no Século XXI (UNESCO, 1988):

A qualidade em educação superior é um conceito multidimensional que deve envolver todas as funções e atividades da universidade, concretizadas nos

objetivos da formação universitária, em quadros docentes qualificados para o cumprimento das missões da universidade, no ensino e programas acadêmicos, na pesquisa e no apoio à ciência, na realização de atividades de extensão, na infraestrutura, representada por pessoal de apoio qualificado e adequado ao exercício das funções de apoio às tarefas acadêmicas, por edifícios, instalações laboratoriais, bibliotecas e equipamentos e pelo ambiente acadêmico em geral.

8.4. Avaliação das Instituições de Educação Superior

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES - é concebido a partir da combinação de vários instrumentos de avaliação que, em seu conjunto e a partir de sua institucionalização, representam a implementação de um processo regular de avaliação dos cursos, programas e instituições de ensino superior.

O artigo 17 do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, em seu capítulo IV, - "Da Avaliação"- estabelece que *a avaliação de cursos e instituições de ensino superior compreenderá vários instrumentos e ações*, enquanto, no art. 18, prevê que *os programas de mestrado e doutorado serão avaliados pela CAPES, por áreas de conhecimento e de acordo com critérios e metodologias próprios*.

Conforme consta no Roteiro de Autoavaliação Institucional (MEC, 2004), a avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo e visa ao aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo, criando uma cultura de avaliação que possibilite uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidade acadêmica e social.

Além dos resultados dos componentes do SINAES, serão consideradas informações adicionais oriundas do Censo da Educação Superior, do Cadastro da Educação Superior, dos relatórios e conceitos da CAPES para os cursos de pós-graduação, dos documentos de credenciamento e credenciamento da IES e outros considerados pertinentes pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

8.5 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado em 14 de abril de 2004, através da Lei 10.861/2004, foi construído a partir da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, instalada pelo MEC, em 2003, com a finalidade de analisar e oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior.

A regulamentação dos procedimentos de avaliação do SINAES ocorreu através da Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, explicitando os objetivos: “melhoria da qualidade da educação superior; a orientação da expansão da sua oferta; o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social”. Ainda tem como finalidade, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O SINAES procura integrar a educação superior numa visão de mundo atual em que insere a construção do saber na intervenção social, com vistas a promover a inclusão social e ainda se configura como elemento fundamental da proposta de mudanças que se impõem às IES contemporâneas.

Dentro de uma nova concepção de avaliação da educação superior, o SINAES é um sistema de avaliação global e integrada das atividades acadêmicas e, em decorrência de sua concepção, apoia-se nos seguintes princípios:

- I. A responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- II. O reconhecimento da diversidade do sistema;
- III. O respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- IV. A globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica;
- V. A continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto.

As dimensões estabelecidas na Lei nº 10.861/2004, a fim de garantir a unidade do processo avaliativo, são:

- I. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- II. A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação e as respectivas normas de operacionalização;
- III. A Responsabilidade Social da Instituição;
- IV. A Comunicação com a Sociedade;
- V. As Políticas de Pessoal, de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico Administrativo;
- VI. Organização e Gestão da Instituição;
- VII. Infraestrutura Física;
- VIII. Planejamento e Avaliação;
- IX. Política de Atendimento aos Estudantes;
- X. Sustentabilidade Financeira; e

XI. Outras Dimensões, consideradas relevantes para a instituição.

O funcionamento das atividades de autoavaliação do SINAES dar-se-á através da CPA, comissão autônoma que objetiva facilitar a sistematização e operacionalização do processo interno de avaliação da instituição. O IFMT constituirá sua Comissão Própria de Avaliação – CPA – através de Portaria do Reitor.

Com o Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, mudaram-se as regras de organização do sistema federal de ensino e modificaram-se os procedimentos de avaliação de cursos e instituições. Nesse contexto, a Avaliação Institucional (autoavaliação) deve olhar a Instituição de forma integrada, traduzindo sua realidade e seus desafios, para então criar as condições para a elevação do seu padrão de qualidade.

8.6 Ampliação da Avaliação Institucional para Atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A complexidade para o desenvolvimento de um processo de avaliação global de uma instituição de ensino nos adverte que este processo demanda tempo e requer o envolvimento e participação dos sujeitos, bem como a definição de etapas para que se efetive sua institucionalização. Entendemos também que uma Instituição como o IFMT, no planejamento e execução de seus processos avaliativos de natureza institucional, necessita promover o constante aperfeiçoamento destes instrumentos, visando atingir todos os níveis de organização acadêmica e de ensino ofertados por ele.

Essa condição leva à imprescindibilidade de se propor uma ampliação do processo de autoavaliação institucional inicialmente voltado à Educação Superior, conforme dispõe o SINAES, de maneira a envolver à Educação Básica e Profissional, notadamente, os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Como se trata de um processo de autoavaliação institucional, em uma estrutura multicampi, é necessário que a condução do processo de autoavaliação, sobre tudo para os cursos da EPTNM, seja orientada de forma a considerar a sua realidade e sua relevância social. Tal condição leva à necessidade de que o processo de autoavaliação para esses cursos sejam conduzidos pelas Subcomissões de cada *campus*, sempre em concordância com as orientações da comissão central; projeto de autoavaliação institucional e regimento interno da CPA.

8.7 Princípios e Objetivos da Avaliação Institucional no IFMT

8.7.1 Princípios da Avaliação Institucional

Os princípios dão suporte aos valores e estabelecem as prioridades básicas e as expectativas fundamentais. Nortearão a Avaliação Institucional do IFMT os seguintes princípios:

- **Globalidade** - o objetivo é avaliar a instituição como um todo e não partes ou seus níveis fragmentados. Mesmo quando se prioriza ou começa a avaliação por partes da instituição, a sua análise sempre se fará em relação à instituição como um todo único;

- **Impessoalidade** - a Avaliação Institucional não toma como objeto de análise as pessoas enquanto indivíduos. Isso significa que não há nenhuma intenção de julgamento individual de docentes, técnicos administrativos, alunos e ocupantes de cargos e funções no IFMT. Não são as pessoas que serão avaliadas, mas, sim, as estruturas, as práticas, as relações, os processos, os produtos e os recursos que constituem o saber e o saber/fazer do IFMT, em função dos seus objetivos;

- **Respeito à identidade institucional** - embora a Avaliação Institucional desenvolvida em cada instituição requeira alguma padronização de instrumentos e indicadores de comparação interinstitucional, o seu desempenho deve sempre ser analisado em função dos seus projetos e características específicas e das possibilidades de incremento da qualidade a partir delas;

- **Busca e aperfeiçoamento da qualidade** – a avaliação deverá fornecer subsídios para que nossos serviços sejam os melhores para podermos atender e satisfazer as expectativas da comunidade em que estamos inseridos;

- **Credibilidade** - a Avaliação Institucional somente se converte em instrumento para o planejamento da melhoria da qualidade, se for desenvolvida com competência técnica, correção ética e fidedignidade dos dados. E isso somente se constrói se houver transparência nos procedimentos, critérios e resultados alcançados, conduzindo à participação voluntária. Sem credibilidade, a avaliação permanece como uma formalidade, incapaz de motivar as pessoas para o seu exercício;

- **Participação descentralizada**- a Avaliação Institucional não terá legitimidade se não houver um envolvimento direto e coletivo de toda a comunidade acadêmica, em seus diferentes momentos. O que só poderá ocorrer na medida em que o processo for descentralizado, facultando inclusive a tomada de decisões em diferentes níveis da hierarquia institucional;

• **Continuidade e regularidade** - a Avaliação Institucional não se reduz ao simples levantamento de dados, sua análise e a produção de um relatório final. Ela é um processo permanente de conhecimento de si, a fim de alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade;

• **Disposição para a mudança** - a necessária relação entre avaliação e planejamento institucional requer uma atitude de abertura para a mudança, como condição para a sua inovação e a qualificação.

8.7.2 Objetivos da Avaliação Institucional

Geral

Implementar, sistematizar e consolidar um processo avaliativo no IFMT, de forma contínua, integrada, participativa, visando a contribuir para definição de políticas e construção de uma cultura de valorização dos resultados da avaliação como pré-requisitos para o planejamento do seu desenvolvimento e prestação de contas à sociedade, respeitando-se as especificidades.

Específicos

• Mobilizar a comunidade acadêmica para as questões de avaliação, tendo como eixo o que define as diretrizes do SINAES;

• Elaborar um modelo de avaliação, respeitando as características do IFMT e o que define as diretrizes do SINAES;

• Produzir um sistema de informações quantitativas e qualitativas para o acompanhamento da trajetória de desenvolvimento da qualidade institucional;

• Subsidiar a gestão institucional com dados que contribuam para ampliar a qualidade de ensino no IFMT, mediante a análise, revisão e reconstrução dos currículos das modalidades de ensino, tendo como base a legislação vigente, visando à formação de profissionais competentes e empreendedores, respeitando-se as especificidades.

8.7.3 Metodologia

A metodologia do Projeto de Avaliação Institucional no IFMT será pautada em três pressupostos: negociação, flexibilidade e construção coletiva e serão desenvolvidos nas seguintes etapas:

1ª Etapa – da Comissão Própria de Avaliação

Nesta etapa, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Posse dos membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- Apresentação do Sistema Nacional da Educação Superior – SINAES;
- Fundamentação teórica dos membros da CPA;
- Elaboração do Regimento Interno da CPA;
- Elaboração da estrutura do processo avaliativo no IFMT;
- Elaboração do Pré-projeto de Avaliação Institucional do IFMT;
- Elaboração do 1º Relatório parcial.

2ª Etapa – das Subcomissões, Mobilização, Sensibilização Continuada, Preparação e Divulgação

Nesta etapa, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Divulgação e consulta à Comunidade Acadêmica;
- Constituição das subcomissões;
- Recebimento e análise das sugestões da comunidade;
- Elaboração do Projeto de Autoavaliação Institucional;
- Levantamento de documentação institucional para análise da coerência entre os objetivos e normas internas e o cumprimento da missão institucional;
- Reuniões sistemáticas de trabalho da CPA para discussão da legislação e do modelo de avaliação do IFMT;
- Desenvolvimento de treinamento específico para a capacitação dos integrantes das Subcomissões Próprias de Avaliação;
- Aprovação do Projeto de Avaliação pelo Conselho Superior do IFMT – CONSUP;
- Envio do Projeto de Avaliação do IFMT ao CONAES;
- Elaboração do 2º Relatório parcial.

Como o processo avaliativo será desenvolvido pelos segmentos docente, técnico - administrativo, discentes, dirigentes, egressos, comunidade, sob a coordenação da CPA, os instrumentos e os sujeitos que participarão do processo de avaliação institucional serão definidos em cada subcomissão.

3ª Etapa – Sistematização dos Instrumentos de Avaliação

Serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Pesquisa dos instrumentos de avaliação;
- Reuniões sistemáticas de trabalho da CPA;
- Elaboração dos instrumentos de avaliação;
- Divulgação e consulta à Comunidade Acadêmica;
- Recebimento e análise das sugestões da comunidade;
- Validação dos Instrumentos de Avaliação;
- Definição da metodologia da análise dos dados e interpretação dos resultados;
- Elaboração do 3º Relatório parcial.

4ª Etapa – Coleta e Análise dos Dados

Nesta etapa, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Definição de equipe para realização das tarefas pertinentes à avaliação;
- Aplicação dos questionários de avaliação;
- Consolidação, análise e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica, através de fóruns, seminários e reuniões;
- Elaboração do relatório conclusivo, divulgação na comunidade acadêmica e envio ao INEP/MEC.

5ª Etapa – da Consolidação do Programa de Avaliação Institucional

Nesta etapa, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Identificação das potencialidades e fragilidades do processo avaliativo;
- Divulgação e consulta à Comunidade Acadêmica;
- Recebimento e análise das sugestões da comunidade;
- Seminários para retroalimentar o processo;
- Replanejamento das atividades para a continuidade do processo de avaliação do SINAES.

8.7.4 Dimensões e Indicadores

No documento “Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições” nos é apresentado alguns tópicos que permitem a operacionalização da avaliação das dimensões estabelecidas no artigo 3º, da Lei nº 10.861/04, cujas orientações gerais foram organizadas em núcleo básico e comum, núcleo de temas optativos e núcleo de documentação, dados e indicadores.

A definição dos indicadores será enriquecida ao longo do processo, tendo como eixo as dimensões estabelecidas e os indicadores listados a seguir. Esta proposta é aberta a sugestões advindas das discussões no decorrer do processo. Outros itens poderão ser incluídos.

DIMENSÃO	INDICADORES
1) A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	<ul style="list-style-type: none">➤ Concretização das práticas.➤ Relação com os objetivos centrais do IFMT.➤ Resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.➤ Características do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida.➤ Forma de articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.
2) A política para o ensino, a pesquisa, pós-graduação, a extensão, projetos e programas	<ul style="list-style-type: none">➤ Concepção de Currículo e organização didático-pedagógica.➤ Práticas pedagógicas: transmissão de informações versus construção do conhecimento, formação do cidadão e desenvolvimento de visão crítica e analítica.➤ Pertinência do currículo: concepção e prática.➤ Relevância social e científica da pesquisa.➤ Pesquisa versus desenvolvimento local/regional.➤ Grau de satisfação dos usuários.➤ Critérios, participação de pesquisadores, publicação e divulgação dos resultados.➤ Concepção de extensão de intervenção.➤ Formas de articulação e integração.➤ Participação dos estudantes nas ações e grau de impacto na formação.➤ Grau de impacto na comunidade.➤ Políticas de criação expansão e manutenção.➤ Política de melhoria da qualidade.➤ Formação de pesquisadores e profissionais para a educação básica, técnica e tecnológica.

3) Responsabilidade social da Instituição	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Transferência de conhecimento e importância social das ações institucionais e o impacto nas atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional. ➤ Ações de atenção a setores sociais excluídos. ➤ Critérios de acesso a portadores de necessidades especiais e estratégias didático-pedagógicas específicas. ➤ Critérios de abertura de cursos e ampliação de vagas. ➤ Critérios de benefícios. ➤ Contribuições com: a defesa do meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural. ➤ Realizações de ações voltadas para o desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania. ➤ Políticas de formação de pesquisadores e docentes. ➤ Grau de envolvimento discente com Pós-graduação.
4) Comunicação com a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa. ➤ Imagem da instituição nos meios de comunicação social. ➤ Disposição para o diálogo racional.
5) Políticas de pessoal de carreira do corpo docente e corpo técnico administrativo	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Regulamentação do Plano de Carreira. ➤ Programas de qualificação profissional e melhoria da qualidade de vida. ➤ Clima institucional, relação interpessoal, grau de satisfação pessoal e profissional. ➤ Índice de Qualificação docente.
6) Organização e gestão da Instituição	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Existência de planos de gestão/metodologias, adequação ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura oficial do IFMT. ➤ Funcionamento, composição e atribuições dos órgãos colegiados. ➤ Ações proativas da Gestão. ➤ Uso da gestão e tomada de decisões institucionais. ➤ Modo de participação dos atores na gestão. ➤ Investimento na comunicação e circulação da informação.
7) Infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Número de dependências (sala de aula, laboratórios, sala de docentes, dentre outros). ➤ Existência de políticas de conservação, atualização, segurança e estímulo à utilização. ➤ Adequação e nível de funcionalidade.

8) Planejamento e Avaliação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o projeto pedagógico e projetos pedagógicos dos cursos. ➤ Existência do planejamento institucional e de mecanismos de avaliação e acompanhamento, especialmente das atividades educativas. ➤ Discussão e divulgação dos resultados versus cumprimento das finalidades e retroalimentação do processo. ➤ Grau de envolvimento/participação para assegurar o comprometimento. ➤ Ações para a melhoria contínua.
9) Política de atendimento ao estudante	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Políticas de acesso, seleção e permanência do aluno na Instituição. ➤ Políticas de participação em atividade de ensino/pesquisa /extensão, e outros. ➤ Mecanismos/sistemáticas para melhoria das atividades educativas. ➤ Tempo médio de conclusão. ➤ Acompanhamento de egressos, criação de oportunidades de formação continuada, inserção profissional e participação destes na vida da instituição.
10) Sustentabilidade Financeira	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sustentabilidade financeira. ➤ Captação e alocação de recursos e Controle orçamentário. ➤ Políticas direcionadas à aplicação de recursos.

8.7.5 Os Instrumentos de Autoavaliação

INSTRUMENTO	QUEM AVALIA	O QUE AVALIA
Questionário 1	Dirigentes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Percepção do significado de gestão de qualidade. ➤ Ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade institucional. ➤ Ações que deveriam ter sido desenvolvidas para a melhoria da qualidade institucional. ➤ As realizações significativas que distinguem a Instituição e evidenciam a marca da sua existência histórica. ➤ Aquilo que a Instituição desenvolve de modo adequado, mas que não atinge o patamar de destaque. ➤ Aspectos que podem ser melhorados para aumentar o grau de realização de sua missão institucional e/ou o aumento de sua eficiência organizacional.

INSTRUMENTO	QUEM AVALIA	O QUE AVALIA
Questionário 2	Discente	➤ Curso, coordenação de curso, autoavaliação, infraestrutura da instituição, desempenho docente, corpo técnico-administrativo.
Questionário 3	Docente	➤ Curso, coordenação de curso, disciplina ministrada, autoavaliação, infraestrutura da instituição, desempenho discente, corpo técnico-administrativo.
Questionário 4	Técnicos administrativos	➤ Ambiente de trabalho, condições de trabalho, autoavaliação, infraestrutura da instituição.
Questionário 5	Concluente	➤ Curso, condições proporcionadas pela instituição, perfil profissional, desempenho pessoal, coerência da formação obtida com a pretensão profissional.

8.7.6 Roteiro de Atividades

O objetivo principal da CPA é implementar, sistematizar e consolidar um processo avaliativo no IFMT, de forma contínua, integrada, participativa, visando a contribuir para definição de políticas e construção de uma cultura de valorização dos resultados da avaliação, como pré-requisitos para o planejamento do seu desenvolvimento e prestação de contas à sociedade, respeitando-se as especificidades.

Para garantir a realização dos objetivos da CPA, as atividades de trabalho seguirão o ciclo de etapas definidas no item 5. Todas as etapas terão duração de um ano. Quando o processo finalizar, na quinta etapa, retornará as atividades da primeira etapa formando, dessa forma, um processo contínuo.

Como o processo avaliativo será desenvolvido pelos segmentos docente, técnico - administrativo, discentes, dirigentes, comunidade, sob a coordenação da CPA, os instrumentos e os sujeitos que participarão do processo de avaliação institucional serão definidos em cada subcomissão. As etapas, as atividades e os atores responsáveis por sua condução, estão distribuídos abaixo:

ETAPAS	RESPONSÁVEL	ATIVIDADES
1ª etapa	CPA/DIRETOR GERAL DO <i>CAMPUS</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do cronograma de atividades. • Constituição e convocação das Subcomissões Locais nos <i>Campi</i>.
2ª etapa	CPA/IFMT	Reunião e treinamento das Subcomissões com a CPA.

	CPA/IFMT e Subcomissões	Sensibilização da comunidade acadêmica para a autoavaliação.
	CPA/IFMT	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento de documentação institucional para análise e coerência entre os objetivos e normas internas e o cumprimento da missão do IFMT. Análise da metodologia para elaboração dos questionários de autoavaliação.
	Subcomissões dos Campi	Construção dos questionários de autoavaliação nos Campi.
	CPA/IFMT e Subcomissões dos Campi	Divulgação e publicização dos questionários de autoavaliação para a comunidade acadêmica.
	CPA/IFMT e Subcomissões dos Campi	Análise das sugestões para os questionários.
	CPA/IFMT	Elaboração do 2º Relatório Parcial.
3ª etapa	CONSUP/IFMT	Aprovação dos questionários pelo Conselho Superior.
	CPA/IFMT	Consulta às Subcomissões da forma mais eficiente para aplicação dos questionários.
	CPA/IFMT e Subcomissões dos Campi	<ul style="list-style-type: none"> Discussão sobre a metodologia para análise e interpretação dos resultados; Definição do melhor instrumento estatístico a ser usado. O mesmo instrumento será usado em todos os Campi, para facilitar a interpretação dos dados.
	CPA/IFMT	Elaboração do 3º Relatório Parcial.
4ª etapa	Subcomissões dos Campi e CPA/IFMT	Definição da equipe para as tarefas pertinentes à avaliação.
	Subcomissões dos Campi	Aplicação dos questionários de avaliação*.
	Subcomissões dos Campi e CPA/IFMT	<ul style="list-style-type: none"> Recolhimento dos questionários avaliados; Tabulação dos dados; Análise e discussão dos resultados.
	CPA/IFMT	Elaboração do relatório conclusivo (4º Relatório), divulgação na comunidade acadêmica e envio ao INEP/MEC.
5ª etapa	CPA/IFMT e Subcomissões dos Campi	<ul style="list-style-type: none"> Identificação das potencialidades e fragilidades do processo avaliativo; Divulgação dos resultados à comunidade acadêmica; Recebimento das sugestões do processo avaliativo;
	CPA/IFMT	Elaboração do 5º Relatório Conclusivo.
	CPA/IFMT, Subcomissões dos Campi e CONSUP	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilização da comunidade acadêmica para eleição dos membros para compor a Comissão Própria de Avaliação. Eleição dos membros da CPA; Envio do resultado da eleição ao Conselho Superior do IFMT.

* As ações para a aplicação dos questionários serão discutidas entre os Campi, via Subcomissões, com o auxílio da CPA. A estratégia é alinhar as ações para facilitar o recebimento das informações e manter a fidedignidade dos dados obtidos. Outras ações poderão ser antecipadas para garantir essa aplicação.

As reuniões de trabalho da CPA poderão ocorrer em momentos não previstos no calendário, de acordo com as necessidades do processo. O roteiro de atividades poderá ser alterado de acordo com a necessidade dos trabalhos da Comissão e das Subcomissões nos Campi.

8.7.7 Metas

Fundamentados nas concepções e embasamentos legais aqui apresentados, são metas para a Autoavaliação Institucional as apresentadas a seguir:

Quadro de Metas 14 – Metas para Autoavaliação Institucional

META 01: Mobilizar a comunidade acadêmica para as questões de autoavaliação, tendo como eixo o que define as diretrizes do SINAES (Instituir as Subcomissões em todos os campi).					
Indicador: número de Subcomissões efetivamente implantadas					
Responsável: CPA					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
12	14	17	17	17	17
META 02: Realizar o processo de autoavaliação institucional					
Indicador: validação dos instrumentos de avaliação					
Responsável: CPA e Subcomissões dos <i>campi</i>					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
1	1	1	1	1	1
META 03: Identificar as potencialidades e fragilidades do processo avaliativo					
Indicador: seminários para retroalimentar o processo					
Responsável: CPA e Subcomissões dos <i>campi</i>					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	1	1	1	1	1
META 04: Realizar o processo de eleição dos membros para compor a Comissão Própria de Avaliação					
Indicador: consulta à comunidade para escolha dos membros da CPA					
Responsável: CPA e Subcomissões dos <i>campi</i>					
Ano 2014/2	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019/1
	1		1		1

Referências Bibliográficas

DIAS SOBRINHO, José (Org.). **Avaliação institucional da Unicamp: processo, discussão e resultados**. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 1994.

_____. **Avaliação Institucional: Marco Teórico e Campo Político Interno**: Rev. Avaliação Rede de Avaliação institucional da Educação Superior. Campinas, S.P: nº 1, ano I, Julho de 1996.

_____. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis (RJ), Vozes, 2000. Ministério de Educação e Cultura. **Lei 10.861**, de 13 de abril de 2004.

_____. **Documento Básico do: Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras**: Uma proposta nacional. Brasília-DF, 1993.

_____. **Diretrizes Para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. CONAES. Brasília-DF, 2004.

_____. **Roteiro de Autoavaliação Institucional – Orientações Gerais** – INEP/SINAES/CONAES. Brasília-DF, 2004.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNESCO, 1998. (Folheto)

_____. **Tendências da educação superior para o século XXI**. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE ENSINO SUPERIOR. 1998, Paris/França. **Anais...** Paris/França: UNESCO/CRUB, 1999, 720 p.

_____. **Relatório de ações e visões da universidade para o século XXI**. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998, Paris. **Anais...** Paris: UNESCO, 1998, p.101-181.

APÊNDICE 1

Previsão de Ampliação Física para o IFMT

Campus Barra do Garças						
Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Bloco com 20 Salas de Aula e 5 Salas Temáticas (60m ²)	X	X	X		
2	Laboratório de Processamento de Alimentos, Microbiologia e Bromatologia	X	X			
3	Reservatório para Gás Inflamável	X	X			
4	Laboratório de Informática Aplicada	X	X			
5	Laboratório de Solos e Resíduos Sólidos	X	X			
6	Laboratório de Morfologia e Fisiologia Animal		X	X		
7	Laboratório de Entomologia e Parasitologia					
8	Laboratório de Geomática	X	X			
8	Laboratório de Mecanização Agrícola, Incubadora de Empresas e Escritório modelo		X			
9	Bloco com Biblioteca e Auditório	X	X	X	X	
10	Bloco Administrativo e Salas para Professores		X	X		
11	Garagem para Veículos, Manutenção e Terceirizados				X	X
12	Laboratório de Alevinagem, Piscicultura, Suinocultura, Ovino e Caprinocultura		X	X	X	
13	Unidade de Produção Vegetal (casa de vegetação, climatizada, viveiro florestal e olericultura)		X	X		

14	Laboratório e Oficina de Reutilização de Materiais		X	X	X	
15	Sistema de Tratamento de Esgoto Compacto		X	X		
16	Guarita e Alambrado		X	X		
17	Enfermagem e Ambulatório Médico					
18	Setor de Assistência ao Educando		X	X		
19	Refeitório		X	X	X	
20	Alojamento Masculino e Feminino				X	X
21	Pavimentação das Ruas Internas	X	X	X		
22	Almoxarifado de Química	X	X	X		
23	Laboratório de Artes, Música e Ciências Visuais	X	X	X		
24	Complexo Poliesportivo		X	X		
25	Sistema de segurança – Vídeo e Chave Identificada de Acesso		X	X	X	

Campus Bela Vista

Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Almoxarifado Geral	X	X			
2	Garagem para veículos	X	X			
3	Cantina		X	X		
4	Passarela para Interligar Blocos		X			
5	Sala Individualizada para Professores (30)	X				
6	Guarita de Entrada		X			
7	Quadra Poliesportiva			X		
8	Pista de Atletismo			X		

9	Biblioteca				X	
10	Auditório				X	
11	Laboratório de Operações Unitárias		X			
12	Laboratório de Informática			X		
13	Reforma de Laboratórios de Química		X			
14	Laboratório de Física Experimental		X			
15	Laboratório de Biologia Geral			X		
16	Laboratório Pedagógico de Matemática		X			
17	Laboratório de Química Instrumental		X			
18	Salas de aula (5)				X	
19	Salas de aula (5)					X
20	Anfiteatro					X
21	Laboratório de Educação a Distância			X		
22	Ginásio Poliesportivo					X
23	Sala de professores Coletiva				X	

Campus Cáceres						
Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Complexo de Medicina Veterinária	X	X	X	X	X
2	Complexo de Engenharia Florestal			X	X	X
3	Mecanização e Oficina			X	X	X
4	Sala de Agrotóxicos				x	x
5	Complexo de Biocombustíveis	X	X	X	X	X
6	Guarita				X	X
7	Complexo de Informática	X	X	X	X	X
8	Sistema de Segurança		X	X		
9	Sistema de Tratamento de Esgoto	X	X	X	X	X
10	Alojamento				X	X
11	Setor de Patrimônio	X	X		X	X
12	Complexo de Agroindústria	X	X	X	X	X

Campus Campo Novo do Parecis						
Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Pavimentação	X	X			
2	Construção - Bloco de Laboratórios II – Agroindústria	X	X			
3	Obras de Acessibilidade (com passarelas cobertas)			X	X	
4	Estacionamento para Estudantes			X	X	
5	Guarita com Controle de Entrada e Saída (leitor de			X	X	

	código de barras)					
6	Garagem para Maquinário e Implementos agropecuários			X	X	
7	Construção - Bloco de Biblioteca					X
8	Bloco - Pós-Graduação Multiuso					X
9	Restaurante					X
10	Sala de Professores (readequação/relocação)					X
11	Área de Convivência para Servidores					X
12	Outros Ambientes de Ensino – Salas de Aula					X
13	Bloco Administrativo					X
14	Construção Laboratório de TI					X
15	Auditório					X
16	Ampliação - Bloco de Almoxarifado e Patrimônio					X
17	Piscina Olímpica					X

Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva

N o	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Adequação da Estrutura à Acessibilidade	X	X	X		
2	Reforma e Ampliação do Anfiteatro	X	X	X	X	
3	Mudança e Adequação da Biblioteca	X	X			
4	Implantação de Comunicação Visual no Campus	X	X			
5	Reforma e Ampliação da Estrutura da Secretaria Geral de Documentação Escolar	X	X	X		
6	Reforma e Adequação da Entrada de Alunos	X	X	X		
7	Construção de Área de Convivência para Discentes	X	X	X		
8	Adequação da Rede Elétrica	X	X	X		
9	Implantação do Arquivo Permanente do Campus Cuiabá	X	X	X		
10	Readequação do Setor Médico		X	X		
11	Readequação das Salas de Pesquisadores	X	X	X	X	

12	Readequação do Almoxarifado		X	X	X	
13	Readequação do Depósito do Patrimônio		X	X	X	
14	Readequação da Sala dos Motoristas		X	X	X	
15	Mudança da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	X	X			
16	Mudança da Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias	X	X			
17	Readequação da Estrutura de Rede Lógica	X	X	X	X	X
18	Readequação da Sala de Videoconferência	X	X			
19	Adequação da Sala de Mecanografia para Laboratório Educacional.		X	X	X	X
20	Readequação dos Jardins e Áreas Verdes	X	X	X	X	X
21	Readequação das Salas de Cultura e Artes	X	X	X	X	X
22	Reforma e Readequação dos Saguões	X	X	X	X	
23	Readequação da Sala de Memória	X	X	X		
24	Adequação dos Ambientes Administrativos (salas administrativas dos Departamentos Educacionais e Diretorias/Gerências)	X	X	X	X	X
25	Construção de Bloco de Salas de Aula	X	X	X	X	X
26	Construção do Restaurante Estudantil	X	X	X	X	X
27	Reformas e Adaptação das Salas de Aula	X	X	X	X	X
28	Reformas, adaptações e ampliação dos Laboratórios Didáticos (DABC, DACC, DAEE, DAI e DAS), conforme projetos dos cursos, necessidades pedagógicas e disponibilidades orçamentárias.	X	X	X	X	X
29	Reformas e adaptações das Instalações Esportivas	X	X	X	X	X
30	Estudos para implantação de Polo Avançado para Aulas Práticas			X	X	X
31	Cobertura do Bloco do DACC			X	X	X
32	Reforma da Cobertura dos Blocos do Campus		X	X	X	X
33	Adequação das Áreas Externas do DACC para Laboratórios de Práticas			X	X	X
34	Reforma e Adequação dos Banheiros	X	X	X	X	X
35	Ampliação e Readequação do Sistema de Drenagem e Águas Pluviais					
36	Implantação de Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas	X	X			
37	Reforma e Readequação das Fachadas do Campus		X	X	X	
38	Readequação e Ampliação do Número de Salas de Professores	X	X	X	X	X
39	Readequação do Estacionamento de Motocicletas		X	X		

40	Readequação e Disponibilização das Tomadas nas Salas de Aulas, Laboratórios e Corredores/Espaços Coletivos		X	X	X	
----	--	--	---	---	---	--

Campus Juína						
Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Asfalto Interno	X	X			
2	Garagem para Veículos	X	X			
3	Barracão para Implementos	X	X			
4	Ampliação - Secretaria	X	X			
5	Ampliação - Alojamento Feminino			X	X	
6	Bloco de Salas de Aula, Servidores e Laboratórios	X	X	X	X	X
7	Área de Convivência	X	X	X	X	
8	Ampliação - Bloco Administrativo	X	X	X	X	
9	Acessibilidade	X	X	X	X	X
10	Setor Produtivo	X	X			X

Campus Pontes e Lacerda						
Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Bloco de Laboratórios	X	X			
2	Rampa de Acesso	X	X			
3	Reforma e Ampliação da Biblioteca			X	X	
4	Garagem para Veículos Oficiais					X

5	Reforma - Bloco Administrativo			X	X	
6	Cantina e Restaurante			X	X	
7	Bloco - salas dos professores e área de convivência para servidores					X

Campus Primavera do Leste						
Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Conclusão da Obra e aquisição de equipamentos: Blocos A (biblioteca, recepção e auditório), B (setor administrativo) e C (salas de aula)	X	X	X		
2	Construção do Bloco D (12 laboratórios: nas áreas de física, química, biologia, informática, desenho técnico e aquisição de equipamentos)	X	X			
3	Construção do Blocos E e F (25 Laboratório de Eletromecânica/Eletrotécnica/Eng. Controle e Automação e aquisição de equipamentos)	X	X			
4	Construção do Centro de Convivência (Ginásio poliesportivo, piscina, cantina, restaurante, pista de caminhada, campo de futebol e aquisição de equipamentos)			X	X	X
5	Construção da Guarita e Alambrado (sistema de identificação e monitoramento) e aquisição de equipamentos	X	X			
6	Construção do Bloco de Apoio Administrativo, Almoxarifado e Garagem, com a aquisição de equipamentos			X	X	
7	Construção do sistema de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica			X	X	X

8	Construção da central de reciclagem e aquisição de equipamentos					X
9	Pavimentação de ruas internas					X
10	Construção do Complexo Teatro (capacidade de 500 lugares)					X

Campus Rondonópolis						
Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Cantina, Área de Convivência, Refeitório e Passarela	X	X			
2	Campo de Futebol Society	X	X			
3	Passarela Coberta	X	X			
4	Urbanização e Pavimentação	X	X	X	X	X
5	Construção do Pavilhão de Laboratórios			X	X	X
6	Construção de Garagem			X	X	
7	Construção do Complexo Aquático					X
8	Adequação e Redistribuição de Energia			X	X	
9	Construção de Caixa d'água Elevada			X	X	
10	Instalação de Bomba no Poço Artesiano			X	X	
11	Serviço de Reforma e Ampliação da Estação de Tratamento de Afluentes					X
12	Construção de Central de Resíduos		X			X
13	Construção de Subestação de Energia			X	X	
14	Construção de Auditório e Biblioteca					X
15	Implantação de Laboratório de Informática	X	X			
16	Complementação de Laboratório de Redes	X	X			

17	Complementação de Laboratório de Arquitetura de Computadores	X	X			
18	Adequação de Laboratório de Alimentos	X	X			
19	Adequação dos Laboratórios Multiuso e Almojarifado Laboratorial	X	X			
20	Adequação do Laboratório de Artes	X	X			

Campus São Vicente						
Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Implantar o Laboratório – Setor de Bovinos de Corte			X	X	X
2	Implantar o Laboratório Didático – Setor de Bovinos de Leite	X	X			
3	Reforma e Ampliação do Almojarifado			X	X	
4	Construção de Redes de Esgoto e Aterro Sanitário			X	X	X
5	Adaptações de Edificações para Pessoas Com Deficiência (PCD)	X	X			
6	Construções, Reformas e Adaptações de Imóveis Diversos	X	X	X	X	X
7	Reforma do Bloco A – Núcleo Avançado Campo Verde	X	X			
8	Construção de Rede de Esgoto para Descarte de Resíduos de Laboratório dos Blocos A, B e C – Núcleo Avançado Campo Verde - NACV	X	X			
9	Construção de Calçada na Área Externa do NACV	X	X			
10	Construção de Guarita para Vigilância do NACV			X	X	
11	Aterramento e Sistema de Para-raios para os Blocos A, B	X	X	X	X	

	e C					
12	Reforma e Reestruturação das Salas de Aula do Ensino Médio - Sede	X	X	X		
13	Reestruturação do Laboratório de Biologia Geral	X	X	X		
14	Reestruturação do Laboratório de Química		X	X		
15	Poço Artesiano (NACV)			X	X	

Campus Alta Floresta						
Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Pavimentação Interna		X	X		
2	Garagem e Almoxarifado			X	X	
3	Complexo Poliesportivo com Ginásio de Esportes, Sala de Educação Física (dança, artes), Banheiros, Campo Society e Piscina Semiolímpica.		X	X		
4	Campo de Futebol Society		X	X		
5	Área de Convivência			X	X	
6	Bloco de Laboratório da Área Comum		X	X		
7	Bloco de Laboratório de Áreas Específicas				X	X
8	Sala de Dança/Artes/Música			X	X	
10	Bloco de Licenciatura, Pós-graduação e Centro de Idiomas			X	X	
11	Bloco de Laboratórios para Pesquisa na área Experimental		X	X		

Campus Confresa						
Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Adequação da UEP de Agricultura - Sementes	X	X			
2	Adequação da UEP de Agroindústria - Microscopia			X	X	
3	Adequação de Lab. Tecnologia de Alimentos	X	X			
4	Adequação e Ampliação da Capacidade da Rede Elétrica	X	X			
5	Adequação da UEP de Zootecnia - Fitotecnia					X
6	Ampliação/Adequação da Biblioteca	X	X			
7	Bloco de Sala de Aula (06 salas)	X	X			
8	Captação de Água e Construção de Reservatório			X	X	
9	CFTV	X	X			
10	Construção de Laboratório de Bromatologia					X
11	Construção de Laboratório de Físico- Química			X	X	
12	Equipamentos para Laboratórios de Solos	X	X			
13	Equipamentos para TI	X	X			
14	Ginásio Poliesportivo	X	X			
15	Manutenção – Telhado Bloco Administrativo			X	X	
16	Manutenção - Telhado Blocos de Sala de Aula			X	X	
17	Manutenção - Telhado Departamento de Ensino			X	X	
18	Passarela de Ligação dos Laboratórios					X
19	Pavimentação com Drenagem			X	X	
20	Projeto de Acessibilidade dos Laboratórios					X
21	Rede de Gases Especiais					X

22	Reservatório de Água (300m³)	X	X			
23	Sala de Professores					X

Campus Sorriso						
Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Quadra coberta com arquibancada		X	X	X	
2	Guarita		X	X	X	
3	Torre caixa d água			X	X	
4	Estruturação da área experimentál			X	X	
5	Bloco C Laboratórios			X	X	
6	Bloco D Laboratórios			X	X	
7	Complexo teatro			X	X	
8	Sistema de segurança			X	X	
9	Complexo aquatico					X
10	Garagem Veiculo					X
11	Central de Reciclagem					X
12	Sistema de Tratamento do esgoto					X
13	Poço artesiano					X
14	Complexo esportivo					X

Campus Várzea Grande						
Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
1	Bloco de Laboratórios		X	X		
2	Conjunto Poliesportivo		X	X		
3	Área de Convivência para Discentes			X	X	
4	Área de Convivência para Servidores			X	X	
5	Setor de Saúde			X	X	
6	Almoxarifado				X	X
7	Arquivo				X	X
8	Garagem/Oficina/Manutenção/Terceirizados				X	X

Plano de Acessibilidade para todos os Campi do IFMT

Acessibilidade - todos os Campi						
Nº	Ação	Previsão				
		2014	2015	2016	2017	2018
	Adequação de todos os espaços com necessidade de adaptação para atendimento integral da acessibilidade física					
1	Rampas	X	X	X	X	
2	02 Elevadores	X	X	X		
3	Vagas Estacionamento PNE/Idoso	X				
4	Banheiros PNE	X	X			
5	Calçadas	X	X			
6	Vagas Estacionamento	X	X			
7	Iluminação	X	X	X	X	
8	Termoacústica	X	X	X	X	X

APÊNDICE 2

Projeção de Oferta de Vagas e Matrículas

Campus Alta Floresta Previsão de Matrículas – Campus Alta Floresta

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Matutino	3		70	140	210	210	210
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3			70	140	210	210
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Guia De Turismo	Turismo, Hospitalidade E Lazer	Noturno	2		35	70	105	105	105
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Logística	Gestão E Negócios	Noturno	3		35	70	105	105	105
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Noturno	3					35	70
Superior	Tecnologia	Gestão De Recursos Humanos	Gestão E Negócios	Noturno	3			35	70	105	105
Superior	Tecnologia	Gestão De Turismo	Hospitalidade E Lazer	Noturno	3				35	70	105
Superior	Bacharelado	Administração	Sem Catálogo	Noturno	4					35	70
Superior	Bacharelado	Zootecnia	Sem Catálogo	Integral	5			35	70	105	140
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Letras - Inglês	Sem Catálogo	Vespertino	4				35	70	105
Pós-Graduação	Especialização	História De Mato Grosso	Sem Catálogo	Modular	1,5		35	35		35	35
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Proeja	Sem Catálogo	Modular	1,5			35	35		35
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Formação Pedagógica	Sem Catálogo	Modular	1,5				35	35	35
Total De Matrículas - AFL						0	175	490	840	1120	1330

Previsão de Vagas – Campus Alta Floresta

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Matutino	3		70	70	70	70	70
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3			70	70	70	70
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Guia De Turismo	Turismo, Hospitalidade E Lazer	Noturno	2		35	35	35	35	35
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Logística	Gestão E Negócios	Noturno	3		35	35	35	35	35
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Noturno	3					35	35
Superior	Tecnologia	Gestão De Recursos Humanos	Gestão E Negócios	Noturno	3			35	35	35	35
Superior	Tecnologia	Gestão De Turismo	Hospitalidade E Lazer	Noturno	3				35	35	35
Superior	Bacharelado	Administração	Sem Catálogo	Noturno	4					35	35
Superior	Bacharelado	Zootecnia	Sem Catálogo	Integral	5			35	70	70	35
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Letras - Inglês	Sem Catálogo	Vespertino	4				35	35	35
Pós-Graduação	Especialização	História De Mato Grosso	Sem Catálogo	Modular	1,5		35			35	
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Proeja	Sem Catálogo	Modular	1,5			35			35
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Formação Pedagógica	Sem Catálogo	Modular	1,5				35		35
Total De Vagas - AFL						0	175	315	420	490	490

Campus Barra do Garças Previsão de Matrículas – Campus Barra do Garças

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Matutino	3	56	98	98	105	105	105
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Vespertino	3	30	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Noturno	2	46	26	0	0	0	0

Médio Técnico	Concomitante	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Noturno	2	0	35	70	70	70	70	
Médio Técnico	Concomitante - Proeja	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Noturno	3	0	35	70	105	105	105	
Superior	Tecnologia	Redes De Computadores	Informação E Comunicação	Noturno	3	0	40	80	120	120	120	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Matutino	3	42	88	52	35	0	0	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Vespertino	3	30	0	0	0	0	0	
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Noturno	1,5	30	65	70	35	0	0	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Matutino	3	0	0	35	70	105	105	
Médio Técnico	Concomitante - Proeja	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Noturno	3	0	35	70	105	105	105	
Superior	Tecnologia	Gestão Pública	Gestão E Negócios	Noturno	2	0	0	40	80	80	80	
Superior	Tecnologia	Secretariado	Gestão E Negócios	Noturno	2	0	0	0	40	80	80	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Matutino	3	47	94	93	105	70	35	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Vespertino	3	30	0	0	0	0	0	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Matutino	3	0	0	0	0	35	70	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Controle Ambiental	Ambiente E Saúde	Matutino	3	41	90	88	70	35	0	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Controle Ambiental	Ambiente E Saúde	Vespertino	3	30	0	0	0	0	0	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Matutino	3	0	0	0	35	70	105	
Superior	Bacharelado	Zootecnia	Sem Catálogo	Integral	4,5	0	0	0	40	80	120	
Pós-Graduação	Especialização	Especialização Em Agroecologia	Sem Catálogo	Noturno	1,5	0	60	60	0	0	60	
Pós-Graduação	Especialização	Especialização Em Gestão Ambiental	Sem Catálogo	Noturno	1,5	0	0	60	60	0	0	
Pós-Graduação	Especialização	Especialização Em Vigilância Sanitária De Alimentos	Sem Catálogo	Noturno	1,5	0	0	0	60	60	0	
Pós-Graduação	Especialização	Especialização Em Nutrição Animal	Sem Catálogo	Noturno	1,5	0	0	0	0	60	60	
Pós-Graduação	Especialização	Especialização Em Sistemas Distribuídos	Sem Catálogo	Noturno	1,5	0	0	0	0	0	40	
Total De Matrículas - BAG							382	666	886	1135	1180	1260

Previsão de Vagas – Campus Barra do Garças

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Matutino	3	0	35	35	35	35	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Vespertino	3	30	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Noturno	2	30	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Concomitante	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Noturno	2	0	35	35	35	35	35
Médio Técnico	Concomitante - Proeja	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Noturno	3	0	35	35	35	35	35
Superior	Tecnologia	Redes De Computadores	Informação E Comunicação	Noturno	3	0	40	40	40	40	40
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Matutino	3	0	35	0	0	0	0
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Vespertino	3	30	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Noturno	1,5	30	35	35	0	0	0
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Matutino	3	0	0	35	35	35	35
Médio Técnico	Concomitante - Proeja	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Noturno	3	0	35	35	35	35	35
Superior	Tecnologia	Gestão Pública	Gestão E Negócios	Noturno	2	0	0	40	40	40	40
Superior	Tecnologia	Secretariado	Gestão E Negócios	Noturno	2	0	0	0	40	40	40
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Matutino	3	0	35	35	35	0	0
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Vespertino	3	30	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Matutino	3	0	0	0	0	35	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Controle Ambiental	Ambiente E Saúde	Matutino	3	30	35	35	0	0	0
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Controle Ambiental	Ambiente E Saúde	Vespertino	3	30	35	35	0	0	0
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Matutino	3	0	0	0	35	35	35
Superior	Bacharelado	Zootecnia	Sem Catálogo	Integral	4,5	0	0	0	40	40	40
Pós-Graduação	Especialização	Especialização Em Agroecologia	Sem Catálogo	Noturno	1,5	0	60	0	0	0	60
Pós-Graduação	Especialização	Especialização Em Gestão Ambiental	Sem Catálogo	Noturno	1,5	0	0	60	0	0	0
Pós-Graduação	Especialização	Especialização Em Vigilância Sanitária De Alimentos	Sem Catálogo	Noturno	1,5	0	0	0	60	0	0

Pós-Graduação	Especialização	Especialização Em Nutrição Animal	Sem Catálogo	Noturno	1,5	0	0	0	0	60	0
Pós-Graduação	Especialização	Especialização Em Sistemas Distribuídos	Sem Catálogo	Noturno	1,5	0	0	0	0	0	40
Total De Vagas - BAG						210	415	455	465	465	505

Campus Cáceres
Previsão de Matrículas – Campus Cáceres

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Superior	Bacharelado - Engenharia	Engenharia Florestal	Sem Catálogo	Integral	5	341	341	341	341	341	341
Superior	Bacharelado	Medicina Veterinária	Sem Catálogo	Integral	5		40	80	120	160	200
Superior	Tecnologia	Biocombustíveis	Produção Industrial	Noturno	3	123	83	0	0	0	0
Superior	Tecnologia	Biocombustíveis	Produção Industrial	Matutino	3	40	80	120	120	120	120
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Desenvolvimento De Sistema	Não Existente No Catálogo	Integral	3	70	35	0	0	0	0
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Integral	3	35	70	105	105	105	105
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3	182	182	182	182	182	182
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Matutino	2	67	81	81	81	81	81
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Vespertino	2	54	54	54	54	54	54
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Florestas	Recursos Naturais	Matutino	2	0	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Florestas	Recursos Naturais	Vespertino	2	25	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Matutino	2	25	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Vespertino	2	0	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Redes De Computadores	Informação E Comunicação	Noturno	2	17	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Redes De Computadores	Informação E Comunicação	Vespertino	2	40	80	80	80	80	80
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Zootecnia	Recursos Naturais	Matutino	2	0	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Noturno	3	14	0	0	0	0	0

Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Aquicultura	Recursos Naturais	Noturno	3	0	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Matutino	2	0	40	40	80	80	80
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Vespertino	2	0	0	40	40	80	80
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Cozinha	Turismo, Hospitalidade E Lazer	Vespertino	3	0	40	80	80	80	80
Total De Matrículas - CAS						1033	1126	1203	1283	1363	1403

Previsão de Vagas – Campus Cáceres

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Superior	Bacharelado - Engenharia	Engenharia Florestal	Sem Catálogo	Integral	5	40	40	40	40	40	40
Superior	Bacharelado	Medicina Veterinária	Sem Catálogo	Integral	5	0	40	40	40	40	40
Superior	Tecnologia	Biocombustíveis	Produção Industrial	Matutino	3	40	40	40	40	40	40
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Integral	3	35	35	35	35	35	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3	70	70	70	70	70	70
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Matutino	2	0	40	0	40	0	40
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Vespertino	2	40	0	40	0	40	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Redes De Computadores	Informação E Comunicação	Vespertino	2	40	40	40	40	40	40
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Matutino	2	0	40	0	40	0	40
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Vespertino	2	0	0	40	0	40	0
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Cozinha	Turismo, Hospitalidade E Lazer	Vespertino	3	0	40	40	40	40	40
Total De Vagas - CAS						265	385	385	385	385	385

Campus Campo Novo do Parecis
Previsão de Matrículas – Campus Campo Novo do Parecis

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Matemática	Sem Catálogo	Noturno	4	65	84	95	100	110	120
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Física	Sem Catálogo	Noturno	0	0	0	0	0	30	60
Superior	Bacharelado	Bacharelado Em Agronomia	Sem Catálogo	Integral	5	252	295	330	320	310	300
Superior	Tecnologia	Agroindústria	Produção Alimentícia	Noturno	3	70	83	105	100	95	90
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3	260	325	325	300	280	240
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Integral	3	0	0	40	80	120	120
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Integral	3	0	0	40	80	120	120
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Noturno	2,5	35	70	0	0	0	0
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Noturno	2,5	0	0	40	80	120	120
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Noturno	1,5	71	40	40	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Noturno	2	0	40	40	40	40	40
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Noturno	1,5	22	0	0	0	0	0
Superior	Tecnologia	Processos Gerenciais	Gestão E Negócios	Noturno	2,5	35	70	100	95	90	90
Total De Matrículas - CNP						810	1007	1155	1195	1315	1300

Previsão de Vagas – Campus Campo Novo do Parecis

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Matemática	Sem Catálogo	Noturno	4	35	35	35	35	30	30
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Física	Sem Catálogo	Noturno	0	0	0	0	0	30	30
Superior	Bacharelado	Bacharelado Em Agronomia	Sem Catálogo	Integral	5	70	70	60	60	60	60
Superior	Tecnologia	Agroindústria	Produção Alimentícia	Noturno	3	35	35	30	30	30	30
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3	140	105	70	70	70	70
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Integral	3	0	0	35	35	35	35

Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Integral	3	0	0	35	35	35	35
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Noturno	2,5	35	35	0	0	0	0
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Noturno	2,5	0	0	40	40	40	40
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Noturno	1,5	35	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Noturno	2	0	40	0	40	0	40
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Noturno	1,5	0	0	0	0	0	0
Superior	Tecnologia	Processos Gerenciais	Gestão E Negócios	Noturno	2,5	35	35	30	30	30	30
Total De Vagas - CNP						385	355	335	375	360	400

Campus Confresa
Previsão de Matrículas – Campus Confresa

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Noturno	3		40	80	120	120	120
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Integral	3		80	160	240	240	240
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3	240	280	240	240	240	240
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Controle Ambiental	Ambiente E Saúde	Noturno	1,5		40	40	40	40	40
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Licenciatura Em Ciências Agrícolas	Sem Catálogo	Integral	4	40					
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Ciências Da Natureza - Química	Sem Catálogo	Noturno	4	140	125	110	95	80	80
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Ciências Da Natureza - Física	Sem Catálogo	Noturno	4		20	40	60	80	80
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Ciências Da Natureza - Biologia	Sem Catálogo	Noturno	4		20	40	60	80	80
Superior	Bacharelado	Agronomia	Sem Catálogo	Integral	4	200	200	200	200	200	200
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Educação No Campo	Sem Catálogo	Modular	1,5	60	60	60	60	60	60
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Ensino De Ciências	Sem Catálogo	Modular	1,5		60	60	60	60	60
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Integral	3	160	120	40			
Total De Matrículas - CFS						840	1045	1070	1175	1200	1200

Previsão de Vagas – Campus Confresa

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Noturno	3		40	40	40	40	40
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Integral	3		80	80	80	80	80
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3	80	80	80	80	80	80
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Controle Ambiental	Ambiente E Saúde	Noturno	1,5		40		40		40
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Ciências Agrícolas	Sem Catálogo	Integral	4						
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Ciências Da Natureza - Química	Sem Catálogo	Noturno	4	35	20	20	20	20	20
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Ciências Da Natureza - Física	Sem Catálogo	Noturno	4		20	20	20	20	20
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Ciências Da Natureza - Biologia	Sem Catálogo	Noturno	4		20	20	20	20	20
Superior	Bacharelado	Agronomia	Sem Catálogo	Integral	4	40	40	40	40	40	40
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Educação No Campo	Sem Catálogo	Modular	1,5	60		60		60	
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Ensino De Ciências	Sem Catálogo	Modular	1,5		60		60		60
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Integral	3	40					
Total De Vagas - CFS						255	400	360	400	360	400

Campus Cuiabá Previsão de Matrículas – Campus Cuiabá

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Pós-Graduação	Especialização	Gestão De Pessoas	Sem Catálogo	Matutino	2	0	0	30	30	0	0
Pós-Graduação	Mestrado Profissional	Engenharia Elétrica	Sem Catálogo	Integral	2	0	8	16	16	16	16
Pós-Graduação	Mestrado Profissional	Mestrado Profissional Interdisciplinar	Sem Catálogo	Integral	2	0	8	16	16	16	16
Superior	Tecnologia	Automação Industrial	Controle E Processos Industriais	Noturno	3,5	163	163	163	163	163	163

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Superior	Tecnologia	Controle De Obras	Infraestrutura	Noturno	3,5	141	141	141	141	141	141
Superior	Tecnologia	Construção De Edifícios	Infraestrutura	Noturno	3	138	138	138	138	138	138
Superior	Tecnologia	Geoprocessamento	Informação E Comunicação	Matutino	3	95	95	95	95	95	95
Superior	Tecnologia	Redes De Computadores	Informação E Comunicação	Matutino	3	123	123	123	123	123	123
Superior	Tecnologia	Sistemas Para Internet	Informação E Comunicação	Noturno	3	124	94	94	94	94	94
Superior	Tecnologia	Segurança Pública	Segurança	Noturno	2	400	400	0	0	0	0
Superior	Bacharelado - Engenharia	Engenharia De Computação	Sem Catálogo	Integral	5	195	275	355	435	435	435
Superior	Bacharelado - Engenharia	Engenharia De Controle E Automação	Sem Catálogo	Integral	5	175	245	315	385	385	385
Superior	Bacharelado	Secretariado Executivo	Sem Catálogo	Noturno	3,5	214	214	214	214	214	214
Superior	Bacharelado	Turismo	Sem Catálogo	Noturno	4	0	0	70	140	210	280
Superior	Licenciatura	Educação Física	Sem Catálogo	Noturno	4	0	0	40	80	120	160
Superior	Licenciatura	Letras	Sem Catálogo	Noturno	4	0	0	0	0	0	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agrimensura	Infraestrutura	Vespertino	4	140	140	140	140	140	140
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Edificações	Infraestrutura	Vespertino	4	226	226	226	226	226	226
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletroeletrônica	Controle E Processos Industriais	Vespertino	4	0	0	90	180	270	360
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletrônica	Controle E Processos Industriais	Vespertino	4	112	112	112	82	82	82
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Vespertino	4	102	102	102	72	72	72
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eventos	Turismo, Hospitalidade E Lazer	Matutino	3	198	198	198	198	198	198
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Integral	3	102	102	102	102	102	102
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Integral	3	217	217	217	217	217	217
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Telecomunicações	Informação E Comunicação	Vespertino	4	109	109	109	109	109	109
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agrimensura	Infraestrutura	Noturno	1,5	75	75	75	75	75	75
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Edificações	Infraestrutura	Matutino	2	94	94	94	94	94	94

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Edificações	Infraestrutura	Noturno	2	125	125	125	125	125	125
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Eletrônica	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	80	80	80	80	80	80
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	167	167	167	167	167	167
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Eventos	Turismo, Hospitalidade E Lazer	Noturno	1,5	77	77	77	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Telecomunicações	Informação E Comunicação	Noturno	2	44	14	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Noturno	1,5	55	25	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Guia De Turismo	Turismo, Hospitalidade E Lazer	Noturno	1,5	55	55	55	55	55	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Noturno	1,5	79	79	0	0	0	0
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Edificações	Infraestrutura	Noturno	3,5	35	35	35	35	35	0
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Noturno	3,5	57	57	87	87	87	87
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Agrimensura	Infraestrutura	Noturno	3	0	0	25	50	75	75
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Noturno	3	0	0	25	50	75	75
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Vendas	Gestão E Negócios	Noturno	3	0	0	25	50	75	75
Total De Matrículas - CBA						3917	3993	3976	4264	4509	4654
Superior	Tecnologia - Uab	Sistemas Para Internet	Sem Catálogo	Ead	3	650	650	650	650	650	650
Total De Matrículas - CBA (UAB)						650	650	650	650	650	650

Previsão de Vagas – Campus Cuiabá

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Pós-Graduação	Especialização	Gestão De Pessoas	Sem Catálogo	Matutino	2	0	0	30	0	0	0
Pós-Graduação	Mestrado Profissional	Engenharia Elétrica	Sem Catálogo	Integral	2	0	8	8	8	8	8
Pós-Graduação	Mestrado Profissional	Mestrado Profissional Interdisciplinar	Sem Catálogo	Integral	2	0	8	8	8	8	8

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agrimensura	Infraestrutura	Noturno	1,5	25	25	25	25	25	25
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Edificações	Infraestrutura	Matutino	2	25	25	25	25	25	25
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Edificações	Infraestrutura	Noturno	2	25	25	25	25	25	25
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Eletrônica	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	60	60	60	60	60	60
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	60	60	60	60	60	60
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Eventos	Turismo, Hospitalidade E Lazer	Noturno	1,5	35	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Telecomunicações	Informação E Comunicação	Noturno	2	60	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Noturno	1,5	50	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Guia De Turismo	Turismo, Hospitalidade E Lazer	Noturno	1,5	35	35	35	35	35	35
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Vespertino	1,5	35	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Edificações	Infraestrutura	Noturno	3,5	-	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Noturno	3,5	30	0	30	30	30	30
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Agrimensura	Infraestrutura	Noturno	3	0	0	25	25	25	25
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Noturno	3	0	0	25	25	25	25
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Vendas	Gestão E Negócios	Noturno	3	0	0	40	40	40	40
Superior	Tecnologia	Automação Industrial	Controle E Processos Industriais	Noturno	3,5	70	70	70	70	70	70
Superior	Tecnologia	Controle De Obras	Infraestrutura	Noturno	3,5	50	50	50	50	50	50
Superior	Tecnologia	Construção De Edifícios	Infraestrutura	Noturno	3	25	50	50	50	50	50
Superior	Tecnologia	Geoprocessamento	Informação E Comunicação	Matutino	3	25	25	25	25	25	25
Superior	Tecnologia	Redes De Computadores	Informação E Comunicação	Matutino	3	25	30	30	30	30	30
Superior	Tecnologia	Sistemas Para Internet	Informação E Comunicação	Noturno	3	0	30	30	30	30	30
Superior	Tecnologia	Segurança Pública	Segurança	Noturno	2	400	0	0	0	0	0

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Superior	Bacharelado - Engenharia	Engenharia De Computação	Sem Catálogo	Integral	5	80	80	80	40	40	40
Superior	Bacharelado - Engenharia	Engenharia De Controle E Automação	Sem Catálogo	Integral	5	70	70	70	70	70	70
Superior	Bacharelado	Secretariado Executivo	Sem Catálogo	Noturno	3	70	70	70	70	70	70
Superior	Bacharelado	Turismo	Sem Catálogo	Noturno	3	0	0	70	70	70	70
Superior	Licenciatura	Educação Física	Sem Catálogo	Noturno	4	0	0	40	40	40	40
Superior	Licenciatura	Letras	Sem Catálogo	Noturno	4	0	0	0	0	0	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agrimensura	Infraestrutura	Vespertino	4	25	25	25	25	25	25
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Edificações	Infraestrutura	Vespertino	4	50	50	50	50	50	50
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletroeletrônica	Controle E Processos Industriais	Vespertino	4	0	0	90	90	90	90
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletrônica	Controle E Processos Industriais	Vespertino	4	30	30	0	0	0	0
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Vespertino	4	30	30	0	0	0	0
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eventos	Turismo, Hospitalidade E Lazer	Matutino	3	70	70	70	70	70	70
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Integral	3	70	70	70	70	70	70
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Integral	3	70	70	70	70	70	70
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Telecomunicações	Informação E Comunicação	Vespertino	4	30	30	0	0	0	0
Total De Vagas - CBA						1630	1096	1356	1286	1286	1321
Superior	Tecnologia - Uab	Sistemas Para Internet	Informação E Comunicação	Ead	3	500	500	500	500	500	500
Total De Vagas - CBA (UAB)						500	500	500	500	500	500

Campus Cuiabá-Bela Vista
Previsão de Matrículas – Campus Cuiabá-Bela Vista

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Superior	Bacharelado - Engenharia	Engenharia De Alimentos	Sem Catálogo		5	222	222	222	222	222	222
Superior	Tecnologia	Gestão Ambiental	Ambiente E Saúde		3	402	352	302	277	277	277
Superior	Tecnologia	Processos Químicos	Controle E Processos Industriais		3			50	100	150	150
Pós-Graduação	Doutorado	Doutorado Em Alimentos	Sem Catálogo		4				10	20	30
Pós-Graduação	Mestrado Acadêmico	Mestrado Em Ciências Ambientais	Sem Catálogo		2				10	20	20
Pós-Graduação	Mestrado Acadêmico	Mestrado Em Alimentos	Sem Catálogo		2	20	20	20	20	20	20
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Educação Química	Sem Catálogo		1			100	100	100	100
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais		2	195	170	170	195	195	195
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia		2	160	185	185	185	185	185
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia		3			60	120	180	180
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais		4	257	307	357	407	432	432
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Meio Ambiente	Ambiente E Saúde		4	320	350	380	410	410	410
Total De Matrículas - BLV						1576	1606	1846	2056	2211	2221
Superior	Licenciatura - Uab	Licenciatura Em Química	Sem Catálogo	Ead	3	500	500	500	500	500	500
Total De Matrículas - BLV (UAB)						500	500	500	500	500	500

Previsão de Vagas – Campus Cuiabá-Bela Vista

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Superior	Bacharelado - Engenharia	Engenharia De Alimentos	Sem Catálogo		5		70	70	70	70	70
Superior	Tecnologia	Gestão Ambiental	Ambiente E Saúde		3		50	50	50	50	50

Superior	Tecnologia	Processos Químicos	Controle E Processos Industriais		3			50	50	50	50	
Pós-Graduação	Doutorado	Doutorado Em Alimentos	Sem Catálogo		4				10	10	10	
Pós-Graduação	Mestrado Acadêmico	Mestrado Em Ciências Ambientais	Sem Catálogo		2				10	10	10	
Pós-Graduação	Mestrado Acadêmico	Mestrado Em Alimentos	Sem Catálogo		2		10	10	10	10	10	
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Educação Química	Sem Catálogo		1			100	100	100	100	
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais		2		25	50	50	50	50	
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia		2		50	50	50	50	50	
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia		3			60	60	60	60	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais		4		100	100	100	100	100	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Meio Ambiente	Ambiente E Saúde		4		100	100	100	100	100	
Total De Vagas - BLV							0	405	640	660	660	660
Superior	Licenciatura - Uab	Licenciatura Em Química	Sem Catálogo	Ead	3		250	250	250	250	250	
Total De Vagas - BLV (UAB)							0	250	250	250	250	250

Campus Juína Previsão de Matrículas – Campus Juína

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Meio Ambiente	Ambiente E Saúde	Integral	3	140	175	210	210	210	210
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3	280	315	315	315	315	315
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Integral	3	105	70	35			
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agrimensura	Infraestrutura	Noturno	1,5	20	35	35	35	35	35
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Noturno	2			35	70	70	70
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Noturno	3		35	35	35	35	35
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Matemática	Sem Catálogo	Noturno	4	140	140	140	140	140	140
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Biologia	Sem Catálogo	Noturno	4	140	140	105	70	35	0
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Matemática	Sem Catálogo	Modular				35	70	105	140

Superior	Tecnologia	Agronegócio	Recursos Naturais	Noturno	3	70	120	85				
Superior	Bacharelado	Agronomia	Sem Catálogo	Integral	5		40	80	120	160		
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Ensino Em Matemática	Sem Catálogo	Modular	1,5		40	40				
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Ensino E Literatura	Sem Catálogo	Modular	1,5		40	40				
Total De Matrículas - JNA							895	1110	1150	1025	1065	1105

Previsão de Vagas – Campus Juína

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Meio Ambiente	Ambiente E Saúde	Integral	3	70	70	70	70	70	70	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3	140	105	105	105	105	105	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Integral	3	35						
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agrimensura	Infraestrutura	Noturno	1,5		35		35		35	
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Noturno	2			35	35	35	35	
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Noturno	3		35	35	35	35	35	
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Matemática	Sem Catálogo	Noturno	4	35	35					
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Biologia	Sem Catálogo	Noturno	4	35	35	35	35	35	35	
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Matemática	Sem Catálogo	Modular				35	35	35	35	
Superior	Tecnologia	Agronegócio	Recursos Naturais	Noturno	3	35						
Superior	Bacharelado	Agronomia	Sem Catálogo	Integral	5			40	40	40	40	
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Ensino Em Matemática	Sem Catálogo	Modular	1,5		40					
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Ensino E Literatura	Sem Catálogo	Modular	1,5		40					
Total De Vagas - JNA							350	395	355	390	355	390

Campus Pontes e Lacerda
Previsão de Matrículas – Campus Pontes e Lacerda

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais	Matutino	4	30					
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Matutino	3	60	30	30			
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Vespertino	3	30	30				
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Matutino	3	90	60	30			
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Vespertino	3	90	60	30			
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Controle Ambiental	Ambiente E Saúde	Matutino	3	90	95	100	105	105	105
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Controle Ambiental	Ambiente E Saúde	Vespertino	3	60	95	100	105	105	105
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Matutino	3		35	70	105	105	105
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Vespertino	3		35	70	105	105	105
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Matutino	3			35	70	105	105
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Edificações	Infraestrutura	Noturno	3,5	30					
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Noturno	3		35	70	105	105	105
Superior	Tecnologia	Redes De Computadores	Informação E Comunicação	Noturno	3	90	95	100	105	105	105
Superior	Tecnologia	Comércio Exterior	Gestão E Negócios	Noturno	3	90	95	100	105	105	105
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Física	Sem Catálogo	Noturno	4	120	125	130	135	140	140
Superior	Tecnologia	Comércio Exterior	Gestão E Negócios	Ead	3			80	160	240	240
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	120	95	70	35		
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Automação Industrial	Controle E Processos Industriais	Noturno	2				35	70	70
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	65	35	35	35	35	35
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Modular	1,5	60					
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Modular	2		40	40	40	40	40

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais	Modular	2	40	80	80	40	40	40
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Modular	1,5		40	40	40	40	40
Total De Matrículas -PLC						1065	1080	1210	1325	1445	1445

Previsão de Vagas – Campus Pontes e Lacerda

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais	Matutino	4						
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Matutino	3	30					
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Vespertino	3						
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Matutino	3	30					
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática	Informação E Comunicação	Vespertino	3	30					
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Controle Ambiental	Ambiente E Saúde	Matutino	3	30	35	35	35	35	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Controle Ambiental	Ambiente E Saúde	Vespertino	3	30	35	35	35	35	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Matutino	3		35	35	35	35	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Vespertino	3		35	35	35	35	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Matutino	3			35	35	35	35
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Edificações	Infraestrutura	Noturno	3,5						
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Comércio	Gestão E Negócios	Noturno	3		35	35	35	35	35
Superior	Tecnologia	Redes De Computadores	Informação E Comunicação	Noturno	3	30	35	35	35	35	35
Superior	Tecnologia	Comércio Exterior	Gestão E Negócios	Noturno	3	30	35	35	35	35	35
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Física	Sem Catálogo	Noturno	4	30	35	35	35	35	35
Superior	Tecnologia	Comércio Exterior	Gestão E Negócios	Ead	3			80	80	80	80
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	35	35	35			

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Automação Industrial	Controle E Processos Industriais	Noturno	2				35	35	35
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	35		35		35	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Modular	1,5						
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Modular	2		40		40		40
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais	Modular	2	40	40		40		40
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Modular	1,5		40		40		40
Total De Vagas - PLC						350	435	465	550	465	550

Campus Primavera do Leste
Previsão de Matrículas – Campus Primavera do Leste

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Matutino	3	35	70	105	105	105	105
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Vespertino	3		35	70	105	105	105
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletromecânica	Controle E Processos Industriais	Matutino	3	35	70	105	105	105	105
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletromecânica	Controle E Processos Industriais	Vespertino	3		35	70	105	105	105
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Matutino	3			35	70	105	105
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Logística	Gestão E Negócios	Matutino	3			35	70	105	105
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Logística	Gestão E Negócios	Vespertino	3					35	70
Médio Técnico	Concomitante - Proeja	Técnico Em Logística	Gestão E Negócios	Noturno	2					35	70
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	35	35				
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Eletromecânica	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	35	35				

Superior	Tecnologia	Análise E Desenvolvimento De Sistemas	Informação E Comunicação	Noturno	3			40	80	120	120	
Superior	Bacharelado - Engenharia	Controle E Automação	Sem Catálogo	Integral	5		40	80	120	160	200	
Superior	Licenciatura	Química	Sem Catálogo	Noturno	4				40	80	120	
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Avaliação Educacional	Sem Catálogo	Noturno	1,5				35	70	70	
Total De Matrículas - PDL							140	320	540	835	1130	1280

Previsão de Vagas – Campus Primavera do Leste

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Matutino	3	35	35	35	35	35	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Vespertino	3		35	35	35	35	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletromecânica	Controle E Processos Industriais	Matutino	3	35	35	35	35	35	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Eletromecânica	Controle E Processos Industriais	Vespertino	3		35	35	35	35	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Matutino	3			35	35	35	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Logística	Gestão E Negócios	Matutino	3			35	35	35	35
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Logística	Gestão E Negócios	Vespertino	3					35	35
Médio Técnico	Concomitante - Projeja	Técnico Em Logística	Gestão E Negócios	Noturno	2					35	35
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Eletrotécnica	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	35					
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Eletromecânica	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	35					
Superior	Tecnologia	Análise E Desenvolvimento De Sistemas	Informação E Comunicação	Noturno	3			40	40	40	40
Superior	Bacharelado - Engenharia	Controle E Automação	Sem Catálogo	Integral	5		40	40	40	40	40
Superior	Licenciatura	Química	Sem Catálogo	Noturno	4				40	40	40

Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Avaliação Educacional	Sem Catálogo	Noturno	1,5				35	35	35
Total De Vagas - PDL						140	180	290	365	435	435

Campus Rondonópolis
Previsão de Matrículas – Campus Rondonópolis

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais	Matutino	3	140	150	119	120	120	120
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Matutino	3	184	190	113	40	0	0
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Matutino	3	0	0	40	80	120	120
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Matutino	3	0	40	80	120	120	120
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Matutino	3	0	0	40	80	120	120
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Noturno	3	18	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Noturno	3	0	0	35	70	105	105
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	52	80	80	0	0	0
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Redes De Computadores	Informação E Comunicação	Noturno	2	0	0	0	0	0	0
Superior	Tecnologia	Análise E Desenvolvimento De Sistemas	Informação E Comunicação	Noturno	3	77	117	115	120	120	120
Superior	Tecnologia	Processos Químicos	Controle E Processos Industriais	Noturno	3	0	0	35	70	105	105
Superior	Tecnologia	Alimentos	Produção Alimentícia	Noturno	3	0	0	0	0	35	70
Superior	Licenciatura	Ciências Da Natureza	Sem Catálogo	Noturno	3,5	0	0	80	160	240	320
Total De Matrículas - ROO						471	577	737	860	1085	1200

Previsão de Vagas – Campus Rondonópolis

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais	Matutino	3	40	40	40	40	40	40
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Secretariado	Gestão E Negócios	Matutino	3	40	40	0	0	0	0
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Matutino	3	40	40	40	40	40	40
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Matutino	3	40	40	40	40	40	40
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Informática	Informação E Comunicação	Matutino	3	0	0	40	40	40	40
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Noturno	3	0	0	0	0	0	0
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Administração	Gestão E Negócios	Noturno	3	0	0	40	40	40	40
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Química	Controle E Processos Industriais	Noturno	2	40	40	40	40	40	40
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Redes De Computadores	Informação E Comunicação	Noturno	2	0	0	0	0	0	0
Superior	Tecnologia	Análise E Desenvolvimento De Sistemas	Informação E Comunicação	Noturno	3	43	40	40	40	40	40
Superior	Tecnologia	Processos Químicos	Controle E Processos Industriais	Noturno	3	0	0	35	35	35	35
Superior	Tecnologia	Alimentos	Produção Alimentícia	Noturno	3	0	0	0	0	35	35
Superior	Licenciatura	Ciências Da Natureza	Sem Catálogo	Noturno	3,5	0	0	80	80	80	80
Total De Vagas - ROO						243	240	395	395	430	430

Campus São Vicente Previsão de Matrículas – Campus São Vicente

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3	300	300	300	300	300	300
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Matutino	3		40	80	120	120	120
Superior	Bacharelado	Agronomia	Sem Catálogo	Integral	5	140	175	175	175	175	175

Superior	Bacharelado	Agronomia	Sem Catálogo	Noturno	5	175	175	175	175	175	175	
Superior	Bacharelado	Zootecnia	Sem Catálogo	Integral	5	95	110	110	110	110	110	
Superior	Tecnologia	Análise E Desenvolvimento De Sistemas	Informação E Comunicação	Noturno	3	105	105	105	105	105	105	
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Ciências Da Natureza	Sem Catálogo	Integral	3,5	200	200	200	200	200	200	
Pós-Graduação	Especialização	Especialização Em Ciências Da Natureza	Sem Catálogo	Noturno	2		40	80	80	80	80	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Biotecnologia	Ambiente E Saúde	Integral	3			35	70	105	105	
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	2		35	70	105	105	105	
Total De Matrículas - SVC							1015	1180	1330	1440	1475	1475

Previsão de Vagas – Campus São Vicente

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3	160	160	160	160	160	160	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Matutino	3		40	40	40	40	40	
Superior	Bacharelado	Agronomia	Sem Catálogo	Integral	5	35	35	35	35	35	35	
Superior	Bacharelado	Agronomia	Sem Catálogo	Noturno	5	35	35	35	35	35	35	
Superior	Bacharelado	Zootecnia	Sem Catálogo	Integral	5	35	35	35	35	35	35	
Superior	Tecnologia	Análise E Desenvolvimento De Sistemas	Informação E Comunicação	Noturno	3	35	35	35	35	35	35	
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Ciências Da Natureza	Sem Catálogo	Integral	3,5	40	40	40	40	40	40	
Pós-Graduação	Especialização	Especialização Em Ciências Da Natureza	Sem Catálogo	Noturno	2		40	40	40	40	40	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Biotecnologia	Ambiente E Saúde	Integral	3			35	35	35	35	
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3		35	35	35	35	35	
Total De Vagas - SVC							340	455	490	490	490	490

Campus Sorriso
Previsão de Matrículas – Campus Sorriso

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Integral	3	151	201	215	210	210	210
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3		70	140	210	210	210
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Meio Ambiente	Ambiente E Saúde	Noturno	1,5		40	80	80	80	80
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Noturno	1,5			40	80	80	80
Superior	Bacharelado	Agronomia	Sem Catálogo	Integral	5		35	70	105	140	175
Superior	Bacharelado - Engenharia	Engenharia De Alimentos	Sem Catálogo	Integral	5			30	60	90	120
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Ciências Da Natureza - Química	Sem Catálogo	Noturno	4		30	60	90	120	120
Superior	Tecnologia	Gestão Ambiental	Ambiente E Saúde	Noturno	3	87	94	100	105	105	105
Superior	Tecnologia	Produção De Grãos	Recursos Naturais	Noturno	3	51	65	84	105	105	105
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Metodologia Do Ensino Superior	Sem Catálogo	Noturno	1,5		30	60	60	60	60
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Educação Ambiental	Sem Catálogo	Noturno	1,5			30	60	60	60
Total De Matrículas - SRS						289	565	909	1165	1260	1325

Previsão de Vagas – Campus Sorriso

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Alimentos	Produção Alimentícia	Integral	3	70	70	70	70	70	70
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Agropecuária	Recursos Naturais	Integral	3		70	70	70	70	70
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Meio Ambiente	Ambiente E Saúde	Noturno	1,5		40	40	40	40	40
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Agroindústria	Produção Alimentícia	Noturno	1,5			40	40	40	40
Superior	Bacharelado	Agronomia	Sem Catálogo	Integral	5		35	35	35	35	35
Superior	Bacharelado -	Engenharia De Alimentos	Sem Catálogo	Integral	5			30	30	30	30

	Engenharia											
Superior	Licenciatura	Licenciatura Em Ciências Da Natureza - Química	Sem Catálogo	Noturno	4		30	30	30	30	30	
Superior	Tecnologia	Gestão Ambiental	Ambiente E Saúde	Noturno	3	35	35	35	35	35	35	
Superior	Tecnologia	Produção De Grãos	Recursos Naturais	Noturno	3	35	35	35	35	35	35	
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Metodologia Do Ensino Superior	Sem Catálogo	Noturno	1,5		30	30	30	30	30	
Pós-Graduação - F.P.	Especialização - F.P.	Especialização Em Educação Ambiental	Sem Catálogo	Noturno	1,5			30	30	30	30	
Total De Vagas - SRS							140	345	445	445	445	445

Campus Várzea Grande Previsão de Matrículas – Campus Várzea Grande

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Aeroportuário	Infraestrutura	Integral	3		60	120	180	180	180	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Edificações	Infraestrutura	Integral	3			30	90	150	180	
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Desenho De Construção Civil	Infraestrutura	Integral	3			30	90	150	180	
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Serviços De Condomínio	Gestão E Negócios	Noturno	3		60	120	180	180	180	
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Aeroportuário	Infraestrutura	Vespertino	1,5			30	90	90	90	
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Logística	Gestão E Negócios	Noturno	1,5			30	90	90	90	
Superior	Tecnologia	Construção De Edifícios	Infraestrutura	Noturno	3,5				60	120	150	
Superior	Tecnologia	Gestão Pública	Gestão E Negócios	Noturno	2,5				60	120	150	
Total De Matrículas - VGD							0	120	360	840	1080	1200

Previsão de Vagas – Campus Várzea Grande

Nível	Modalidade	Curso	Eixo	Turno	Periodicidade (Em Anos)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Médio Técnico	Integrado	Técnico Aeroportuário	Infraestrutura	Integral	3		60	60	60	60	60
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Edificações	Infraestrutura	Integral	3			30	60	60	60
Médio Técnico	Integrado	Técnico Em Desenho De	Infraestrutura	Integral	3			30	60	60	60

		Construção Civil										
Médio Técnico	Proeja	Técnico Em Serviços De Condomínio	Gestão E Negócios	Noturno	3		60	60	60	60	60	
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Aeroportuário	Infraestrutura	Vespertino	1,5			30	60	60	60	
Médio Técnico	Subsequente	Técnico Em Logística	Gestão E Negócios	Noturno	1,5		30	60	60	60	60	
Superior	Tecnologia	Construção De Edifícios	Infraestrutura	Noturno	3,5				60	60	60	
Superior	Tecnologia	Gestão Pública	Gestão E Negócios	Noturno	2,5				60	60	60	
Total De Vagas - VGD							0	120	240	480	480	480

Previsão de Matrículas – IFMT

Por Modalidade – IFMT

MODALIDADE	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Integrado	4856	5656	6528	7425	8005	8150
Subsequente	2030	2122	2098	2121	2126	2071
Concomitante	0	35	70	70	70	70
Concomitante - PROEJA	0	70	140	210	245	280
PROEJA	189	482	937	1352	1597	1597
Licenciatura	845	884	1075	1335	1630	1900
Licenciatura - UAB	500	500	500	500	500	500
Especialização - F.P.	60	230	425	445	445	480
Bacharelado	1076	1244	1499	1749	2034	2319
Bacharelado - Engenharia	933	1123	1343	1563	1633	1703
Tecnologia	2424	2553	2430	2866	3326	3451
Tecnologia - UAB	650	650	650	650	650	650
Especialização	0	135	265	230	235	275
Mestrado Profissional	0	16	32	32	32	32
Mestrado Acadêmico	20	20	20	30	40	40
Doutorado	0	0	0	10	20	30
Total IFMT	13583	15720	18012	20588	22588	23548

Previsão de Vagas – IFMT

Por Modalidade – IFMT

MODALIDADE	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Integrado	1785	2325	2510	2655	2570	2690
Subsequente	765	685	765	870	790	870
Concomitante	0	35	35	35	35	35
Concomitante - PROEJA	0	70	70	70	105	105
PROEJA	65	355	580	580	615	615
Licenciatura	210	270	390	465	490	525
Licenciatura - UAB	0	250	250	250	250	250
Especialização - F.P.	60	170	255	290	255	325
Bacharelado	285	360	495	570	605	570
Bacharelado - Engenharia	190	300	330	290	290	290
Tecnologia	948	670	940	1135	1170	1170
Tecnologia - UAB	500	500	500	500	500	500
Especialização	0	135	130	100	135	140
Mestrado Profissional	0	16	16	16	16	16
Mestrado Acadêmico	0	10	10	20	20	20
Doutorado	0	0	0	10	10	10
Total IFMT	4808	6151	7276	7856	7856	8131

Anexo 1

Organização Didática

(O texto da Nova Organização Didática do IFMT, com revisões e atualizações, segue em análise no Conselho Superior do IFMT, tão logo aprovada será anexada ao PDI, em atendimento ao Decreto 5.773/2006)